

MI OS
GUARDIÃES
DA PRIMEIRA
CIVILIZAÇÃO
EUROPEIA

**NOI
COS**

**RUI MORAIS
ANDREIA AREZES**

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS



E N S I N O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

INFOGRAFIA

Jorge Neves

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

PRINT BY

KDP

ISBN

978-989-26-1816-6

ISBN DIGITAL

978-989-26-1817-3

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1817-3>

© SETEMBRO 2019, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MORAIS, Rui, 1969- , e outro

Minoicos : os guardiões da primeira civilização
europeia / Rui Morais, Andrea Arezes. - (Ensino)

ISBN 978-989-26-1816-6 (ed. impressa)

ISBN 978-989-26-1717-3 (ed. eletrónica)

I – AREZES, Andrea

CDU 94(391)

MI OS
GUARDIÃES
DA PRIMEIRA
CIVILIZAÇÃO
EUROPEIA

NOI

COS

RUI MORAIS
ANDREIA AREZES

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

QUADRO CRONOLÓGICO	7
INTRODUÇÃO	9
OS PRIMEIROS PASSOS DA ARQUEOLOGIA CRETENSE OS GRANDES.....	15
OS GRANDES PALÁCIOS E OUTROS CENTROS MENORES	19
A imensa Cnossos (Homero).....	19
Festos, o palácio de Radamanto e a cidade bem povoada	23
Mália: o palácio de Sarpendón.....	26
Kato Zacro, um palácio à beira-mar.....	29
As cidades associadas aos complexos palacianos	30
Cidónia, um palácio na zona mais ocidental da ilha	32
Hagia Triada, um complexo habitacional principesco.....	32
Mochlos (<i>Gúrnia</i>)	34
A “villa” neopalaciana de Amnisos, um dos portos de Cnossos.....	35
O MUNDO DO EGEU	37
A hegemonia cretense no Egeu	37
A caldeira de Tera, uma terrível catástrofe	44
A RELIGIÃO CRETENSE.....	47
As fontes.....	47
Os locais de culto.....	49
Os rituais	54

Os símbolos e os artefactos.....	57
As divindades.....	62
A religião e o mundo funerário	66
A ESCRITA	71
O Hieroglífico cretense.....	73
O caso enigmático do disco de Festos.....	76
O Linear A	79
O Linear B	82
O caminho até à decifração	88
O conteúdo das tabuinhas	92
APÊNDICE	99
Alguns registos da arte minoica.....	99
A pintura	99
A olaria	103
A glíptica	105
A ourivesaria.....	106
Os vasos de pedra	106
As esculturas em miniatura.....	107
Outros trabalhos em miniatura	109
Bibliografia	111

QUADRO CRONOLÓGICO

Começamos com uma advertência: a cronologia atribuída às distintas fases da civilização minoica não é clara mas enquadra-se num espaço temporal de cerca de dois mil anos, desde cerca de 3000 a 1000 a.C. A divisão tradicional de Minoico Antigo, Médio e Tardio cunhada por Arthur Evans a partir de um conhecido verso da *Odisseia* de Homero (XIX 179), que refere o retorno do rei Minos ao Olimpo a cada nove anos (*ennéôros*), foi adotada por outros especialistas e subdividida em distintas fases, às quais se atribui a numeração romana, I, II e III.

Por vezes estas fases são apresentadas segundo outra divisão cronológica a partir dos estudos de Nikolaos Platon, que adotou como termo de referência as distintas fases palacianas e o momento da sua destruição. Se conjugarmos as duas propostas cronológicas as fases do Minoico Antigo I, II e III e Minoico Médio IA, correspondem ao período Pré-Palaciano. O momento coincidente com a edificação dos primeiros palácios adota a designação de período Proto-Palaciano e abrange os períodos Minoico Médio IB e Minoico Médio IIA e B. Segue-se o chamado período Neo-Palaciano, coincidente com o maior esplendor desta civilização e momento de reedificação destes complexos palacianos, abrangendo os períodos Minoico Médio IIIA a Minoico Tardio (ou Recente) II. Por fim, a última fase, anterior à ocupação dos micénicos, é designada por período Pós-palaciano e abrange os períodos Minoico Tardio (ou Recente) IIIA a IIIC.

A dificuldade em seguir uma cronologia com base no sistema palaciano, cujas fases não são ainda bem conhecidas, leva-nos a adotar o modelo Evans, aperfeiçoado por outros autores.

A cronologia para a Idade do Bronze de Creta encontra correlação com algumas das fases conhecidas no Egito e, em parte, com a Mesopotâmia, a

Síria, o Chipre e a Anatólia. No primeiro caso, graças aos registos conservados, é possível fazer corresponder uma sequência de datas e acontecimentos com um certo rigor, pelo menos desde o começo da 12.^a dinastia (c. 2000 a.C.).

As semelhanças do mundo cretense com outras regiões da península balcânica e das ilhas do Egeu levaram outros especialistas da proto-história grega, nomeadamente Carl William Blegen e Alan John Bayard Wace, a adotar as subdivisões acima referidas, apenas alterando o termo “Minoico” pelo adjetivo Heládico.

Do exposto, pode resumir-se as duas conceções cronológicas no quadro que se segue:

Cronologia aproximada a.C.	Adaptado de Evans	De acordo com Platon
7000-6500 6500-5750 5750-4750 4750-3000	Neolítico (s/cerâmica) Neolítico Antigo Neolítico Médio Neolítico Tardio	Período Neolítico
3000-2800 2800-2600 2600-2300 2300-2200 2200-2000	Minoico Antigo I A Minoico Antigo I B Minoico Antigo II Minoico Antigo III Minoico Médio I A	Período Pré-palaciano
2000-1900 1900-1800 1800-1700	Minoico Médio I B Minoico Médio II A Minoico Médio II B	Período Proto-palaciano
1700-1600 1600-1550 1550-1500 1500-1450 1450-1400	Minoico Médio III A Minoico Médio III B Minoico Tardio (ou Recente) I A Minoico Tardio (ou Recente) I B Minoico Tardio (ou Recente) II	Período Neo-palaciano
1400-1300 1300-1220 1220-1050	Minoico Tardio (ou Recente) III A Minoico Tardio (ou Recente) III B Minoico Tardio (ou Recente) III C	Período Pós-palaciano

INTRODUÇÃO

“Da alva ao crepúsculo, aí está a luz de Creta a distender-se sobre a matéria visível em cambiantes infindas, que só com uma experiência apurada apercebemos, ao olhar demoradamente as coisas, captando-lhes a tonalidade exacta a cada hora do dia. É de Cézanne que me lembro, quando a coincidência de algumas percepções inesperadas me domina, sob o sol que nos penetra até aos ossos.”

(José Augusto Seabra, *A luz de Creta*, 2004)

Nos primórdios da Idade Média, a ilha de Creta tinha perdido a glória de tempos idos. Os vestígios da primeira civilização europeia encontravam-se sepultados sob um monte de ruínas, restando apenas uma memória vaga do esplendor de outrora. Esse esplendor fora determinado pela localização privilegiada da ilha, situada na ponta sudeste da Europa, no centro do Mediterrâneo Oriental, no sul do Egeu e equidistante das costas do Peloponeso, da Ásia Menor e do Nordeste de África. Trata-se da quinta maior ilha do mediterrâneo, com cerca de 245 km de comprimento, com uma costa de cerca de 1056 km de extensão. Mas Creta é também uma ilha de contrastes entre a costa e o interior, com uma orografia muito acidentada, dominada por três maciços montanhosos calcários: o maciço de Leuka, conhecido pelo nome de Montanhas Brancas (2452 m.); o maciço de Ida ou Psiloriti (2456 m.), no centro da ilha e local onde Reia escondeu o recém-nascido Zeus; e o maciço de Lasithi (2148 m.), na parte oriental.

Este perfil montanhoso, com gargantas estreitas e profundas, proporcionou a formação de um elevado número de grutas que, desde os primeiros

tempos, foram usadas para habitação e como locais de enterramento e santuários. As zonas de planície são raras e apenas cobrem cerca de 4% da ilha, sendo de destacar o vale de Mesara, na zona centro-meridional.

Tal como nos dias de hoje, o clima era mediterrâneo, com invernos soalheiros e suaves e verões quentes, ainda que o calor possa ser atenuado pelas brisas frescas do mar. A fraca ocorrência de chuvas, apenas sentidas no inverno, não permite a formação de rios navegáveis, muito embora sejam abundantes os ribeiros que correm ao longo do ano alimentados por nascentes perenes.

Em época pré-clássica os cretenses eram conhecidos dos Egípcios e dos povos do Próximo Oriente, graças aos seus contactos comerciais. Algumas listas de topónimos e antropónimos documentados no templo funerário egípcio de Kom-el-Hetam, construído no reinado de Amenhotep III, são disso testemunho. Neste templo é referido o termo *Keftiu* (Keftiu), que se pensa alusivo aos habitantes de Creta ou da zona do Egeu, e encontra afinidades com os nomes Keptaru e Kaphtor de origem acadiana e hebraica, respetivamente.

Segundo os dados arqueológicos, os vestígios mais antigos de ocupação da ilha de Creta remontam ao Período Neolítico Inicial. No palácio de Cnossos a ocupação mais antiga remonta a cerca de 7000 a.C. e está provavelmente associada à vinda de populações da Anatólia Central, da planície costeira da Cilícia ou da costa siro-palestina, que aí se fixaram. Mas a maioria da população da ilha seria naturalmente autóctone, vivendo da caça e da pesca, ignorando ainda o uso da cerâmica, e isolada do exterior.

Os primeiros núcleos habitados ocorrem no Neolítico Médio, entre 5750 e 4750 a.C., como se regista em Katsambas (Heráclion) ou Mitrópolis (Gúr-tina), associados à intensificação das atividades agropecuárias e às primeiras manifestações religiosas em torno da deusa-mãe, garante da fecundidade. Este período coincide com um acentuar das trocas comerciais com as ilhas vizinhas das Cíclades e, a uma escala mais vasta, com o Mediterrâneo Oriental.

No Neolítico Tardio, entre 4750 e 3100 a.C., estes núcleos passam a ter casas retangulares, construídas em adobe e madeira, com solos de terra batida e lareiras fixas para cozinhar e aquecer-se.

O período subsequente, chamado Minoico Antigo ou Pré-palaciano, entre 3000 e 2200 a.C., é ainda mal conhecido, muito provavelmente porque os seus vestígios foram destruídos pelas fases posteriores. Ainda com hábitos

herdados do Neolítico os habitantes acentuaram o comércio marítimo, em particular com o Levante e o Egito. Trata-se de um período de migrações de povos provenientes das costas da Anatólia Ocidental e das terras líbias. Este é também o momento em que se assiste à introdução do trabalho do bronze, que foi substituindo o uso da obsidiana procedente de Melos. A cerâmica, ainda subsidiária da tradição do Neolítico Final, é menos monótona do que no período precedente.

De uma primeira fase deste período, entre 3000 e 2600 a.C., conhece-se sepulturas em forma de “tholos”, concentradas sobretudo na planície da Meseta, na zona centro-meridional da ilha. Estas sepulturas estão provavelmente relacionadas com enterramentos de núcleos familiares reservados a uma elite socioeconómica e política.

No Minoico Antigo II, entre 2600 e 2300 a.C., assiste-se a um significativo crescimento das atividades agrícolas, em particular pela introdução do cultivo da vinha e da oliveira, e ao desenvolvimento da tecnologia do trabalho do bronze, testemunho de uma maior especialização económica das populações. Esta complexificação social é bem perceptível nos locais habitados que agora se caracterizam por possuir espaços abertos e pátios, interpretados como locais de reunião e para a celebração de cerimónias comunitárias, com exemplos identificados em Cnossos e Mália.

Um dos locais mais antigos deste período é conhecido como a “Casa da Colina”, em Vasiliki, localizado na parte oriental da ilha. Ali foram encontradas estruturas habitacionais, provavelmente pertencentes a um conjunto de famílias, que parecem antecipar a arquitetura dos palácios do período subsequente. Nas proximidades, na costa sul, identificou-se um outro importante sítio arqueológico, conhecido pelo nome de Myrtos (*Fournou Koriphi*), com funções ainda não determinadas. As estruturas aí identificadas, interpretadas como habitações, têm plantas muito variadas (trapezoidais, triangulares, em forma de L, retangulares) e caracterizam-se por possuírem pequenos compartimentos associados a espaços de maiores dimensões. Deste sítio arqueológico provém uma pequena estatueta designada como “Deus de Myrtos”, encontrada intacta junto a um altar, numa área de santuário. Este achado está associado às novas formas de enterramento constituídas pelas chamadas “tumbas-casas”, construídas em pedras, adobe e madeira.

No período Minoico Antigo III, entre 2300 e 2220 a.C., é comum encontrar-se vestígios de abandono e destruição, afins aos conhecidos no continente, nas ilhas Cíclades e na costa da Anatólia, facto que leva a pensar numa certa instabilidade nestas regiões. Modificam-se as práticas de enterramento e verifica-se a tendência para um povoamento mais concentrado em torno dos maiores centros populacionais, especialmente no interior da ilha.

Na fase seguinte, Minoico Médio, entre 2200 e 1550 a.C., começam a aparecer utensílios e armas de cobre puro, graças à exploração das jazidas metálicas situadas nas encostas das cordilheiras montanhosas da ilha. É também a época em que ao cobre se começa a juntar o estanho, um metal obtido na Ásia Menor, fundamental no fabrico de utensílios de bronze. Num primeiro momento, nos períodos Minoico Médio I e II, entre 2200 e 1700 a.C., as populações mantêm contactos diretos com o Mediterrâneo Oriental. Sob o ponto de vista organizativo, verifica-se uma maior complexidade social, ao nível proto-estatal. Este momento, igualmente conhecido por período Proto-Palaciano, caracteriza-se por um extraordinário desenvolvimento da civilização cretense e um rápido aumento demográfico, particularmente evidenciados pela construção dos primeiros palácios, dos quais se destacam Cnossos, Festos, Mália e Kato Zacro, a par do crescimento dos povoados adjacentes. De acordo com a posição estratégica dos palácios, é possível que Cnossos dominasse a área centro-norte da ilha, Festos a zona centro-sul, Mália a zona centro-oriental, e Kato Zacro o extremo oriental. É possível que na zona centro-ocidental tenha existido outro centro de controlo, ainda não identificado. Datam desta época as primeiras vias pavimentadas no interior da ilha que permitiam uma mais fácil ligação entre o norte e o sul da mesma.

No período Minoico Médio III A, por volta de 1650 a.C., verifica-se uma súbita destruição dos palácios como consequência de um forte abalo sísmico. A destruição terá sido muito significativa pois os palácios apenas haveriam de ser reconstruídos um século depois, na chamada Idade de Ouro cretense. Este período corresponde à chamada fase Neo-Palaciana ou dos Segundos Palácios em que o palácio de Cnossos parece ter controlado parte ou a totalidade da ilha. São desta fase as famosas pinturas murais e a maior parte dos artefactos arqueológicos que chegaram até nós.

Ainda não sabemos qual a função dos palácios minoicos e o próprio termo é questionável, pois não temos a certeza se eram usados como residência (permanente ou temporária) de reis e rainhas, de sacerdotes, ou mesmo de outros funcionários com tarefas políticas e religiosas. O que podemos afirmar é que, independentemente da sua dimensão, estes grandes complexos palacianos têm certas semelhanças entre si. É assim provável que obedecessem a um plano determinado que previa o uso coletivo, institucional, associado a uma região e a uma população não confinada aos limites físicos do palácio, mas com a qual mantivessem uma relação de interdependência. Dada a complexidade destes edifícios é possível que tivessem sido usados como palácios e templos.

Apesar do grau de destruição destes primeiros palácios, sabemos que podiam atingir dois a três andares, tendo em comum um grande pátio rectangular, por vezes situado numa zona periférica do edificado, frequentemente com orientação norte-sul. Para além deste pátio central, bem perceptível nos vestígios existentes, os palácios tinham ainda os seguintes espaços: um pátio ocidental (entendido como lugar de reunião), dois ou três pisos ligados por escadarias e pórticos sustentados por colunas de madeira a afunilar para a base de gesso (que permitem os chamados “poços de luz” e de arejamento), grandes armazéns, situados ao nível do solo, onde se guardavam grandes contentores (*pitthoi*), conjuntos residenciais, provavelmente usados como zonas de habitação e salas de banquetes (frequentemente situados num segundo piso do palácio), zonas de recepção, igualmente situadas num segundo piso, na ala oeste, com frequência profusamente decoradas com frescos; e áreas de culto, situadas, por norma, no lado poente do pátio central.

Os espaços interiores estavam ricamente adornados com frescos e lajes em gesso e continham sistemas de drenagem muito avançados, através do uso de aquedutos, cisternas ou poços.

Para além destes complexos palacianos, existiam ainda outros lugares centrais, mais pequenos, habitados pelas elites (príncipes?) e funcionários. É provável que a maior parte destes locais estivesse sob a dependência direta de Cnossos, como aquele situado em Petra, na baía de Siteia. Data ainda deste período a ampliação da rede viária, associada à chamada “minoicização do continente”, num momento de grande expansão ultramarina, bem refletido no conteúdo dos túmulos reais de Micenas.

(Página deixada propositadamente em branco)

OS PRIMEIROS PASSOS DA ARQUEOLOGIA CRETENSE

De 1204 a meados do século XVII, a ilha de Creta esteve sob o domínio de Veneza, sendo posteriormente ocupada pelos Turcos. O domínio otomano durou cerca de três séculos, até 1898, momento em que a ilha se integra em território helénico, sob o controlo das maiores potências europeias.

As descrições mais antigas das cidades, monumentos e ruínas, são dos italianos Cristoforo Buondelmonti e Onorio Belli, que exploraram Creta no século XVI, por encomenda de Veneza, reunindo uma vasta documentação escrita e numerosos mapas e desenhos. Mais tarde, em princípios do século XIX, são vários os aventureiros que viajaram pela ilha: o inglês Robert Pashley, o botânico alemão Franz W. Sieber, os franceses Léon Thenon e George Perrot, o escritor inglês Edward Lear e o capitão britânico Thomas Spratt. A valiosa documentação obtida a partir destas incursões, que inclui mapas, desenhos, aguarelas e diários, reúne os primeiros dados sobre a existência de uma civilização muito antiga na ilha, à qual não se tinha ainda dado um nome, e que então se relacionava com colonizadores provenientes da Grécia da época clássica. Estes viajantes procuravam vestígios da “Creta das noventa cidades” referida na *Odisseia* de Homero. A primeira tentativa de proceder a uma escavação deve-se a Thomas Spratt, tendo descoberto na parte oriental da ilha o sarcófago de Palaocastro e algumas ruínas no sítio e palácio de Kato Zacros.

Como referiu a Professora Maria Helena da Rocha Pereira¹, o passo de Homero acima referido é polémico, pois aí se referem os Dórios, mas é inte-

¹ Rocha-Pereira 1993-94: 60.

ressante pelo facto de mencionar um elevado número de “cidades” cretenses e a fertilidade da região:

“Há uma terra, Creta, que fica no meio do mar cor de vinho.
É bela e fértil, rodeada pelo mar. Nela habitam muitos
homens, incontáveis; e existem nela noventa cidades.
Numas, mistura-se a língua das outras: pois nelas há
Aqueus, magnânimos Cretenses autênticos, Cidônios,
Dórios divididos em três grupos e divinos Pelasgos.
Destas cidades há uma, Cnossos: é grande e nela reinou
Minos, interlocutor do grande Zeus, desde os nove anos.
Foi ele o pai de meu pai, o magnânimo Deucalião.
Ora Deucalião gerou-me a mim e ao soberano Idomeneu.
Mas Idomeneu partira nas naus recurvas para Ílion
com os Atridas...”.

(*Odisseia* XIX, 172-179, trad. Federico Lourenço 2003: 311-312)

Na segunda metade do século XIX, o interesse arqueológico por Creta vai intensificar-se, impulsionado pelas recentes descobertas de Heinrich Schliemann em Troia e Micenas, embora os projetos de escavação tenham sido dificultados pela guerra de independência contra os turcos.

Nos finais do século, em 1878, o arqueólogo cretense Iosif Hadzidakis e Minos Kalokairinos² (um antiquário de Heráclio, Cândia), obtêm autorização para fundar uma instituição cultural dedicada à recolha e conservação dos achados encontrados na ilha. Esta é a génese da primeira coleção arqueológica que será mais tarde integrada no Museu Arqueológico de Heráclion. Como veremos no capítulo seguinte, nesse mesmo ano Kalokairinos iria descobrir, apenas a uns seis quilómetros da capital, na colina de Kéfala, o local onde estava enterrado o palácio de Cnossos. Este lugar, conhecido pelo nome

² Minos Kalokairinos nasceu em 1843 na ilha de Citera, no sul do Peloponeso. Frequentou, durante um ano, Direito na Universidade de Atenas, curso que abandonou para estudar linguística em Paris. Após a morte de seu pai, em 1864, Kalokairinos assumiu os negócios de família em Creta, tornando-se simultaneamente tradutor do vice-cônsul britânico em Cândia (atual Heráclion).

de *tou Tselve he Kephala* (do grego κεφάλαια, promontório, e do turco *tselevi*, terratenente) era tradicionalmente considerado como o sítio onde se situava a antiga cidade de *Gnosus* (Cnossos). Esta tradição fazia com que aí afluíssem alguns turistas estrangeiros para contemplar os restos da lendária cidade como parte de uma visita que incluía, também, a gruta de Zeus e o labirinto de Dédalo. Graças à sua atividade como colecionista, Kalokairinos sabia, pelos pastores e agricultores da zona, que naquele lugar se encontravam “selos de pedra”, os mesmos que as mulheres da ilha usavam como talismãs para assegurar o leite materno aos neonatos, daí o nome de γαλόπετρες (*galópetres*), literalmente, “pedras de leite”³.

As descobertas vão intensificar-se nos inícios do século XX. Em 1901, a Escola Britânica, dirigida por D. G. Hogarth, completou as escavações de Federico Halbherr na gruta de Psicro e inicia novas escavações em Paleocastro e Kato Zacro⁴. No mesmo ano, Harriet Ann Boyd Hawes, uma jovem investigadora da Universidade de Pensilvânia, descobre, na parte este de Creta, a importante cidade minoica de Gúrnia. Passados apenas três anos, em 1904, o arqueólogo grego Stephanos Xanthoudides descobre na planície de Messara numerosos túmulos em forma de *tholos*, datados do III milénio, recuperando valiosos objetos funerários.

Estavam criadas as condições para que, entre 1904 e 1912, com o impulso dos dois arqueólogos gregos já referidos, Iosif Hadzidakis e Stephanos Xanthoudides, nascesse o Museu de Heráclion.

Arthur Evans inicia as escavações de Cnossos em 1900, intensificando a sua atividade até à 1.ª Guerra Mundial. Terminado o conflito, em 1920, Evans retoma as escavações, pelo menos durante mais de uma quinzena de anos, chegando a envolver cerca de 300 operários. A par da sua obra monumental, *Palace of Minos*, publicada em quatro volumes entre 1926 e 1935, edita dois

³ Mais tarde, contrapondo-se a Evans, Minos Kalokairinos tentará reivindicar para si os direitos da descoberta, chegando a publicar uma obra intitulada “Guide de L’Antique Ville de Cnossos. Rapport des fouilles faites à Cnossos en Avril 1877 par Minos A. Calocairinos qui a découvert Le Palais Royal ou le Megarón du Roi Minos et Le Fameux Labyrinthe situé près de Cnossos dans le bois sacré de Jupiter. Héraclion, le 23 Avril 1900”.

⁴ Este local será reescavado muitos anos depois, em 1962, pelo arqueólogo grego Nikolaos Platon, pondo a descoberto um magnífico palácio, o quarto em grandeza, depois de Cnossos, Festos e Mália.

outros estudos compilados na *Scripta Minoa*, o primeiro em 1907 e o segundo em 1952. Deve-se a ele o nome “minoico” atribuído a esta civilização, nome inspirado no lendário rei de Cnossos, Minos⁵.

Sabidamente Evans reúne-se a outros colaboradores, em particular o arquiteto David Theodore Fyfe, o pintor Émile Victor Gilliéron e os arqueólogos Mackenzie, Piet de Jong e John Pendlebury. Mais tarde, com a saída de Fyfe, Evans contrata Christian Charles Tyler Doll.

Em 1915, Iosif Hatzidakis inicia as escavações no Palácio de Mália, mais tarde retomadas pela Escola Francesa de Atenas. O período entre as duas guerras foi de fraca atividade arqueológica, com exceção das escavações de John Pendlebury que, em 1938, conseguiu escavar em Karphí um importante sítio já identificado por Halbherr, enquadrável no Minoico Tardio.

Na década de sessenta e setenta do século XX, dá-se uma retoma nas escavações graças aos serviços de arqueologia helénicos em colaboração com outros países integrados em missões internacionais. De entre várias iniciativas cabe destacar as escavações de Iannis e Evi Sakellarakis que descobriram a sepultura real de Archanes, as escavações da Universidade de Nápoles, dirigidas por Louis Godart, que encontraram o local minoico de Apodoulo, as escavações de Peter Warren que lhe permitiu identificar as casas Pré-Palacianas de Fournou Korifi, as descobertas de Stylianos Alexiou de inúmeras sepulturas e *tholos* do período Minoico Antigo e as numerosas prospecções de Paul Faure que o levaram à exploração das grutas e santuários de montanha ampliando significativamente, o conhecimento sobre os cultos minoicos. Na última década acima referida, deve ainda destacar-se a descoberta dos cemitérios Pré-Palacianos de Gúrnia, local onde se reescavaram as sepulturas em forma de casa, primeiramente identificadas por Harriet, em 1900.

⁵ Este nome não está associado ao nome de um rei, mas antes a um título de realeza, como o de faraó no Egito.

OS GRANDES PALÁCIOS E OUTROS CENTROS MENORES

A imensa Cnossos (Homero)

Nos finais do III milénio, no Bronze Médio, dá-se um intenso crescimento demográfico na ilha de Creta e, conseqüentemente, a proliferação das primeiras cidades, a par do aparecimento dos grandes complexos palacianos não fortificados conhecidos pelos nomes de Cnossos, Festos, Mália e Kato Zacro, seguidos por outros palácios de menores dimensões, como é o caso de Palai-kastro, Gúrnica, Petra, Galatas e Cânia.

A localização estratégica destes palácios possibilitou o controlo das rotas de acesso à ilha: do norte, a partir do continente grego; de leste, segundo a rota da Ásia Menor e de Chipre; de oeste, em direção à Península Itálica, e do sul, em direção ao norte de África e Egito. Excetuando Cânia, situado na zona mais ocidental da ilha, estes palácios distribuem-se sobretudo na zona central e oriental.

O palácio mais grandioso, com uma área de cerca de 20000 metros quadrados, está situado no sítio de Cnossos, na região setentrional, apenas a quatro quilómetros da costa. Como iremos constatar, à semelhança de outros palácios, possuía um grande pátio central, provavelmente destinado à celebração das chamadas *taurocatapsia* (ou *taurokathapsia*), que consistia em realizar perigosos saltos por cima de um touro. Esta celebração está representada num famoso fresco deste palácio que ilustra ágeis corpos de rapazes e raparigas que participam num exercício acrobático ou de tauromaquia.

Grande parte das estruturas arqueológicas datam do período Neo-palaciano, coincidente com o período Minoico Médio e a primeira fase do

Minoico Recente. As estruturas mais antigas do primeiro palácio, datadas do período Proto-palaciano, estão incluídas nas construções do período Neo-palaciano. A planta do palácio está dividida em quatro alas, a partir de um pátio central, na direção norte-sul. É possível que esta estrutura arquitectónica tenha inspirado a planta de outros palácios, em particular os de Festos, Mália e Kato Zacro.

Na extremidade da ala oeste existe um largo pátio pavimentado, com dois altares e três grandes poços. A partir de uma rampa, junto à qual se encontra o emblema dos chamados “cornos da consagração”, atinge-se uma passagem estreita, designada pelo nome de “corredor das procissões”. Este local está decorado com frescos dispostos em duas faixas, com inúmeras figuras femininas e masculinas, incluindo músicos, personagens reais e sacerdotes que se dirigiam até uma sacerdotisa ou divindade ricamente vestida, e dava acesso à ala sul do palácio, na qual existia uma magnífica entrada, conhecida por “Propileus Sul”, uma estrutura colonada, com três entradas. A norte desta entrada monumental, existe uma grande escadaria, ladeada por colunatas, que dava acesso ao segundo andar da ala oeste do palácio.

No centro do palácio temos um grande pátio com uma superfície de 50 x 25 metros. Por detrás deste pátio, encontram-se as áreas interpretadas como as residências dos nobres, os aposentos reais, a câmara do tesouro, as salas de representação, a sala do trono, o arquivo e os edifícios destinados ao culto. Todos estes compartimentos estavam adornados com frescos, ricas decorações e serviços higiénicos. Naquela que é designada como a “sala do trono” foram encontrados partes de uma enorme pia e de vasos para perfumes, dispostos desordenadamente, como se qualquer cerimónia tivesse sido interrompida subitamente. Nas paredes dessa mesma sala, que se presume tenha sido adornada pelos últimos habitantes do palácio, há um banco de pedra corrido e, por cima, o célebre fresco ilustrado com grifos.

Um dos mais famosos frescos de Cnossos foi encontrado numa das escadarias de acesso ao andar superior da ala oeste, uma área destinada a cerimónias religiosas. Este fresco ilustra uma figura feminina, conhecida pelo nome de “Parisiense”, pois a sofisticação do penteado, maquilhagem e indumentária, fez lembrar o modo como as parisiense do século XIX se adornavam.

A separação destas “salas oficiais” faz-se através de um extenso corredor, disposto no sentido norte-sul, que corre paralelo ao pátio central e dá acesso a áreas de cozinha e a dezoito armazéns, longos e estreitos. Nestes armazéns pode observar-se a representação do duplo machado e os enormes *pitthoi* destinados a conservar grande parte do azeite, do vinho e dos cereais produzidos na ilha⁶.

Na ala este do palácio temos uma escadaria monumental e pequenos pátios interiores que permitiam a entrada de luz e a ventilação em todos os cantos do edifício, uma característica específica da arquitetura minoica. É aqui que se situam as chamadas divisões para habitação, as zonas de oficinas e um sacelo para o culto. A maior sala do palácio encontra-se nesta ala e é conhecida como a “Sala dos Machados Duplos”, dando acesso a uma zona com pórticos e de terraço aberto, com vistas para um dos jardins. Junto a esta sala existe uma passagem estreita que dá acesso ao chamado “mégaron da Rainha”, conhecido pelos notáveis frescos que representam golfinhos. Contíguo a este espaço encontra-se um pequeno compartimento ao qual se acede por uma porta e uma balaustrada, local onde se encontra uma banheira de cerâmica aí colocada por Arthur Evans.

A entrada este do palácio faz-se pelo designado “bastião oriental”, que tem a aparência de um portão fortemente protegido, com uma escada em caracol.

Na ala setentrional situam-se os chamados propileus norte, implantados junto a uma sala hipóstila adornada com onze pilastras. O vestíbulo desta entrada está decorado com uma cabeça de touro em relevo, feita em gesso. A partir desta área acedia-se aos chamados “caminho real” e “área do teatro”, situados a noroeste do palácio, a uma luxuosa propriedade conhecida pelo nome de “Vila Real”, construída na encosta de uma colina, e, ainda, à área portuária situada na foz do Kairatos. A “área do teatro” abarca um vasto pátio retangular empedrado, rodeado, dos dois lados, por escadas, provavelmente destinado a reuniões coletivas e/ou espetáculos.

⁶ Segundo os cálculos de Arthur Evans estes grandes contentores podiam conter, no total, cerca de 75000 mil litros de azeite.

Um dos aspectos que chama a atenção na arquitetura do palácio é a aplicação dos conhecimentos hidráulicos ao sistema construtivo, com destaque para as canalizações em argila existentes desde a fase mais antiga do palácio.

São também dignos de admiração os frescos recuperados, embora os trabalhos de reconstrução e restauro empreendidos por Evans tenham sido motivo de fortes polémicas e duras críticas, tendo este arqueólogo e os seus colaboradores sido acusados de criar um falso gosto neoclássico.

Para além da reconstrução e restauro, Evans procedeu à consolidação das estruturas e à substituição de alguns elementos por cimento armado, algo que, apesar das críticas, permitiu a escavação e a conservação do edifício. Seguindo os métodos construtivos dos minoicos, Pendlebury, um dos arquitetos especializados que trabalhou com Evans, reconstrói as colunas com madeira reaproveitadas de troncos de árvores colocadas de topo para baixo. Esta disposição das colunas evitava o apodrecimento das mesmas quando sujeitas às chuvas e às intempéries. Mais tarde, em 1905, já sob a supervisão de Doll, as novas colunatas de madeira foram substituídas por vigas modernas em ferro e colunas em pedra cobertas por gesso vermelho, talhadas à semelhança das originais, representadas num dos frescos do palácio. Mas igualmente polémicas foram as reconstruções dos frescos pelo suíço Émile Gilliéron, acusado de ter utilizado cores brilhantes, estilizado os motivos ornamentais e exagerado a elegância das figuras humanas⁷.

Como já referimos, Cnossos foi o maior palácio de Creta. Evans calculou que este, no período de maior esplendor, poderia ter albergado cerca de 12000 pessoas. Se a estas juntarmos os restantes vestígios habitacionais que rodeavam o palácio, podemos imaginar uma população de cerca de 70.000 habitantes. Se a estes ainda adicionarmos a população que vivia na zona portuária, pode-se estimar um total de cerca de 100.000 habitantes.

Os dados até à data reunidos permitem ter uma ideia das distintas fases construtivas do palácio: o primeiro edifício foi destruído por volta de 1700 a.C., devido a um terramoto que assolou toda a ilha e que foi sentido em todo o Mediterrâneo Oriental, desde a Anatólia até à Palestina. Um século depois, por volta de 1600 a.C., dá-se um novo momento construtivo, coinci-

⁷ Este foi o caso do famoso fresco do chamado “Príncipe dos Lírios”, parcialmente recriado.

dente com um período áureo desta civilização. O palácio adquire dimensões grandiosas e pensa-se que terá presidido ao controle económico de toda a ilha e impulsionado um forte comércio com o Egeu e o Médio Oriente. Mais tarde, por volta de 1500 a.C., ocorre uma nova catástrofe na ilha, destruindo parcialmente o palácio. Este momento coincide com a chegada dos micénicos vindos do continente, que passam a ocupar o palácio e praticamente toda a ilha. Numa fase mais avançada, nos inícios do período arcaico, o palácio foi convertido numa colónia dórica e, paulatinamente, foi perdendo o seu poder. Sob o Império Romano o local, agora transformado numa pequena cidade, acabaria por ser convertido numa colónia, a *Colonia Iulia Nobilis*, deixando de ser habitada no período bizantino.

Festos, o palácio de Radamanto e a cidade bem povoada

O palácio de Festos tinha uma importância semelhante à de Cnossos. Como aquele é também mencionado em Homero, quando este se refere à participação de Idomeneu na Guerra de Troia, lutando ao lado dos Aqueus. Neste passo, Homero, descreve-o como “a bem povoada”. O nome do palácio encontra-se também nas tabuinhas tardias em Linear B encontradas em Cnossos (*PA-I-TO*).

O palácio e a cidade que o circundava estavam situados no lado leste de uma colina íngreme, com uma vista privilegiada para o fértil vale de Messara, situado no sul da ilha. Os vestígios mais antigos datam do Neolítico e foram encontrados sob as lajes do pátio central, incluindo machados de pedra, pontas de obsidiana e fragmentos de cerâmicas datados aproximadamente de 3600 a.C. Como no palácio de Cnossos, o acesso principal fazia-se por este pátio central, situado a oeste.

Festos, situado na proximidade do porto de Komos, era o segundo maior palácio de Creta, com cerca de 8400 metros quadrados. Teve, à semelhança de Cnossos, um importante papel económico, e estava a ele ligado pela única via que atravessava a ilha.

As primeiras intervenções na colina de Festos foram realizadas pelo arqueólogo italiano Federico Halbherr, que trabalhava desde 1884 na cerâ-

mica de Gortina e na recuperação das inscrições em caracteres dórico-cretenses do célebre código do século VI a.C. encontrado nesta cidade. Passada uma década, em 1894, Halbherr, com a ajuda de Antonio Taramelli, realizou as primeiras escavações na planície de Messara. Nesta região encontrou uma fossa cheia de fragmentos de cerâmica policroma pré-grega, idênticos aos encontrados na Gruta de Camares, que havia de dar o nome a este tipo de cerâmica decorada. Pouco tempo depois, em 1900, a Escola Arqueológica Italiana, devidamente autorizada pelo Estado Grego, inicia as escavações em Festos sob a direção de Luigi Pernier e Federico Halbherr, apenas três meses depois das primeiras escavações de Arthur Evans em Cnossos.

Num primeiro momento estes arqueólogos não obtiveram grandes resultados, tendo apenas encontrado ruínas pouco relevantes de época greco-romana. Mas, pouco tempo depois, começaram a aparecer quantidades significativas de vasos micênicos e de vasos minoicos do estilo Camares, a par de um bloco de pedra gravado com o símbolo do duplo machado. Sob estas ruínas, foram surgindo os primeiros vestígios de muros de um grandioso palácio. Depois de escavada toda a ala a ocidente do grande pátio central, as sondagens tiveram que ser interrompidas devido a um surto de malária que assolou toda a região.

As escavações prosseguem nos dois anos seguintes, em 1901 e 1902, pondo a descoberto o famoso pátio retangular empedrado do segundo palácio (sobreposto ao do primeiro palácio), e um grande número de passadiços e pórticos que conduzem a outros pátios, a salas, a oficinas e às habitações reais. Estas últimas, situadas na ala norte do palácio e conhecidas pelos nomes de “sala da rainha” e “mégaron do rei”, estão pavimentadas com lajes de alabastro e estão ladeadas por pórticos. Daqui se acedia a um outro pátio de menores dimensões, comunicando através de um estreito corredor central, ladeado por pequenos compartimentos.

O pátio central do palácio estava rodeado por colunatas e pórticos (dispostos nos lados oeste e leste), sobre as quais havia galerias interpretadas como locais onde as elites assistiam às cerimónias rituais.

Na ala oeste do palácio situa-se a chamada “área do teatro”. Este local está limitado por um alto muro de suporte que dava acesso à plataforma superior através de duas escadarias. Uma dessas escadarias têm 22 metros de

comprimento, fazendo lembrar a cavea de um teatro. Pensa-se que aí seriam celebradas algumas cerimonias e rituais. Na mesma ala existia ainda uma área de armazéns, separados por um corredor central, com orientaao leste-oeste. No canto noroeste do palácio existe uma escadaria monumental com degraus ligeiramente convexos para facilitar a drenagem das águas das chuvas, soluao única na arquitetura minoica. Por esta escadaria podia aceder-se aos propileus, organizados em forma de duplo pórtico.

Na ala sudeste situavam-se as zonas oficinais e pequenos pórticos. Alguns destes pórticos davam acesso a divisões isoladas do palácio, provavelmente áreas de residência de nobres ou mesmo de príncipes.

Os vestígios mais antigos do primeiro palácio, situados na ala sul e datados do Minoico Médio, estão construídos sobre uma ocupaao neolítica. Esta é uma área multifuncional, pois aí se encontraram armazéns, uma grande sala, uma área de santuario⁸ e várias zonas de passadios (um dos quais conhecido pelo nome de “via das procissões”)⁹.

O período que antecedeu e sucedeu às duas guerras mundiais foi marcado por várias vicissitudes. Após a morte de Pernier, em 1937, inicia-se uma segunda fase de escavaao empreendida por outro arqueólogo italiano, Dori Levi, que prossegue as escavaoes do palácio a cargo da Escola Italiana de Arqueologia de Atenas.

Em agosto de 1950 da-se início a um novo ciclo de escavaoes que se prolongaram até 1966. A partir dessa data, e até à atualidade, as intervenoes têm sido escassas, correspondendo maioritariamente a trabalhos de conservaao e de análise estratigráfica. As campanhas empreendidas por Levi permitiram identificar quatro fases construtivas: as três primeiras, datadas entre 1800 e 1500 a.C., pertencem ao final do período Proto-Palaciano (Minoico Médio IIB) e à primeira metade do período Neo-Palaciano (Minoico Médio IIIA a Minoico Tardio IA); a última, entre 1500-1450/1400 a.C., pertence à segunda metade do período Neo-Palaciano (Minoico Tardio IB a Minoico Tardio II).

⁸ O santuário, formado por quatro câmaras contíguas, tinha um altar para as oferendas e assentos escavados na rocha.

⁹ Foram encontradas nesta área as mais antigas tabuinhas em Linear A de Creta. Aqui também foi o lugar onde Pernier, em julho de 1908, encontrou o famoso disco de Festos. Sobre este disco vide infra, no capítulo dedicado à escrita, as consideraoes tecidas a respeito.

Em síntese, pode dizer-se que as construções mais antigas datam dos inícios do período Proto-Palaciano, de cerca de 2000 a.C. (Minoico Médio IB). Estas construções vão sofrer dois grandes momentos de destruição: o primeiro devido a um grande terramoto e, o segundo, devido a um incêndio associado à grande catástrofe natural que desolou toda a ilha por volta de 1645 ou 1627 a.C. Na centúria seguinte ocorre uma nova fase construtiva, reutilizando-se muitos dos materiais da estrutura primordial. Mais tarde, durante a ocupação micénica o palácio foi definitivamente destruído, ainda que a cidade continuasse a ser habitada até finais do período Geométrico.

Nas proximidades do palácio, foram identificados vestígios de um povoado cujas estruturas mais antigas remontam ao Neolítico e as mais recentes à época romana. A existência de um templo grego, datado do período clássico, sugere que o local tenha sido revisitado como lugar de culto. A área parece, todavia, ter sido definitivamente abandonada no século II a.C., após um período de conflito com a cidade de Gortina.

Mália, o palácio de Sárpedon

O palácio de Mália, situado na parte setentrional da ilha de Creta, foi descoberto em meados do século XIX por Thomas Spratt, um capitão britânico. A sua curiosidade foi desperta pelas histórias de alguns pastores que referiam a descoberta de algumas lâminas de ouro naquela zona. Após umas breves sondagens arqueológicas as escavações acabariam por ser suspensas, depois da morte acidental de um trabalhador.

A descoberta do palácio ocorre mais tarde, em 1915, pelo médico e erudito Iosif Hatzidakis¹⁰. Para além do palácio, Hatzidakis haveria de encontrar os vestígios de uma cidade antiga e de uma necrópole junto ao mar. Nessa zona de necrópole irá exumar uma quantidade significativa de objetos em ouro, fazendo com que o local passasse a ser designado pelo nome de *chrysolakos* (mina de ouro). A ele se deve ainda a fundação do Museu de Heráclion e

¹⁰ Antes da descoberta do palácio Hatzidakis era já conhecido por ter realizado importantes prospeções no Monte Ida e pelos seus importantes achados em Tylissos.

a lei aprovada em 1899 que facilitava as escavações na ilha¹¹. Em março de 1900, confrontado com a falta de verbas, acabaria por delegar as escavações do palácio à Escola Francesa de Atenas, sob a direção de outros arqueólogos franceses, primeiramente de Pierre Demargne, e, mais tarde, de F. Chapouthier, J. Charbonneaux, Henri van Effenterre¹² e O. Pelon.

Apesar de desconhecermos o nome antigo do palácio, pensa-se que poderia ser Tarmaros ou, mais provavelmente, Milatos. Segundo os poemas homéricos este palácio teria sido residência de Sárpedon, filho de Zeus e de Europa, e irmão mais novo do rei Minos, que o expulsou do seu palácio.

Como referimos, trata-se do terceiro maior palácio de Creta, com cerca de 75000 metros quadrados. Localiza-se numa pequena colina fértil, a cerca de 34 km a leste de Heráclion, nas proximidades de um porto essencial para a navegação da fase final da Idade do Bronze.

Segundo os dados arqueológicos, os vestígios mais antigos datam dos finais do Neolítico e do início do período Minoico Antigo. O palácio tem duas principais fases construtivas: a primeira estrutura data de cerca 1900 a.C. e, tal como os outros palácios cretenses, foi destruída em 1700 a.C., restando apenas oito espaços subterrâneos no lado sul, certamente utilizados como armazéns; os vestígios do segundo palácio datam da transição do Minoico Antigo Médio para o Minoico Tardio, entre cerca de 1650 a 1600 a.C. Apesar de imponente, este palácio não possui (como é habitual) fortificações e está rodeado por uma cidade dotada de um porto, não escavada na totalidade. Mais uma vez, à semelhança dos outros palácios, o palácio de Mália estava estruturado em torno de um imenso pátio central lajeado e limitado por pórticos, com um altar no centro, o único do género.

Como em Festos, a ala leste do pátio central é rodeada por um porticado com colunas e pilares alternados. Nesta área situam-se os maiores armazéns do palácio, cuja entrada para o pátio central se fazia por um estreita entrada situada no canto sudeste.

¹¹ O cargo que Hatzidakis assume de Presidente da Associação Cultural de Estudiosos para a promoção da educação (Sylogos), terá uma notável importância para a arqueologia cretense.

¹² A Henri van Effenterre se ficou a dever a renovação das publicações *Études crétoises*, editados pela Escola Francesa de Atenas.

Do lado oposto do pátio central, na ala oeste, temos uma série de pequenos compartimentos, alguns dos quais destinados a cerimónias religiosas.

No ângulo sudoeste dessa ala existe uma escadaria que, muito provavelmente, corresponderia às chamadas “zonas de teatro” dos outros palácios. Nas proximidades deste local encontrou-se um dos objetos mais singulares deste palácio, uma mesa circular em pedra (*Kernos*), com uma profunda abertura no centro e, junto ao rebordo, 34 círculos escavados, que se julga terem servido para depositar as oferendas de frutos e cereais.

Na área sudoeste do palácio existem oito grandes armazéns circulares (*kouloures*), dispostos em duas filas no sentido leste-oeste, que eram utilizados como silos para o grão.

Na zona norte do palácio existem pequenos compartimentos, provavelmente destinados a habitação. Uma área porticada, chamada “Pátio dos Pilares”, poderia ter sido usada como zona de banquetes. Esta zona era acessível através de uma escadaria dupla, orientada a leste, que permitia desfrutar de uma vista privilegiada sobre o pátio central.

Na extremidade norte do palácio situa-se um outro pátio com colunas, rodeado por compartimentos interpretados como zona de serviços e armazenamento. Esta área estava conectada com o pátio central através de um estreito corredor pavimentado. Do outro lado deste corredor, no canto noroeste do pátio central, encontram-se as ruínas de um edifício em forma de torre, situado próximo de uma das entradas do palácio.

No ângulo noroeste estava situado o mégaron, uma área provavelmente reservada à residência dos nobres, com banhos lustrais.

Na ala oposta, na zona sul, existe uma entrada a partir da qual se acedia ao pátio central e a uma escadaria monumental que dava acesso à planta superior.

O abandono do palácio teria ocorrido entre 1450 e 1400 a.C., sendo as causas desconhecidas. Algumas teorias apontam para que a destruição se tivesse ficado a dever sobretudo à guerra que teria assolado toda a ilha. Apesar do abandono, alguns vestígios documentam uma parca ocupação de alguns espaços no período micénico, entre 1375 e 1100 a.C.

Kato Zacro, um palácio à beira-mar

Situado na ponta oriental da ilha, Kato Zacro é o quarto palácio maior de Creta e o último a ser escavado. As primeiras ruínas foram identificadas nos finais do século XIX por Thomas Spratt. Mais tarde, em 1901, Hogarth empreende a primeira campanha de escavação. Este local, de que se ignora o nome original, teria sido um importante ponto de escala para os barcos provenientes da Ásia Menor e do Oriente Médio. A relação com estas regiões está documentada pelo achado de diferentes objetos importados: presas de elefante, lingotes de bronze, instrumentos para o tratamento de matérias-primas, etc.

Na primeira campanha de escavação, Hogarth encontrou uma série de casas. Devido a chuvas intensas as escavações acabariam por ser interrompidas, voltando apenas a ser retomadas passados sessenta anos. Nada fazia prever que, na planície, aos pés da cidade e não muito longe da praia, se encontrava um dos maiores palácios minoicos.

A descoberta do palácio ocorreu em 1961 pelo arqueólogo grego Nikolaos Platon. Apesar de ser de menores dimensões de que Cnossos, Festos ou Mália, possui uma planta idêntica: salas com mégaron (pertencentes ao rei e à rainha), salas de representação, armazéns e arquivos. Como já referimos, estes palácios organizam-se em torno de um grande pátio central e de outros menores, orientados no sentido norte-sul, de modo a ficarem expostos ao sol de inverno e/ou, por motivos rituais.

Em Kato Zacro os vestígios mais antigos datam de 1900 a.C., tendo sofrido uma segunda fase construtiva entre 1600 a.C. e 1500 a.C. No lado noroeste do pátio central, consideravelmente mais pequeno que o dos outros palácios, é possível observar vestígios de um altar. No canto noroeste deste pátio identificou-se um grande compartimento, interpretado como uma zona de cozinhas, ladeado, à sua esquerda, por armazéns com um local de recepção. Do lado oposto deste pátio central, acedia-se a um pórtico monumental, com nova área de armazéns.

Na zona correspondente ao rés-do-chão, na ala oeste deste pátio central, distribuem-se pequenos compartimentos, alguns dos quais provavelmente utilizados com funções rituais, e uma zona mais ampla denominada “área de

banquetes”. Os objetos mais preciosos encontrados provêm das chamadas salas do “santuário” e do “tesouro”, tendo sido encontrado nesta última o famoso *rhyton*¹³ em cristal de rocha e um jarro de mármore policromo, datados de cerca de 1450 a.C. Por trás destes compartimentos temos a chamada “sala dos arquivos”, assim designada pelo número considerável de tabuinhas de argila aí encontradas, escritas em Linear A.

Na ala leste deste pátio foram escavados grandes compartimentos, interpretados como área dos aposentos reais, onde provavelmente se situaria a “sala do trono”. Nesta mesma ala encontrou-se uma ampla divisão, a chamada “sala da cisterna”, um dos espaços mais originais do palácio, com uma piscina no centro, circundada por uma colunata. A sul desta ala existe um outro espaço retangular com outro tanque, provavelmente usado para os mesmos fins. A nordeste deste pátio central existe uma zona de banhos lustrais, com uma curiosa casa de banho associada. No canto sudeste temos uma escada que dá acesso a um poço, usado com fins rituais. No lado sul do pátio encontra-se uma série de compartimentos usados como áreas oficinais para o trabalho da pedra, do marfim, da faiança e, talvez, para o fabrico de perfumes.

Nalgumas áreas escavadas do palácio ainda se conservam frescos e pavimentos cobertos por finas lousas de pedra. Destaca-se ainda o achado, num dos armazéns, de mais de quinhentos vasos e *pithoi* de grandes dimensões. O esplendor deste palácio costeiro acabaria por volta de 1450 a.C., destruído pelo fogo.

As cidades associadas aos complexos palacianos

Como pudemos observar, os palácios minoicos eram circundados por cidades. No caso de Cnossos, que sofreu uma ampliação no Minoico Médio, assiste-se a um aumento da área habitacional periférica ao palácio, em parte como resultado do aumento populacional, calculado em torno de 12000 habitantes. Como mencionámos, ainda durante as escavações de Arthur

¹³ O *rhyton* consta de um vaso de libação destinado a verter líquidos (vinho, mel ou óleos perfumados), provavelmente em contexto ritual e/ou cerimonial.

Evans, descobriu-se, nas proximidades do palácio, numerosos vestígios de um pequeno edifício, designado pelo nome de “Pequeno Palácio”¹⁴. Esta construção, datada entre 1500 e 1300 a.C., integrava duas criptas, interpretadas como áreas de culto, e um edifício de representação. Nesta área foram também encontradas uma necrópole e algumas ruínas datadas da ocupação micénica e romana. De entre alguns objetos de interesse destaca-se o achado de pequenas miniaturas de casas minoicas em argila que permitem dar uma ideia da fachada de alguns edifícios. Como se vê nestas representações, as casas podiam ter três pisos e caracterizavam-se por ter uma porta central e janelas, simetricamente colocadas.

Estes espaços habitacionais, contíguos aos palácios, tinham também uma função importante como áreas oficiais. Nas proximidades do palácio de Mália, algumas das casas mais antigas, datadas do período Proto-Palaciano, estavam situadas numa zona, designada como sector Delta, onde foi identificada, em 1956, uma oficina que trabalhava pedras lavradas, encontrando-se um número significativo de peças em distintas fases de laboração, associadas a utensílios e restos de produção. Neste local foi também detetado uma área dedicada a um culto público, designado por “santuário dos cornos”, porque as lousas do parapeito estavam coroadas por uma fiada de cornaduras rituais duplas. Mais tarde, entre 1965 e 1978, foram identificados, no chamado sector Mu da cidade (situado a ocidente do setor Delta), importantes construções da época Proto-palaciana, que teriam sido destruídas no Minoico Médio por um violento incêndio ou catástrofe natural. Aí foi recuperado um número considerável de fragmentos de vasos cerâmicos pintados e de vasos em pedra, para além de documentos de arquivo, selos e reproduções de armas para rituais. Deve ainda destacar-se o achado de alguns objetos de grande interesse datáveis do Período Proto-palacial e Neo-palacial: uma machadinha real de xisto escuro em forma de leopardo, peças de ourivesaria (como o famoso pendente em forma de duas abelhas), um acrobata a realizar um salto mortal, numerosas tabuinhas com hieróglifos e placas de argila com ideogramas¹⁵.

¹⁴ No “Pequeno Palácio” Evans encontrou o famoso vaso em esteatite (ou pedra-sabão), com a forma de cabeça de touro, de que falaremos mais adiante.

¹⁵ A maior parte deste objetos está atualmente conservada nos Museus de Heráclion e Ayios Nikolaos.

Cidónia, um palácio na zona mais ocidental da ilha

O palácio de Cidónia, situado na zona mais ocidental da ilha, foi descoberto na década de sessenta do século XX por uma missão greco-sueca, dirigida pelo grego J. Tzedakis. Neste pequeno palácio situado numa área aparentemente menos rica em jazidas minoicas, no centro da atual cidade de Cânia, na colina de Kastelli, foram descobertas ruínas e um arquivo com tabuinhas escritas em Linear A e B. A escrita nesta tabuinhas permite constatar que se trata da antiga Cidónia mencionada nas tabuinhas de Cnossos (*ku-do-ni-ja*), uma cidade fundada, segundo a lenda, pelo próprio Minos ou pelo seu sobrinho Cídon.

O local vem referido nas fontes, nomeadamente em Homero e Heródoto, mencionando este último que o local foi fundado em 524 a.C. por habitantes de Samos. Também Estrabão refere que, como Gortina e Cnossos, a cidade foi fundada por Minos. Grande parte dos vestígios da época minoica estão ocultos sob construções medievais e modernas da cidade de Cânia.

Hagia Triada, um complexo habitacional principesco

Nas proximidades do palácio de Festos a missão italiana de arqueologia, sob a direção de Luigi Pernier, empreendeu uma série de prospecções que a levou à descoberta de importantes vestígios arqueológicos, entre os quais, ricos túmulos da época micénica e o complexo senhorial de Hagia Triada¹⁶.

Para além de alguns achados datados do Neolítico, os vestígios minoicos mais antigos são do período Minoico Médio. Muitas das estruturas deste complexo habitacional, destruídas por volta de 1450-1400 a.C., têm sido interpretadas como destinadas a substituir a residência oficial da família real, no palácio de Festos, que se encontrava danificada. Outros sugerem tratar-se de um local destinado a habitação sazonal da elite real.

A planta deste local não é igual à dos palácios: não tem pátio central, não está orientada no sentido norte-sul e não possui a fachada central voltada a

¹⁶ Nome atribuído pelos italianos pelo facto de ali se situar uma igreja veneziana, datada do século XV, consagrada à Santa Trindade.

ocidente. As estruturas estão distribuídas em L e abrangem os lados norte e oeste da colina; a sul, temos uma plataforma com o lado oriental encerrado por um pórtico, interpretado como um local de santuário onde se recolheram numerosas oferendas votivas.

Neste rico complexo habitacional a área de aposentos situa-se na ala sudoeste, onde se distribuem as dependências dos funcionários e a zona da cozinha e despensa. No chamado ângulo L, estão as divisões mais nobres, destacando-se uma sala que dá acesso a um pórtico de lados simétricos, um dormitório e habitações decoradas com frescos e lajes de alabastro. Nesta área foram encontradas tabuinhas escritas e grande número de selos. No centro desta ala temos ainda armazéns e, situada no extremo oriental, uma zona mais nobre com pequenos compartimentos porticados, separados por corredores com bancos ao longo das paredes. Estes espaços comunicavam com um andar superior onde provavelmente estavam as chamadas salas de representação, destinadas a ocasiões especiais.

Na estrutura habitacional foram recuperados utensílios de bronze, vasos em pedra e um grande número de cerâmicas pintadas. De todos estes itens cabe destacar os vasos cerimoniais em esteatite negra com representações de um cortejo de segadores, cenas de desporto e jogos acrobáticos com o tema do touro, e dezanove peças de cobre, de trinta quilos cada, em forma de machado duplo e com sinais gravados, provavelmente usadas nas transações comerciais.

Na encosta de uma colina, na plataforma norte deste núcleo habitacional (interpretado como uma área menos nobre) foram identificadas casas construídas em socalcos, provavelmente pertencentes a uma outra *villa*. Este local, conhecido pelo nome de *Villa B*, teria funcionado como anexo da *Villa A*, à semelhança de outros exemplos coetâneos identificados em Cnossos e Tylissos.

Este complexo habitacional foi provavelmente destruído pela guerra que assolou a ilha entre 1450 e 1400 a.C., ainda que o local tivesse continuado a ser frequentado, certamente por razões de carácter religioso.

No período micénico foi construído um pequeno palácio de planta retangular tripartida, com o típico mégaron e novas edificações que se sobrepõem à ocupação minoica.

A parte setentrional deste novo complexo habitacional foi reservada a uma zona de mercado ou *agora*, ladeada, à sua direita, por oito armazéns com aberturas para uma zona com pórticos, pilastras e colunas. No piso superior deste espaço são ainda visíveis alguns vestígios de oficinas (posteriores a 1400 a.C.), que lhe conferem um aspeto civil, idêntico ao dos mercados helenísticos.

Em Hagia Triada foram ainda identificadas ruínas mais recentes datadas entre o final do período micénico e o século II a.C. Pensa-se que estas estruturas possam corresponder a um recinto sagrado que, posteriormente, em época grega, terá dado lugar a um pequeno templo ao deus Velchanos, assimilado a Zeus (também adorado em Festos) e, em época romana, a uma pequena casa rústica.

Na zona leste da colina, numa área de necrópole, foram identificados importantes testemunhos de ocupação minoica, com destaque para o famoso sarcófago de calcário decorado com pinturas fúnebres e rituais, datado do período Minoico Tardio.

Mochlos (*Gúrnia*)

Para além de Hagia Triada conhece-se outros núcleos habitacionais na ilha de Creta que funcionavam a par dos palácios e das pequenas cidades. De entre outros locais, destaque-se uma pequena casa rústica encontrada em *Kosouè*, em Festos, e um conjunto constituído por *villae* e quintas em Hagia Vervara, em Mália. Mas digno de destaque é o núcleo habitacional de Mochlos, situado em Gúrnia, no centro do Golfo de Mirabelo, na zona oriental da ilha e nas proximidades de um bem localizado porto de ancoragem, favorável às atividades piscatórias e ao comércio marítimo. Este local, batizado com o nome de Gúrnia pelos habitantes da região devido ao achado de numerosas bacias de pedra (*gournes*) que, mesmo antes da escavação, eram visíveis entre as ruínas, foi escavado no início do século XX (1901-1904) por Harriet Ann Boyd Hawes, da Universidade da Pensilvânia. Segundo os dados das escavações, o local conhece três momentos principais de ocupação,

desde o Minoico Médio IIIB até ao Minoico Tardio IIIB, ou seja, entre 1600 a.C. e 1220 a.C.¹⁷

Esta pequena cidade, edificada numa colina, é constituída por um casario assimétrico, com arruamentos íngremes e irregulares, tendo cerca de 185 m de norte a sul e 135 m de leste a oeste, e ocupando uma área aproximada de 25000 metros quadrados. As casas, datadas do Minoico Médio IIIA, entre 1700 e 1600 a.C., são pequenas, com um ou dois pisos, similares aos modelos de argila encontrados em Cnossos e Archanes. A planta da cidade está dividida por arruamentos em seis largos blocos habitacionais irregulares. No centro, no topo da colina, foi detetado um pequeno palácio (conhecido como a “Casa do Governador”) datado do período Minoico Médio III, com um pátio central, do qual derivavam os armazéns e as áreas representativas. Na zona sul da cidade, num recanto aberto, existe um espaço conhecido como “área do teatro”, provavelmente usado para receber as populações em ocasiões políticas e religiosas. À semelhança de grande parte de outros centros minoicos de Creta, este pequeno palácio e casario adjacente foi destruído por volta de 1450 a.C.

A “villa” neopalaciana de Amnisos, um dos portos de Cnossos

Um dos maiores nomes da arqueologia cretense, Spiros Marinatos, ficou especialmente conhecido pela descoberta da designada “Pompeia da Pré-História”, o emblemático sítio de Akrotiri, na ilha de Tera, atual Santorini. Mas antes desta extraordinária descoberta, Marinatos realizou importantes escavações em Creta, no período entre as duas guerras, com destaque para a descoberta da chamada “villa” neopalaciana de Amnisos, situada a poucos quilómetros de Heráclion, numa vasta planície arenosa na base de um promontório rochoso. Este lugar, que ainda conserva o nome pré-helénico, era já conhecido de Homero, que refere a sua proximidade da caverna de Ilícia, a deusa que presidia aos partos. Também o geógrafo grego Estrabão se refere a Amnisos como o porto do rei Minos.

¹⁷ Os vestígios mais antigos datam, no entanto, do período Minoico Antigo.

Nas campanhas de 1932 e 1936, Marinatos descobre uma construção de dois pisos, interpretando-a como um local onde provavelmente residia um alto funcionário responsável pelo tráfego marítimo. Este local ficou conhecido como a “*villa* dos Lírios”, devido à descoberta, no compartimento principal, de um belo fresco decorado com lírios brancos. Mais tarde, o local torna a ser escavado por Nikolaos Platon que identificou nas proximidades edifícios anexos às instalações do porto, cobertos com pedrapomes da erupção vulcânica que terá motivado a destruição deste local.

O MUNDO DO EGEU

A hegemonia cretense no Egeu

Os minoicos eram ótimos navegadores. Nos finais do III milénio e inícios do II, eram já conhecedores de técnicas de construção naval que lhes permitiram enfrentar o mar alto e viajar em todo o Mediterrâneo Oriental. Usavam embarcações robustas, com mastros, quilhas e pranchas adequadas à navegação em mar aberto, de madeiras provenientes das florestas do interior da ilha, ricas em carvalhos, ciprestes, cedros e pinheiros. Como se observa nalgumas peças em argila e em selos minoicos, as embarcações, com proas e popas que se elevavam quase na vertical, tinham um casco baixo e arredondado, e estavam equipadas com uma única vela quadrada.

A roda de proa, alta, e nalguns casos erguida a par da extensão da quilha, tornava mais fácil a manutenção do rumo da embarcação e permitia diminuir o abatimento quando se navegava mais encostado ao vento. A popa da embarcação, ligeiramente elevada e arredondada, facilitava uma melhor flutuação do casco e abrigava o timoneiro. Possuindo apenas um mastro, requeriam a utilização, em simultâneo, das velas e dos remos¹⁸, e eram direcionadas com recurso a um leme fixo à popa ou a dois remos.

A grande maioria destas embarcações era de pequena dimensão e, portanto, facilmente varadas na praia ou guardadas em terra. Havia-as também de consideráveis dimensões, com cerca de 30 metros ou mais, o que permitia alcançar a costa nordeste e as cidades da Ásia Menor. Para noroeste, em dire-

¹⁸ Quando o regime de ventos era desfavorável ou se estes, simplesmente, cessavam, recorria-se ao uso de remadores, até 25 de cada lado.

ção à costa do continente grego, percorriam cerca de 300 km. Se viajassem para sudoeste, em direção ao Egito, cruzavam a distância aproximada de 640 km. Em sentido oposto, rumo ao Chipre e à costa siro-palestina, o trajeto era mais longo, aproximadamente 950 km mas, ainda assim, passível de ser vencido pela marinha mercante minoica.

Da ilha de Creta eram exportados os produtos excedentários, em particular os bens agrícolas como o azeite, o vinho e o mel. Também se comercializavam madeiras (particularmente de cipreste) e outros bens exóticos, como a púrpura, a resina de pinheiro, as ervas aromáticas e a cera. Eram ainda exportados outros produtos artesanais, como as roupas de lã, os objetos de bronze e prata martelada. Mas, de entre os produtos de maior sucesso destinados à exportação, temos as cerâmicas, em particular os esplendorosos jarros do chamado “estilo marinho”, muito abundantes no Egito, nas costas da Ásia Menor, Síria e Chipre, e, em sentido oposto, em locais tão distantes como Marselha¹⁹.

Em troca os minoicos importavam cobre da ilha de Chipre, ouro e marfim do Egito, prata da Grécia continental, obsidiana das ilhas do Egeu, e estanho e lápis-lazúli da Síria, este último produto obtido a partir das rotas caravaneiras oriundas da Ásia Central.

Os minoicos controlavam entrepostos e colónias no Egeu através de governadores ou responsáveis civis, enviados com a finalidade de administrar as populações locais. Estes territórios, controlados desde o período Proto-palaciano, integravam parte de um arquipélago, denominado Cíclades, ladeado pelas Esporádes, pela Península Helénica e a Anatólia, para além da própria ilha de Creta. Alguns destes núcleos foram influenciados pelos minoicos, quer sob o ponto de vista arquitectónico, quer ao nível da cultura material. Novas formas cerâmicas e novas técnicas metalúrgicas (com destaque para a introdução do estanho no fabrico do bronze) são introduzidas, e desaparecem as estatuetas cicládicas. A presença e influência dos minoicos faz-se também sentir a partir dos finais do III milénio nas ilhas do nordeste

¹⁹ Como referiu Sinclair Hood (1973: 41-42), as cerâmicas eram a “louça fina” do mundo civilizado da época. O mesmo autor sublinhou, contudo, o facto de existirem diferenças de produção e estilos relacionados com particularismos locais (id. *ibidem*).

do Egeu, em particular em Samotrácia. Alguns achados arqueológicos nas ilhas de Quios, Milos e Tera sugerem uma dependência direta de Creta. Mas esta influência não é apenas política ou económica, é também cultural e artística. O repertório figurativo dos frescos de Phylakopi e Tera revelam uma forte influência dos artistas que adornaram os palácios cretenses, com representações de tipo vegetalista e cenas de carácter narrativo. O mesmo se pode dizer da religião: a presença, em Tera, de “cornos da consagração”, de vasos para libações, de santuários com estátuas semelhantes às de Creta, sugerem fortes afinidades com aquele mundo. A propósito refiram-se ainda as estatuetas femininas encontradas em Hagia Irini e os achados provenientes de Phylakopi, em Melos, em particular os frescos com cenas culturais e vasos para libações, análogos aos cretenses.

As afinidades destas regiões do Egeu com o mundo cretense estão particularmente bem testemunhadas nos vestígios recuperados na Ilha de Tera²⁰, no já referido sítio de Akrotiri. Neste local, situado a cerca de 120 km a norte do porto de Cnossos, são especialmente famosos os frescos datados do Período Cicládico Médio (cerca de 1650 a.C.), idênticos aos dos palácios cretenses. Locais como Akrotiri, próximos da costa e certamente dotados de instalações portuárias elementares que permitiam o embarque e desembarque de produtos, ficaram facilmente dependentes do poder minoico. Pensa-se que estes locais funcionavam como autênticas colónias dependentes das elites cretenses, ainda que pudessem usufruir de uma certa autonomia política e desenvolver os seus próprios interesses comerciais. Esta possibilidade encontra eco nas palavras dos “pais da História”, Heródoto e Tucídides, que falam, com certa ênfase, da talassocracia cretense.

Das referências de Heródoto destaque-se aquela que menciona os Cários como aqueles que vieram das ilhas para o continente:

“No passado, eram súbditos de Minos, chamavam-se Légetes e habitavam as ilhas; não pagavam tributo, pelo menos tanto quanto a tradição me permite apurar; em contrapartida, sempre que Minos necessitasse, encarregavam-se de equipar navios.

²⁰ Nome derivado de Santa Irene, atribuído pelos venezianos durante a Idade Média.

Na medida em que Minos tinha o domínio de um vasto território e se mostrava poderoso em combate, o povo Cário foi, durante esse período, de longe o mais célebre de entre todos os povos”.

(Heródoto, *Histórias* I. 173-180; trad. José Ribeiro Ferreira e Maria de Fátima Silva 1994: 172-173).

Tucídides, no prefácio da *História da guerra do Peloponeso* (I. 4), refere que,

“Foi Minos que, antes de todos os que não são conhecidos pela tradição, montou uma armada. Dominou grande parte do que hoje é chamado Mar Helénico, e assenhoreou-se das ilhas Cíclades, sendo o primeiro colonizador da maior parte delas e, depois de expulsar os Cários, entregou o governo aos filhos. Quanto à pirataria, como é natural, tentou expulsá-la do mar conforme podia, de maneira a que os seus rendimentos passassem mais facilmente para as suas mãos”.

(trad. Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr 2010: 69-70)

A talassocracia minoica é, mais uma vez, mencionada por Tucídides quando, no mesmo prefácio, se refere aos piratas que assolavam os ilhéus (I, 8, 2-3):

“Quando se estabeleceu a força naval de Minos, tornou-se mais fácil a navegação entre os diversos povos, pois os bandidos foram por ele expulsos das ilhas, e muitas das suas povoações foram então colonizadas e os habitantes da orla marítima começaram nessa altura a adquirir mais propriedades e a viver em maior segurança, construindo até alguns à sua volta muralhas, uma vez que se tinham tornado mais ricos do que eram. Promovidos pelos lucros os mais fortes, deixaram-se os mais fracos ficar na dependência destes, e os mais capazes e na posse de fortunas levaram a cabo pôr sob o seu domínio as cidades menos poderosas”.

(trad. Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr 2010: 72)

Mas já nos Poemas Homéricos se encontram alusões ao domínio dos mares pelos cretenses e a um lendário rei Minos. Começemos pela *Iliada*, onde, por diversas vezes, é referido Idomeneu, rei de Creta e neto de Minos, responsável

pela condução da frota dos Aqueus, a terceira em número de naves, depois das de Agamémnon de Micenas e da de Nestor de Pilos. Fixemo-nos em dois passos:

“E daquele lado está Idomeneu como um deus entre os Cretenses,
e em torno dele estão reunidos os comandantes dos Cretenses.
Muitas vezes o recebeu Menelau, dilecto de Ares,
em nossa casa, quando lá ia vindo de Creta”.

(*Iliada* III, 230-233, trad. Federico Lourenço 2005: 80-81)

“Deífobo, acaso consideraremos agora que houve justa
retribuição: três mortos por um? Pois tu bem te ufanaste!
Estranha pessoa! Mas sê tu próprio a enfrentar-me agora,
para que vejas que filho de Zeus sou eu que aqui vim,
Zeus que primeiro gerou Minos como guardião de Creta.
Minos gerou também um filho, o irrepreensível Deucalião;
na ampla Creta. E agora para aqui me trouxeram as naus,
para desgraça tua, de teu pai e dos demais Troianos.”

(*Iliada* III, 446-454, trad. Federico Lourenço 2005: 269-270)

Ainda na *Iliada*, numa das mais belas descrições do escudo de Aquiles, Homero menciona o palácio de Cnossos da seguinte forma:

“Cinzelou ainda uma dança o ínclito Anfigieu,
semelhante à que outrora, na imensa Cnossos,
Dédalo organizou para Ariadna de belas tranças.
Aí dançavam, segurando a mão uns aos outros, pelo pulso,
moços e moças tais que se oferecem por elas muitos bois.
Elas usam vestes de pano fino, e eles enfiaram
túnicas bem tecidas, que luzem brandamente,
devido ao azeite. Elas trazem diademas formosos,
eles espadas de ouro, pependentes de correias de prata”.

(*Iliada* XVIII. 590-598; trad. Rocha-Pereira 2009, 10.^a ed.: 53-54)

Os breves trechos aqui referidos servem para contextualizar os dados provenientes da arqueologia que revelam um intenso e florescente comércio dos minoicos com as áreas da costa siro-palestina e do Egito. Essa é talvez uma das razões de encontrarmos com frequência o nome de Minos aplicado a localidades da costa oriental do Mediterrâneo, onde existiam portos comerciais, guarnições militares ou colônias fundadas pelos minoicos.

A relação comercial com os Egípcios, já bem documentada a partir do III milénio, vão-se intensificar nos primeiros séculos do II, num momento coincidente com o Império Médio. São disso testemunho as fontes egípcias que referem a visita de barcos a Creta e os achados de objetos egípcios e demais materiais forâneos detetados em escavações na ilha de Creta. O achado de cerâmicas cretenses no Kahum, no Fayum, Egito, atribuídas ao período de reinado de Sesóstris II (c. 1906-1888 a.C.), faraó da XII dinastia (Império Médio) são prova inequívoca destas ligações. A descoberta em Tebas, no Alto Egito, de cerca de cinquenta túmulos pertencentes a altos dignitários da XVIII dinastia (já no Império Novo), com representações de emissários estrangeiros em trajes cretenses (ou genericamente egeus) que transportavam oferendas ou tributos com formas caracteristicamente minoicas, são outro testemunho de um contacto permanente entre estas duas civilizações. Destaque-se ainda as pinturas do sepulcro de Senmut, o arquiteto principal da célebre Rainha Hatshepsut, e as pinturas do túmulo de Rekhmira, vizir de Tutmés III (1504-1450 a.C.), muito semelhantes às do fresco do grande Propileu Sul do palácio de Cnossos (c. 1500-1450 a.C.), onde surgem retratados os portadores de tributos. Acrescente-se a estes testemunhos das pinturas murais, os vasos de cerâmica tipo Camares, característicos do Minoico Médio, que têm vindo a ser encontrados no Egito (em el-Lisht, Haraga, Kahoum, Abidos e Assuão) e na costa siro-palestina (em Beirute, Ugarit e Qatna).

As relações entre estas duas civilizações também se fez sentir no sentido inverso e são vários os testemunhos de objetos egípcios recuperados na ilha de Creta. Entre outros, refiram-se os vasos com desenhos de gatos e esfinges recuperados em Mália; a representação de um pequeno templo com uma estatueta em forma de gato encontrada em Monastiraki; a estatueta com o nome de *User* descoberta em Cnossos, a espada com a representação de um

acrobata de Mália ou o famoso pendente que representa duas abelhas afrontadas descoberto por Pierre Demargue em Chrisalakko.

Um dos períodos de maior contato dá-se com o advento da XVIII dinastia e a consequente conquista por parte do Egito de todo o corredor da Síria, de Gaza a Ugarit. Neste período os portos do Levante ficaram permeáveis ao comércio com os minoicos, que passam a ser os interlocutores da corte tebana. Estes contatos eram favorecidos pela fácil travessia, especialmente nos inícios dos meses de verão com um vento norte favorável em direção ao Egito e, em sentido contrário, uma corrente marítima que se dirige da costa norte de África, ao longo das praias da Síria e Ásia Menor, para Creta e, por consequência, para o mar Egeu e Continente Grego.

Estas ligações eram certamente favorecidas pela existência de colônias povoadas com habitantes de Creta, como, por exemplo, em Cítara, Trianda e Cós, e por simples contatos comerciais feitos por grupos de minoicos junto das populações locais, como no caso de Tera, Milos e Ceos, e de protetorados políticos controlados pelos cretenses fora da ilha.

Mas, como vimos, a Síria e o Egito não são os únicos interlocutores da potência minoica, pois esta também se estende às Cíclades, às áreas costeiras situadas na península balcânica²¹ e a locais ainda mais longínquos nas costas do sul de Itália, Malta, Lipari e Sicília²².

A talassocracia minoica é, simultaneamente, política e económica. Esta não está apenas relacionada com a prática e a arte de navegar, nem com a intensa atividade comercial que tais conhecimentos proporcionavam, mas traduz-se no controlo rígido do mar, essencialmente do ponto de vista militar. O controlo de um determinado espaço marítimo e o comércio e a navegação estavam assim dependentes da proteção dos poderes políticos a mercadores e carregamentos. Este controlo fazia-se utilizando embarcações de grande tamanho adaptadas ao comércio a longas distâncias (que chegavam à Síria, Chipre,

²¹ No continente, em particular no Peloponeso, conhecem-se os sítios de Santo Stefano na costa da Lacónia e em frente à ilha de Cítara. Refira-se, ainda, a descoberta de vasos metálicos em Micenas parece demonstrar a presença de especialistas minoicos na laboração do bronze.

²² Segundo uma lenda, Minos perseguiu o fugitivo arquiteto Dédalo (responsável por projetar o labirinto), até à Sicília, tendo sido assassinado naquela expedição. Em homenagem ao monarca foi fundada naquela ilha uma nova cidade chamada Minoa.

Egito e Egeu) e barcos menores, mas mais velozes, para um comércio rápido a curtas distâncias, bem adaptados a uma redistribuição costeira dos produtos.

A caldeira de Tera, uma terrível catástrofe

No período Tardo Minoico I A, por volta de 1645 ou 1627, dá-se uma catástrofe natural que iria afectar a rica e próspera ilha de Tera e minar o poderio minoico no Egeu.

Como consequência de uma erupção vulcânica, uma parte da ilha foi coberta por um manto de pedra-pomes (*tephra* ou cinza vulcânica) e a outra ficou submersa pelas águas do Egeu. Calcula-se que um *tsunami*, com ondas de cerca de 30 a 40 metros de altura, teria destruído equipamentos, barcos e casas na costa oriental da ilha de Creta. Após a erupção do vulcão ocorreram novas atividades vulcânicas no interior da caldeira, de que resultaram as atuais cinco ilhas. A atual configuração de Santorini, uma espécie de meia-lua crescente, corresponde assim à caldeira do vulcão, resultante da depressão formada pelo afundamento do cimo cónico após as sucessivas erupções que o esvaziaram do magma que continha.

As sondagens realizadas por brocagem no fundo do mar revelam que no momento da catástrofe os ventos sopravam de noroeste, o que sugere que esta tenha ocorrido durante o verão.

A associação da erupção vulcânica ao final da civilização minoica não é hoje aceite, pois, como acima referimos, a explosão do vulcão de Tera e a destruição do sítio de Akrotiri são anteriores a 1480 a.C.²³, data que assinala

²³ Como referimos, em 1962, Spiros Marinatos iria revolucionar os conhecimentos sobre a vida no Egeu na fase final da Idade do Bronze. As sete campanhas de escavação, de 1967 a 1973, permitiram descobrir o sítio de Akrotiri. As escavações de Marinatos, continuadas a partir de 1974 por Christos Doumas da Universidade de Atenas, revelaram vestígios de uma cidade com orientação norte-sul, cujas estruturas habitacionais formam unidades independentes que poderiam atingir três a quatro andares.

Conhecidos são os belíssimos frescos recuperados, retratando paisagens, cerimónias religiosas e retratos da vida diária da população que aí residia. Sobre estes falaremos mais adiante. Contudo, apenas uma parte da cidade foi posta a descoberto. E é possível que Akrotiri tenha possuído instalações portuárias, eventualmente localizadas na faixa ocidental, tal como estão representadas no famoso fresco conhecido pelo nome de “Expedição Naval” de Akrotiri.

o desaparecimento e o incêndio dos palácios na ilha de Creta, após a devastação provocada pelos invasores micênicos, vindos do continente.

Com exceção do palácio de Cnossos, ocupado por um príncipe grego chamado Wa-na-ka, que fala e escreve a mesma língua dos monarcas micênicos, os maiores palácios da ilha, Festos, Mália, Kato Zacros, Archanes, são destruídos. Apesar de não associarmos a catástrofe natural à destruição dos palácios em Creta, não podemos deixar de mencionar as suas consequências indiretas.

De acordo com as estimativas, a onda do *tsunami* teria percorrido rapidamente os cerca de cem quilómetros que separam Tera da ilha de Creta, destruindo todos os equipamentos portuários desta ilha, bem como as suas embarcações e as casas junto à costa, aniquilando a frota marítima, escudo protetor do poderio marítimo minoico em todo o Mediterrâneo Oriental.

Depois deste acontecimento os minoicos perderam o controlo comercial no Egeu e as suas relações económicas com a costa Síria e o Egito. Uma outra consequência nefasta desta catástrofe foi a acumulação de pedra-pomes carregadas de minerais nocivos que afetaram irremediavelmente os palácios e tornaram os solos incultiváveis durante algumas décadas²⁴, pelo menos na parte oriental da ilha.

Todos estes acontecimentos iriam tornar os minoicos presa fácil para os aguerridos micênicos vindos do continente e que há algum tempo cultivavam intenções expansionistas.

Mais tarde, após a ocupação dos micênicos, a ilha irá fazer parte do novo mundo grego da Idade do Ferro, transformando-se num dos principais centros artísticos e culturais dos tempos geométricos e arcaicos, entre os séculos IX e VII a.C..

No período clássico, Creta torna-se num lugar relativamente calmo, sobretudo se comparado com um grande número de cidades-estado do continente, entretanto expostas a grande agitação. Em 67 a.C., a ilha acabaria por ser ocupada por uma nova ordem, a dos romanos, sob o comando de Metelo, tendo sido convertida numa província do Império.

²⁴ Hoje sabe-se que um simples depósito de 10 centímetros de cinzas torna as terras inutilizáveis durante cerca de 10 anos. Tal foi a dimensão do cataclismo que se julga que em Creta a cinza teria caído em quantidade muitíssimo superior.

Durante cerca de oitocentos anos os habitantes da ilha irão viver um período de alguma estabilidade, até à conquista árabe. Esta ocupação será, todavia, efémera, pois os bizantinos voltariam a ocupar a ilha em 961.

Em 1204, a ilha de Creta irá sofrer uma nova ocupação, desta vez pelos venezianos, no tempo da IV Cruzada. Esta ocupação otomana perdurará até 1898, momento em que, após várias revoltas, os habitantes proclamam a independência da ilha, passando uma década depois, em 1909, a fazer parte da Grécia.

A RELIGIÃO CRETENSE

As fontes

É genericamente aceite que a religião minoica da Idade do Bronze possui um fundo popular, mágico e de essência totémica, cujas raízes entroncam em cronologias ainda mais recuadas. De natureza mística e extática diferencia-se, a certos níveis, de outros sistemas de crença coevos, como os que se disseminaram por geografias mais ou menos distantes, designadamente no Próximo Oriente. Em contrapartida, há elementos de proximidade a apontar face a outras culturas antigas, assentes sobretudo no facto de a religião se espraiar por todos os vetores do quotidiano, sejam eles afetos às esferas da vida ou da morte. E como em qualquer sociedade eminentemente agrária, as práticas de culto refletem a existência de vínculos sólidos com o desenrolar das atividades sazonais, intimamente dependentes dos ciclos da natureza.

Evidentemente, a religião constitui um interessante e prolífico campo de estudo, já abordado por muitos autores e nas mais distintas obras. Isto não significa, porém, que o conjunto dos contributos produzidos ao longo do tempo tenha permitido atingir um patamar de conhecimento destituído de lacunas. Spyridon Marinatos considera, aliás, que algumas das ideias propaladas poderão ser até ilusórias e enganadoras. Com efeito, e apesar dos diversos âmbitos perscrutados no sentido de destrinçar o simbolismo, significado, variáveis e evolução das crenças e práticas adotadas, são muitas as interrogações que continuam por esclarecer. Ressalve-se, no entanto, que o atual “estado da arte” não decorre, propriamente, do vazio de fontes disponíveis.

Na verdade, elas são consideráveis e assumem diversas modalidades. Na esfera da escrita são várias as tabuinhas em Linear B cujo conteúdo reflete distintas dinâmicas inerentes à prática religiosa. Alguns registos tratam, especificamente, de questões relacionadas com os bens e géneros destinados à realização de rituais ou de celebrações, deste modo permitindo aferir qual o tipo de oferendas concedidas aos santuários e às respetivas divindades tutelares. Efetivamente, há documentos que aludem à dádiva de mel e óleos perfumados a deuses bem conhecidos do panteão clássico, caso de Zeus, Atena, Hera, Poséidon ou Dionísio²⁵. Mas além dos testemunhos indiretos, há uma vasta panóplia de vestígios materiais que ajudam a clarificar a natureza variada das oferendas consagradas às divindades. Entre os múltiplos conjuntos já identificados destacamos o recuperado no santuário de Petsophas, um “espaço sagrado” localizado na parte oriental de Creta.

Começámos, pois, por fazer alusão aos testemunhos escritos, apontando-os como fonte passível de concorrer para a apreciação de questões correlacionadas com a religião minoica. Contudo, não podemos esquecer que entre os mais importantes mananciais de informação avultam, por um lado, os materiais arqueológicos e, por outro, os iconográficos. Todavia, nem sempre os elementos em causa (seja sob a forma de estruturas mais ou menos perenes, de artefactos ou frescos...) são passíveis de proporcionar leituras claras e inteligíveis. Não admira, neste sentido, que diferentes interpretações coexistam e, por conseguinte, que certos domínios permaneçam à margem de explicações conclusivas. A vocação assumida por determinados materiais, as razões na origem do seu posicionamento no espaço, a explicação para a sua colocação num dado contexto... esferas cujo entendimento se revela extraordinariamente complexo, até pelo facto de não se encontrarem isentas de ambiguidades. De qualquer modo, e apesar das dificuldades inerentes à interpretação, artefactos e representações artísticas auferem de valor inestimável, sobretudo se detetados *in situ*. Em paralelo, é importante acrescentar que, não obstante o carácter dúbio de que algumas delas se revestem, há outras

²⁵ Como exemplo a evocar a este respeito mencionamos uma tabuinha de Linear B recolhida em Cidónia, onde é feita referência à oferenda de uma ânfora cheia de mel a Zeus e Dionísio (Andreadaki-Vlazaki 2015: 28).

pistas a analisar. Parte delas podem ser perscrutadas no conhecimento entretanto sedimentado em torno da própria estrutura social da Creta minoica; outras, nas continuidades de que Grécia arcaica e clássica se fez herdeira, a nível de lendas, crenças, rituais. É, pois, na confluência dos mais distintos contributos e estudos que assentam as interpretações já formuladas em torno das manifestações religiosas desta ilha singular.

Ora, como é sabido, a reflexão em torno de qualquer religião obriga, necessariamente, a evocar os seus lugares de culto ou, dito de outra forma, os “espaços sagrados”, expressão previamente utilizada a propósito do santuário de Petsophas. Introduce-se, assim, um tópico de grande importância e que se prende precisamente com a natureza dos lugares escolhidos para desenvolver as práticas religiosas. Onde se desenrolavam? E como? Estas interrogações servem de mote para o arranque da abordagem que se segue, e no âmbito da qual se impõe fornecer uma panorâmica sobre os espaços que os cretenses privilegiavam no sentido de estabelecer relações com a divindade.

Os locais de culto

Em conformidade com os dados recolhidos, é legítimo afirmar que os lugares de culto da Creta minoica, ainda que sem obedecer a uma “norma” única, cultivavam uma ligação umbilical com o mundo natural. E a melhor expressão desse vínculo encontra-se inquestionavelmente consubstanciada na existência de santuários ao ar livre. Alguns, como o de Kato Syme, nas vertentes do monte Dykte, parecem desvirtuados de qualquer conexão com áreas de assentamento, circunstância que ilustra plenamente, por um lado, a consagração à natureza e, por outro, a dissociação face a recintos habitados.

É possível que tal vertente da religiosidade estivesse relacionada com o modo como os minoicos perspetivavam a vida e o seu entrelaçamento com outras vertentes, designadamente, com a cultura e a arte. De acordo com Lesley Fitton, a monumentalidade assumia-se não só como condição da arquitetura, mas também da própria paisagem. Talvez por isso se afigurasse tão natural a escolha de cultuar os deuses em áreas destituídas de construções:

espaços abertos, porventura olhados como propiciadores de contacto “direto” entre crente(s) e divindade(s).

Mas Creta albergava distintos tipos de espaços sagrados, pelo que também a sítios com outras características poderia ser imputada uma dimensão divina. Impõe-se então que atentemos noutras soluções bem documentadas, como a dos santuários posicionados em altitude. Implantados no topo de montes ou montanhas, começaram a disseminar-se e a converter-se em locais de oração e peregrinação no Minoico Médio. Em alguns destes locais as construções encontravam-se completamente ausentes, no que configura um traço comum aos santuários ao ar livre supramencionados. Noutros, porém, havia estruturas. É este, precisamente, o modelo implementado no Monte Jukta, cujo edifício de culto se localiza no cume mais elevado daquela formação geológica. O dispositivo, escavado por Arthur Evans em 1909, possuía diversos compartimentos e inseria-se numa ampla zona fechada (*temenos*) delimitada por uma muralha pétreia resultante da acumulação de blocos em bruto. Com origem no Minoico Médio, o santuário terá continuado em uso até ao Minoico Tardio III, o que atesta a persistência da capacidade de atração exercida por alguns destes sítios “sagrados”. A eles afluíam os crentes, eventualmente em datas fixas, levando consigo as oferendas destinadas às divindades neles cultuadas. A natureza dessas dádivas era variável, mas importa desde já sublinhar que entre as mais comumente concedidas avultavam as estatuetas de cerâmica. Não há certezas quanto às motivações explicativas na raiz deste tipo de deposição; contudo, algumas hipóteses têm vindo a ser avançadas. Nos casos em que evocam a figura humana, é possível que se afigurem representativas dos próprios adoradores e da disponibilidade e devoção que consagravam aos deuses. Já as estatuetas de animais domésticos (não raro, perfazendo quantidade equivalente à englobada por rebanhos completos) poderão pretender “substituir” as espécies cujo sacrifício teria sido prometido à divindade. Mas os animais modelados não se restringiam aos seres domesticados: pássaros, ouriços, tartarugas, doninhas, íbexes ou mesmo rinocerontes, faziam parte dos repertórios utilizados, realidade que vem corroborar a ideia previamente acentuada e que se prende com a atenção que os minoicos votavam ao mundo natural e às espécies que o povoavam.

Prosseguindo, note-se que, em paralelo aos santuários em altura, tendencialmente mais isolados, existiam locais de culto em áreas de assentamento, fossem elas correspondentes a núcleos urbanos ou a simples propriedades privadas. As estruturas destes santuários erguidos no seio de recintos habitados não alcançavam, por norma, especial grandeza ou relevância arquitetónica. Integravam pequenas criptas ou, em alternativa, um único compartimento, por vezes provido de um banco que, adossado ao longo da parede, servia de base de apoio aos objetos envolvidos no culto. Não há certezas quanto à real vocação destes espaços, que configuravam quase que dispositivos “domésticos”. E não é claro sequer se seriam abertos à comunidade ou apenas aos sacerdotes. O que, em contrapartida, se afigura viável, é que servissem para cultuar algumas divindades específicas, como a “deusa das serpentes”, figura em que adiante, neste mesmo capítulo, nos deteremos com mais pormenor.

De igual modo, também as cavernas surgiam como lugares “sagrados” e, conseqüentemente, como potenciais centros de culto. A percepção da sacralidade destes espaços constitui um dos traços definidores das concepções religiosas minoicas e, talvez por isso, se tenha mantido longamente enraizada. Na verdade, Creta, com a sua paisagem natural de calcários cársicos, assume-se como um terreno de eleição neste campo. A geomorfologia da ilha é propícia à formação de grutas e abrigos sob rocha, aproveitados desde tempos recuados (nalguns casos, desde o Neolítico) quer para a concretização de enterramentos, quer para a celebração de práticas religiosas. E, com efeito, são múltiplos os exemplos de cavernas que propiciaram a recolha de vestígios correlacionados com tais dinâmicas de ocupação. Uma das mais conhecidas e celebradas é a Caverna de Psicro, situada na região planáltica do centro-leste da ilha. Em razão das suas características, cedo se afirmou como polo de atração para antiquários e arqueólogos. Aliás, David Hogarth, a par do próprio Arthur Evans, levaram a cabo diversas campanhas de escavação no referido local, entre os finais do século XIX e inícios do XX.

A propósito do tema abrimos um parêntesis para assinalar o facto de a investigação da época de “fundação” da arqueologia minoica ter procurado identificar a Caverna de Psicro com uma outra, a de Ideana, um dos lugares onde a tradição coloca o nascimento de Zeus: em pleno Monte Ida, o mais alto de Creta. Acresce mencionar que, segundo alguns autores, também em

Hesíodo a Caverna de Psicro surgia como um dos possíveis espaços de nascimento da grande divindade²⁶. É certo, porém, que a aparente “legitimidade” desta associação mítica foi paulatinamente perdendo vigor, até acabar por deixar de ser equacionada como válida.

Não obstante, não há dúvidas de que a Caverna de Psicro constitui um espaço de culto de suprema importância. Com efeito, pelo menos entre cerca de 2100 a.C. (Minoico Médio I A) e o século VII a.C., foi palco da celebração de rituais e local de afluxo de copiosas dádivas. Na verdade, a cavidade prestava-se de modo pleno ao exercício de práticas “sagradas”. Na parte superior, foi preparado um altar; na inferior, por seu turno, destacava-se uma espécie de “piscina sagrada”, ladeada por um impressionante conjunto de estalactites e estalagmites, um dos mais notáveis de Creta. Tais formações naturais, passíveis de ser consideradas e adoradas como verdadeiras imagens de culto, serviram como lugar de depósito para as mais diversas ofertas trazidas pelos crentes: peças de ourivesaria, algumas com incrustações de pedras preciosas, facas e machados, a par de pequenas estatuetas de bronze. Mas entre os materiais identificados no local merecem referência três fragmentos de uma “mesa de oferendas”, provida de uma inscrição em Linear A. Perfazem um conjunto notável, ainda que truncado, em especial devido ao facto de proporcionar indicações pertinentes a respeito das práticas religiosas em Creta.

²⁶ “[...] Mas quando a Zeus, pai dos deuses e dos homens, ela [Reia] devia dar à luz, então suplicou aos pais amados, os seus, a Terra e o Céu coberto de estrelas, que com ela concebessem um plano para esconder o filho
[querido

que ia dar à luz e vingar as Erínias do seu pai e dos filhos que tinha devorado o grande Cronos

[de pensamentos tortuosos.

Eles ouviram o grande clamor da filha querida e atenderam-na [...]

Enviaram para Lícton, para a terra rica de Creta

na altura em que estava prestes a dar à luz o último dos

[seus filhos,

o grande Zeus; foi a prodigiosa Terra que lho recebeu, na vasta Creta, para o criar e cuidar dele.

Então, levou-o, pela noite veloz e escura,

até atingir Lícton; e escondeu-o com as suas próprias mãos,

numa caverna inacessível, nas profundezas da terra divina,

no monte Egeu, coberto de bosques [...]”(*Teogonia*. 468-484; trad. Ana Elias Pinheiro, 2005: 56-57).

As próprias circunstâncias do achado dos fragmentos são, aliás, interessantes e reveladoras.

A primeira das parcelas conhecidas (concretamente, a que corresponde ao canto inferior direito da peça) foi encontrada na zona superior da Caverna por um rapaz que, pouco antes da visita de Arthur Evans ao local, em finais do século XIX (mais concretamente, em 1896), nele escavava em busca de tesouros. De acordo com o testemunho transmitido a Evans, o fragmento de pedra inscrita foi detetada no fundo de uma “fossa”. Tal indicação levou o arqueólogo a indagar a respeito da posição específica do achado e, de seguida, a intervir nesse mesmo local, ação que se saldou na identificação de um “depósito ritual” composto por vasos e estatuetas votivas. Ao “depósito” somavam-se materiais osteológicos vários, caso de um corno de cabra selvagem e de uma série de restos de animais sacrificados: bois, porcos e ovelhas. Não obstante, e apesar do enorme potencial do conjunto, seria necessário esperar dois anos até que, já no quadro da escavação levada a cabo por Jean Demargne, em 1898, fosse identificado um segundo fragmento da “mesa”. Propiciando colagem com o primeiro, correspondia à parte superior direita da peça. Já a descoberta do terceiro e último fragmento (coincidente com o campo inferior esquerdo, mas sem ligação física aos dois primeiros) tardaria mais de duas décadas. De qualquer modo, e apesar de a “mesa” em causa permanecer mutilada, foi possível entrever as suas características essenciais. Possuía três reentrâncias: uma, de maior dimensão, em posição central, ladeada por duas outras, uma de cada lado, de tamanho idêntico, mas menor que o da central. Presume-se que serviriam de base para a deposição das dádivas aos deuses. E que tipo de dádivas? Entre os produtos passíveis de ser ofertados poderia contar-se o sal, os figos ou cereais, a par do mel, óleos perfumados ou azeite²⁷. Acrescente-se ainda que, muito embora os escritos em Linear A continuem por decifrar,

²⁷ Acerca valor atribuído à oliveira e ao azeite no mundo minóico, afirma R. Rossi: “[...] A importância da oliveira e o seu carácter sagrado não derivava apenas do seu uso alimentar: o azeite servia como unguento, com base para perfumes para os diversos cuidados do corpo, para o desporto e para a preparação dos mortos. Era utilizado também como lubrificante para o funcionamento dos instrumentos de trabalho, como matéria combustível para a iluminação quotidiana, como produto para as oferendas e as funções sagradas. [...]” (Rossi, 2009: 126).

alguns dos signos utilizados na composição da inscrição da “mesa” são já conhecidos. Assim sendo, e apesar do sentido integral permanecer por clarificar, constatou-se que a combinação de signos utilizados não só surge recorrentemente em contextos de oferendas a divindades como, em paralelo, parece corresponder a uma espécie de “fórmula”.

Retornando à questão da vocação sagrada assumida por determinados espaços na Creta minoica, resta-nos abordar um ponto importante. Na opinião de Arthur Evans, tal vocação seria igualmente imanente ao palácio. De que modo? Segundo Evans, o palácio era ocupado por reis e rainhas, sendo que a autoridade destas figuras socialmente proeminentes estaria indelevelmente vinculada à esfera religiosa. Esta associação estaria na base da criação do conceito de “sacerdote-rei”. É certo que a discussão atualmente em curso tem vindo a pôr em causa a noção de autoridade subjacente ao referido conceito, recusando a hipótese de esta recair num único indivíduo, independentemente de ser homem ou mulher. Todavia, esta alteração do modelo de poder equacionado não implicou propriamente uma recusa da dimensão religiosa do Palácio. Com efeito, este deixou de ser encarado como local de habitação de uma elite, mas persistiu a noção de que serviria de palco ao desempenho de funções cerimoniais. Em paralelo, é hoje inquestionável que o Palácio constituía o eixo central da civilização minoica, o cerne do seu modelo de organização social, do seu aparelho burocrático e administrativo. Assim, e face ao exposto, afigura-se plenamente firmada a sobreposição e íntimo entrelaçamento entre três domínios fulcrais: o religioso, o da sociedade e o da política.

Os rituais

Cada religião dispõe de um leque próprio de práticas através das quais os crentes honram os deuses, dão prova da sua fidelidade e reforçam os laços tecidos com as entidades tutelares.

Em Creta, essas práticas podiam, como vimos, desenvolver-se nos mais distintos espaços: nos santuários em altura, ao ar livre, em cavernas ou talvez mesmo no mar (aquando das “procissões sagradas”). Além do mais, é provável

que também as salas dos palácios pudessem albergar determinadas cerimónias, eventualmente, de iniciação e, provavelmente, com carácter mais restrito.

De qualquer modo, há algo que se impõe desde logo sublinhar e que se prende com o facto de muitas das manifestações de religiosidade em voga no mundo minoico terem acabado por se infiltrar noutras geografias e comunidades. Tal evidência era já muito nítida entre os autores gregos, sendo que escritos vários, entre os quais os de Diodoro Sículo, ilustram de forma clara alguns desses vínculos e apropriações, como os evidenciados em Elêusis e na ilha de Samotrácia²⁸.

Ora, no quadro dos rituais documentados em Creta, começamos por fazer menção ao sacrifício de animais. Pelo simbolismo que lhe é inerente e por todas as conotações sagradas que lhe são atribuídas, presume-se que o instrumento sacrificial por excelência seria o machado duplo, artefacto a que voltaremos a aludir, e com mais pormenor. E quais os animais sacrificados? Em conformidade com escritos produzidos em Linear B, ovelhas, cabras, porcos e gado vacum²⁹. A este propósito, é incontornável referir o touro. O sacrifício de um destes portentosos seres encontra-se notavelmente reproduzido numa das faces do sarcófago de Hagia Triada. Através deste precioso registo iconográfico é possível, entre outros pormenores, identificar a presença de uma sacerdotisa tocando o altar, e perceber que ao touro era cortada a garganta; o sangue, por seu turno, acabava vertido num recipiente.

O sacrifício de animais configura, contudo, apenas um dos rituais realizados na Creta minoica. Outro deles, imerso em grande solenidade, era a chamada “comunhão”. A realização desta cerimónia, atestada iconograficamente em selos e frescos consubstanciava, segundo Costis Davaras, um momento de

²⁸ São várias as referências à ilha de Samotrácia na obra de Diodoro Sículo, especialmente no livro IV. Note-se, porém, que estas se encontram, em grande medida, imbuídas de elementos e personagens mitológicas. Veja-se, como exemplo, o seguinte excerto: “[...] But the Argonauts, they say, set forth from the Troad and arrived at Samothrace, where they again paid their vows to the great gods and dedicated in the sacred precinct the bowls which are preserved there even to this day [...]” (Diodoro Sículo 1967: 499).

²⁹ No complexo palaciano micénico de Cidónia foi detetado (e posteriormente estudado) um contexto sacrificial/ritual que congregava restos osteológicos pertencentes a diferentes espécies. A esmagadora maioria concernia a ossadas de animais domésticos (caso de cabras, ovelhas e porcos). Todavia, o conjunto agregava igualmente conchas e, sublinhe-se, restos humanos (Mylona 2015: 53).

enorme importância para o crente. Mas de que modo se desenrolava? Em conformidade com o representado em diversos frescos, a “comunhão” implicava a utilização de recipientes específicos, como os cálices de pé alto. No entanto, não só não há meio de aferir quais as “entidades” cultuadas através desta celebração nem, em paralelo, qual o conteúdo depositado nos recipientes em causa. Não obstante, e apesar do vazio de conhecimento a este nível, há quem sugira que o líquido contido resultava da mistura de leite, mel e sangue de um touro sacrificado, hipótese que estabelece uma ponte com o primeiro dos rituais mencionados.

Chegados a este ponto, afigura-se pertinente abordar os célebres “jogos” que envolviam touros, animais a que, como é sabido, o mundo minoico atribuía forte simbolismo. É importante começar por salientar que as motivações subjacentes à realização destes eventos não se encontram plenamente clarificadas. Todavia, são vários os estudiosos a considerar que, muito provavelmente, poderiam assumir-se como “provas de iniciação”, como competições rituais ou mesmo como ritos mágicos, eventualmente conotados com questões da fertilidade. Porém, este ponto de vista não é unânime. Alguns estudiosos encaram os “jogos” como desportos de cariz laico ou secular, ainda que praticados por alturas da celebração de festividades religiosas.

Os múltiplos suportes artísticos (frescos, selos, lacres, vasos e estatuetas) que ilustram este acontecimento permitem compreender de que forma se processava. Comportando óbvios perigos exigia, por parte do executante do salto, treino intenso, competências acrobáticas e grande desenvoltura física. Com efeito, o indivíduo tinha que correr em direção ao touro, agarrá-lo pelos cornos e dar um salto que lhe permitisse projetar-se sobre o dorso, de modo a transpô-lo até às traseiras do animal e a ser “apanhado”, junto ao chão, por outro praticante, que aguardava o saltador de braços abertos³⁰. É possível que tais demonstrações de perícia e agilidade acrobática, que nunca envolviam armamento, fossem acompanhadas de música. E é interessante constatar que a execução destes “saltos” não constituía um exclusivo do género masculino.

³⁰ Convém registar, porém, que esta visão não encontra consonância entre todos os autores. S. Marinatos, por exemplo, não exclui a possibilidade de as três figuras representarem o mesmo indivíduo, observado em três momentos e posições sucessivos (Marinatos, 1960: 129).

As jovens donzelas também os realizavam, muito embora o fizessem envergando trajes varonis. Efetivamente, a participação feminina encontra-se plenamente ilustrada na arte minoica, sendo que uma das representações mais afamadas e notáveis radica precisamente no chamado “fresco do salto do toureiro”, identificado em Cnossos.

Finalmente, e antes de dar por terminadas estas breves considerações relativas aos rituais, impõe-se apontar a existência de outras dinâmicas e performances, que se pressupõe possuírem igualmente relação com a religiosidade. Uma delas é a dança, sobejamente representada, seja em frescos ou em composições cerâmicas, e igualmente evocada por Homero³¹. Presume-se que a dança (por vezes aliada ao canto) desempenharia um papel de relevo nas encenações da corte ou em ciclos marcantes para a comunidade, como o das colheitas³². No entanto, alguns autores sugerem que as danças poderiam assumir uma dimensão ritual e extática, designadamente no quadro das práticas inerentes ao culto dos mortos.

Os símbolos e os artefactos

No quadro do simbolismo religioso em voga na Creta minoica, é fulcral aludir aos elementos naturais, destacando o peso exercido por alguns seres. Neste âmbito, importa que comecemos por nos focar na serpente, cerne de um culto de importância primordial. Como explicar a relevância que lhe foi atribuída? Fundamentalmente, em função das características que congrega e que a convertem num símbolo especialmente significativo. Com efeito, a imagem da serpente remete para a imortalidade, ressurreição e reencarnação. E porquê? Porque a serpente perde a sua pele, mas fá-lo sem perecer; pelo contrário, tal capacidade permite-lhe alcançar a regeneração e continuar viva. Este traço muito particular, aliado à sua dimensão ctónica e telúrica, ajuda

³¹ Recorde-se passagem previamente citada (*Iliada* XVIII), a propósito de uma das descrições do escudo de Aquiles, concretamente, aquela onde são evocadas as danças de moços e moças na imensa Cnossos.

³² A este respeito, registe-se o testemunho enformado pelo chamado “vaso dos ceifeiros”, um recipiente produzido em esteatite.

a compreender o fascínio que desde cedo lhe foi votado, e justifica a sua incorporação nas mais diversas representações artísticas. Naturalmente, surge reiteradas vezes em correlação com a “deusa das serpentes”, divindade tutelar em que adiante teremos oportunidade de nos deter.

Outro símbolo particularmente interessante (e igualmente colhido na natureza) remete para o mundo das aves. Na verdade, e muito antes da emergência do Cristianismo, já os pássaros se afirmavam como indissociáveis das manifestações da religiosidade (e, neste caso, da minoica). As suas representações faziam-se no sentido de evocar certas divindades ou processos de epifania. E, com efeito, a presença de aves na arte cretense não parece deixar margem para dúvidas quanto à articulação estabelecida com a esfera do simbolismo divino. Não raro associadas a divindades domésticas, aparecem desenhadas sobre as cabeças de ídolos, empoleiradas em altares e santuários, pairando em torno de cenas de culto, ou em articulação com representações de machados duplos ou cornos “sagrados”. Além do mais, constituem igualmente presença recorrente em documentos que contêm escritos em hieroglífico cretense.

Aproveitando a referência aos cornos “sagrados”, também apelidados por Arthur Evans de “cornos da consagração”, passamos à indicação de alguns apontamentos a tal respeito. Provavelmente alusivos às defesas dos touros e recorrentes noutras geografias, designadamente em distintos pontos do Próximo Oriente, possuem, inequivocamente, forte simbolismo. No entanto, as interpretações quanto à natureza específica desse simbolismo não são consonantes. De qualquer modo, parece viável considerá-los com um “instrumento” ao serviço do culto, até porque, numa fase inicial, se encontravam presentes nos santuários em altura (sob a forma de estatuetas de cerâmica ou pedra). Com o avanço da cronologia, mantiveram o seu papel enquanto utensilagem de culto e, em paralelo, começaram a afirmar-se como um dos elementos mais característicos da decoração dos espaços religiosos, nomeadamente, dos altares, onde por vezes surgem associados ao chamado “nó sagrado”, espécie de laço rígido com as extremidades suspensas. Também ele se reveste de evidentes conotações mágicas e religiosas (bem patentes nos contextos em que aparece reproduzido). Supõe-se, aliás, com base na análise de alguns frescos, que pudesse participar da indumentária dos sacerdotes. No entanto,

esta suposição não recolhe unanimidade: alguns investigadores atribuem aos laços reproduzidos nos frescos uma função meramente decorativa.

Continuando o percurso em torno dos símbolos e artefactos, detenhamo-nos agora nas oferendas feitas aos deuses. Em conformidade com o que tivemos já oportunidade de assinalar, entre as dádivas que comumente afluíam aos espaços de culto contam-se as estatuetas de argila ou bronze, algumas das quais evocativas da figura humana. Um bom exemplo a apontar a este propósito centra-se nos bronzes votivos recolhidos na fabulosa Caverna de Skoteino, gruta dotada de uma aura mítica e sagrada, que chegou a ser considerada por Arthur Evans (que a escavou parcialmente) como o lugar onde, verdadeiramente, se localizava o labirinto do Minotauro³³.

Há que ressaltar, porém, que a par das representações humanas, as ofertas às divindades podiam contemplar igualmente esculturas zoomórficas. Algumas assemelham-se a pássaros, seres que, como vimos, se encontravam impregnados de simbolismo e conotações religiosas. Todavia, e apesar das discussões travadas a respeito da(s) espécie(s) que pretendiam reproduzir, continua a não haver consenso a este nível entre os especialistas.

Em paralelo, há que mencionar as estatuetas moldadas de forma a evidenciar alguma doença ou deformidade. É admissível que a dádiva de artefactos com tais características obedecesse a objetivos muito concretos. Uma das possibilidades seria a de servirem de veículo para procurar obter uma solução para o problema de saúde que afligia o ser que dele padecia, fosse ele humano ou animal. Outra, a de enformar um gesto de agradecimento pela obtenção de melhorias ou mesmo de cura para o mal em causa.

Ora, alguns destes artefactos com configuração humana ou animal, completos ou fragmentados, e com cronologia balizada entre 1900-1450 a.C., foram recolhidas por John Myres logo nos inícios do século XX. E, desde então, foram muitas as descobertas que se sucederam, contribuindo para incrementar os acervos de distintas instituições. No entanto, há que lembrar que nem todas as dádivas concedidas às divindades serão passíveis de rastrear arqueologicamente. Com efeito, tudo indica que elas não se circunscre-

³³ Importa sublinhar que a palavra “labirinto” tem ocorrência documentada em tabuinhas com escritos em Linear B (Ferreira, 2008: 18; 36).

veriam ao universo dos elementos manufacturados, pelo contrário: a gama de produtos potencialmente consagráveis abarcaria também os géneros alimentares. Efetivamente, e através de registos de conteúdo religioso patentes em tabuinhas com escritos em Linear B, foi possível constatar que em diversos santuários se praticava o sacrifício e consumo de ovelhas, cabras, porcos e gado vacum. Corroborando os dados contidos na documentação escrita note-se que, recentemente, foram identificadas ossadas de gado carbonizadas em altares de Pilos. Já em Cidónia detetaram-se, sob amontoados de pedras, concentrações de restos ósseos não queimados, parte dos quais articulados, sugerindo o desmembramento prévio.

De qualquer modo, e independentemente das especificidades subjacentes a cada rito, (nomeadamente, com ou sem recurso à queima do material osteológico), saliente-se que as celebrações sacrificais poderiam ser acompanhadas de generosas quantidades de vinho, líquido precioso guardado nos recipientes cerâmicos conservados nas áreas de armazém dos palácios.

E a propósito dos recipientes cerâmicos de contenção de líquidos, abrimos espaço para aludir aos célebres *rhyta*, vasos de libação. De diferentes tamanhos e configurações (sendo a mais comum, cónica), o *rhyton* é provido de uma pequena abertura na base, concebida para permitir o lento escoar dos líquidos (vinho, mel ou óleos perfumados). Em regra, apresenta contornos zoomórficos, particularidade que se traduz no facto de a morfologia ser consonante com a exibida por cabeças de animais. Entre os mais recorrentemente representados avultam os leões e, em especial, os touros³⁴. Contudo, conhecem-se exemplos de *rhyta* que evocam outras espécies, passíveis de corresponder a carneiros, raposas, canídeos, suínos ou mesmo a aves. Estes últimos terão sido utilizados pelo menos desde o período Minoico Antigo. Com efeito, de Lebena procede aquele que é considerado o mais antigo vaso ritual conhecido com forma de pássaro. Com bico vertedor colocado no lugar da cabeça e configuração aparentada à dos odres de vinho, tem sido evocado pelas analogias que revela com o pato. Presumindo, pois, que os recipientes com aparência de ave de cronologia mais recuada remontam ao Minoico Antigo, há que realçar, no entanto, que o fabrico de vasilhas que entroncam

³⁴ Evoquemos o exemplo do célebre *rhyton* recuperado em Cnossos.

nesta “tradição” persiste longamente no tempo: efetivamente, foram identificados diversos artefactos libatórios com cronologia centrada no Bronze Final.

É importante registar que estes vasos não eram necessariamente modelados em cerâmica. Alguns foram elaborados em metal precioso; outros, em pedra, designadamente, em mármore e alabastro. Atente-se, como exemplo de recipientes produzidos em suporte pétreo, no fragmento de um *rhyton* recuperado na área noroeste do Palácio de Cnossos. Nele avulta uma composição em relevo, onde é observável parte de um homem e de uma cabra, a que se soma, no campo inferior, o topo de um capacete. Na verdade, afigura-se ter sido prática comum cinzelar cenas nos vasos pétreos, sendo estes por vezes recobertos de folha de ouro. Acrescente-se, finalmente, que é provável que tais vasos, cuja produção exigia elevada perícia e de que subsistem alguns exemplares decorados com elegantes ornatos em relevo, encontrassem nas “mesas de oferendas” (como a da Caverna de Psicro) a sua base de apoio preferencial.

Mas, apesar de bem documentados, os *rhyta* não enformam o exclusivo das vasilhas “sagradas”. Neste âmbito há que integrar os cálices da chamada “comunhão”, os queimadores de incenso, os vasos de aspersão purificadora ou os *kernoí*, um tipo específico de recipiente destinado a receber os primeiros produtos da terra, que se impunha oferecer à divindade.

Outro artefacto dotado de grande simbolismo no quadro da religiosidade cretense é o machado duplo ou bipene³⁵. Com lâmina curva e dimensão variável (da miniatura ao objeto de vulto), podia ser produzido em distintos suportes. Só na Caverna de Arcalochóri, nas imediações de Heráclion, foram recuperados exemplares de cobre, bronze, prata e ouro, alguns dos quais profusamente decorados, designadamente, com motivos espiralados. Apesar de ter já sido confundido com um utensílio de guerra, atualmente não parece haver dúvidas quanto ao facto de a sua vocação não ser propriamente bélica. Peças como as de Arcalochóri só poderão ser compreendidas se perspetivadas no quadro da realização de ações cerimoniais e/ou de culto. Com efeito, no universo dos materiais com conotações religiosas, o machado ocupa um lugar

³⁵ Lembra J. Ribeiro Ferreira que, de acordo com Plutarco, o nome cretense para este tipo de machado seria *labrys*, um termo de ascendência lídia (Ferreira, 2008: 27).

privilegiado, sendo recorrentemente associado à chamada “Deusa Mãe”. Mas nas representações iconográficas estes artefactos cerimoniais surgem igualmente em correlação com outras figuras. Um exemplo interessante, observável num molde pético do período Minoico Tardio, mostra um indivíduo de sexo masculino (supostamente, um ministro do culto) dotado de cornos e com uma indumentária intensamente ornada segurando um machado decorado em cada uma das mãos. Ora, face ao exposto e considerando os muitos testemunhos onde este tipo de artefacto foi já identificado, importa sublinhar que, independentemente do suporte utilizado (frescos, recipientes cerâmicos como os *pitthoi*, selos ou dispositivos funerários, como os *larnakes*³⁶), a sua vinculação ao “sagrado” se afigura omnipresente.

Consideremos agora os “machados de guerra”. Curiosamente, alguns destes objetos, que se presume seriam usados em ambiente de batalha acabavam, em razão das suas características, por parecer adaptar-se melhor a contextos cerimoniais. São diversos os exemplares conhecidos em Creta, mas há alguns a merecer destaque. Um dos mais notáveis, recuperado no Palácio de Mália, foi produzido em xisto. É provável que, originalmente, adornasse a parte cimeira de um ceptro, peça que, como é sabido, consta de uma insígnia real. Exibindo configuração zoomórfica, assemelha-se a uma pantera ou leoa em processo de salto e evidencia singulares pormenores ornamentais: os olhos são produto de incrustação, e a superfície do corpo apresenta-se integralmente recoberta com uma complexa malha de espirais interligadas. Considera-se, portanto, que tamanho investimento ornamental, aliado ao simbolismo do artefacto a que pertencia (o suposto ceptro), constituem argumentos suficientemente sólidos para sugerir a vinculação do referido machado a um uso cerimonial e não propriamente bélico.

As divindades

Entre as divindades cultuadas no período minoico em Creta, são vários os nomes passíveis de ser citados. Um deles é o de Dionísio. Durante muito

³⁶ Estrutura funerária em forma de caixa, produzida em cerâmica.

tempo, julgou-se que só tardiamente este deus teria integrado o panteão grego. Todavia, pesquisas recentes permitiram atestar que era adorado no mundo minoico desde o Bronze Final, pelo menos em Cânia, localizada na parte ocidental da ilha. Outro caso interessante a mencionar é o corporizado por Deméter. Figura bem conhecida do Olimpo, não só possui estreitas relações com as divindades orientais da fertilidade como, em paralelo, agrega alguns dos traços mais específicos das deusas minoicas, como por exemplo, a ligação às serpentes e às árvores³⁷. Mas além das já citadas, também outras divindades cultuadas na Grécia continental foram igualmente adoradas em Creta. O caso de Asclépio é um dos mais paradigmáticos, sendo que o culto que lhe era votado persistiu longamente, pelo menos até à Antiguidade Tardia.

Além destas divindades, impõe-se referir outras, ainda que de menor peso, caso de Eileithyia, Welchanos ou Britomártis. O nome desta última, que significa algo aparentado a “doce donzela”, remete para uma entidade tida como muito próxima de Ártemis, tanto que, não raro, foi identificada com a própria deusa da caça. Segundo um mito tardio, Britomártis foi perseguida ao longo de vários meses por Minos, até ao ponto em que, toldada pelo desespero, acabou por se lançar ao mar. No entanto, este desfecho, que se poderia adivinhar trágico, viria a revelar-se providencial: a virgem foi colhida pelas redes dos pescadores e, deste modo, salva e colocada em segurança. Ora, esta “estória” constitui um exemplo (entre outros) passível de ser apontado no intuito de confirmar um dado de extrema importância: o de serem diversas as divindades e ritos da mitologia grega com raízes no universo cretense. No entanto, a sua incorporação não se produziu, necessariamente, de forma linear, podendo ter exigido transformações e adaptações.

Em contrapartida, existem divindades que parecem dissociadas do território grego continental, antes íntima e exclusivamente ligadas ao mundo minoico. Referimo-nos às chamadas “deusas das serpentes”, divindades maiores da Creta minoica. Mas que sabemos sobre elas? Serão de facto represen-

³⁷ Note-se que essa ligação persistirá, assumindo-se como vertente recorrente do sistema religioso grego (tomem-se, como exemplos, o culto de Helena em Esparta, ou as referências à oliveira sagrada de Atena).

tações de divindades ou antes de sacerdotisas? E qual a “história” subjacente aos achados?

Em 1903, Sir Arthur Evans e a sua equipa detetaram num pequeno compartimento da “sala do trono” do Palácio de Cnossos um conjunto de cistas pétreas. A escavação subsequente efetuada permitiu recolher distintos materiais de exceção: folhas de ouro, machados pétreos rituais, e vasilhas produzidas em esteatite e cerâmica, parte das quais importadas da ilha de Melos, com cronologia delimitada entre cerca de 1700 e 1600 a.C. Já o estrato mais profundo (e, conseqüentemente, mais antigo) integrava um “depósito” artefactual provavelmente coevo da construção das estruturas. Era constituído por uma série de objetos de reduzido tamanho, entre os quais merecem destaque as celebradas “deusas das serpentes”, achadas sob a forma de múltiplos fragmentos; aliás, só na sequência da reconstituição levada a cabo se tornou possível aferir, de modo pleno, as suas principais características.

Ora, as “deusas das serpentes” constam de estatuetas antropomórficas de cariz naturalista, produzidas em faiança colorida. As suas vestes, ilustrativas da elaborada e convencional indumentária da mulher minoica³⁸, não dissimulam os caracteres sexuais femininos; pelo contrário, eles surgem bem acentuados e evidentes, até porque as representações mostram as supostas divindades de peito descoberto. Este traço tão vincado serviu de base a diversos especialistas para sugerir a possibilidade de estas figuras corresponderem a mais uma das manifestações da chamada “Grande Deusa da Fertilidade”, entidade de referência no quadro das religiões orientais. Na verdade, é quase como se tal figura se assumisse, a um tempo, como una e múltipla, na medida em que aparece em diferentes geografias, ainda que sob diversas nomenclaturas: Ísis (no Egito), Ishtar (na Mesopotâmia) e Astarte (na Síria ou na Fenícia).

Também em Creta esta divindade se apresenta sob distintas facetas: enquanto deusa da caça ou guardiã do lar; enquanto deusa das montanhas, vegetação e árvores, ou como senhora dos animais selvagens, surgindo neste caso, associada não só às serpentes, mas também às aves. Mas, note-se, havia

³⁸ Veja-se, a este respeito, a descrição de R. Rossi: “[...] cintura fina apertada num corpete, uma saia com amplos folhos sobrepostos e duas serpentes entre as mãos... [...]” (Rossi, 2009: 16).

outras hipóteses de representação em voga, como a de fazer a divindade adotar a configuração de algum dos seres que tutelava, opção que a destituía, portanto, do carácter antropomórfico.

É certo, pois, que esta “Mãe”, entidade central no mundo minoico, aparece articulada com uma série de elementos diretamente relacionados com o entorno natural. Mencionámos alguns, mas a lista poderia ser facilmente ampliada, por exemplo, com indicação de espécies de flores, como a papoila ou o lírio. No entanto, é importante ressaltar que nem todos os símbolos a que esta divindade se encontra conectada podem ser procurados na Natureza. Um dos mais marcantes e recorrentes é precisamente o machado duplo, objeto a que tivemos oportunidade de fazer menção previamente.

Em suma, esta divindade feminina é quase que omnipresente, na medida em que parece dominar todo o mundo terrestre, o aquático e também o das profundezas telúricas. A proeminência desta entidade, cultuada desde o período Minoico Médio é, neste sentido, inquestionavelmente reveladora. De acordo com diversos autores, ela seria aliás sintomática da própria importância social auferida pela mulher na Creta minoica³⁹. Por conseguinte, talvez seja interessante olhar para o papel desempenhado pelo deus masculino que lhe é mais próximo. Não é claro se se trata do consorte ou do filho, mas não há dúvidas que corresponde a uma figura subalterna. De qualquer modo, parece encontrar-se conotada com a vegetação e as colheitas, pelo que a sua função é de primeira ordem. Precisamente em razão da sua natureza masculina, é vinculada às sementeiras e ao ciclo natural e sazonal das plantas, que morrem e se regeneram a cada ano. Mas esta divindade correlaciona-se também com a guerra, pelo que, não raro, é representada armada.

Falávamos do peso social do género na Creta minoica. Todavia, à medida que a cronologia avança, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres tendem a alterar-se. Talvez em razão da influência exercida pelos Aqueus e em consequência das transformações experienciadas pela comunidade, nos tempos finais da Idade do Bronze os deuses masculinos alcançam, paulati-

³⁹ Importa ressaltar, contudo, que apesar de terem já sido avançadas várias teorias a este respeito, raramente se indicam, de forma concreta, quais as fontes e dados que permitiram sustentar esta afirmação.

namente, maior projeção. Não obstante, a divindade tutelar continua a ser feminina. Nalguns casos, porém, são perceptíveis mudanças, designadamente ao nível dos modos de representação. No período Minoico Tardio III, a deusa da família e guardiã do lar, presença recorrente em diversos santuários, designadamente, no de Gúrnia, apresenta o seu corpo, abaixo da linha da cintura, sob a forma de um cilindro oco (como se uma longa saia se tratasse) e os braços levantados, no que tem sido interpretado como um gesto de bênção.

Por último, e antes de dar por terminadas as considerações relativas às divindades, introduzimos algumas notas acerca de um conjunto de outros seres indissociáveis do universo minoico: os demónios. Recorrentemente representados em selos e sinetes, enformam um “grupo” com raízes obscuras, eventualmente autóctones e de fundo popular. Constam invariavelmente de entidades que caminham eretas, à semelhança dos humanos. Todavia, as suas mãos parecem patas e as cabeças denotam igualmente inspiração no mundo animal, mostrando-se aparentadas às dos asnos, cavalos ou leões. Ressalve-se, porém, que apesar de tendencialmente apresentados a desempenhar algum acto ritual, designadamente, a vazar libações em altares ou a conduzir as oferendas às divindades cultuadas, Costis Davaras sugere a possibilidade de o desenho de tais demónios poder, nalguns casos, servir somente propósitos decorativos. A confirmar-se a validade desta asserção, então a reprodução destes seres na iconografia nem sempre seria justificável em função de imperativos intrinsecamente religiosos podendo, ao invés, decorrer de meras motivações estéticas. No entanto, e um pouco à semelhança do que sucede a respeito de outros domínios, também no que a este se refere é notória a ausência de perspectivas unânimes entre os estudiosos. Porém, não há dúvidas de que os demónios minoicos, com as suas especificidades muito próprias que os diferenciam de uma série de outras figuras, como as esfinges e os grifos, persistiram no tempo e acabaram por integrar o imaginário da mitologia e arte gregas.

A religião e o mundo funerário

Da análise das práticas funerárias cretenses advém uma constatação inevitável: a de que as comunidades que habitaram a ilha durante o período

minoico se encontravam, pelo menos na generalidade, imbuídas de crenças na existência de vida para além da morte. Efetivamente, as fontes disponíveis, quer as arqueológicas quer as de natureza iconográfica, apontam precisamente nesse sentido. Além do mais, e se atentarmos nalguma “documentação” especialmente privilegiada e reveladora, como a consubstanciada através dos testemunhos materiais colhidos nas necrópoles e em dispositivos paradigmáticos, caso do sarcófago de Hagia Triada, é possível identificar alguns dos rituais implementados.

Um dos pontos que se impõe sublinhar prende-se com o tipo de prática de enterramento vulgarizada desde o Neolítico: a inumação. Na verdade, e mesmo com o avanço da cronologia, o ritual predominante manteve-se longamente inalterável. Houve mudanças, é certo, mas estas incidiram noutras esferas, designadamente, na escolha e preparação dos espaços destinados à concretização dos enterramentos. Em plena Idade do Bronze, era comum inumar-se os defuntos em grutas ou abrigos sob rocha, sendo que apenas excepcionalmente se incineravam os mortos. A cremação, que por volta do século X a.C. viria a generalizar-se e a converter-se em “norma” era, por enquanto, uma opção rara e, conseqüentemente, quase sem representatividade arqueológica.

Quais, pois, as modalidades de inumação adotadas entre os minoicos?

Várias, em conformidade com os indícios recolhidos. Na fase inicial da Idade do Bronze, os túmulos seriam coletivos e, em regra, utilizados durante amplos lapsos de tempo, que podiam ascender a centenas de anos. E o que os dados antropológicos sugerem, através do estudo dos inúmeros restos humanos exumados, é que a tendência vigente ia no sentido de agregar nesses sepulcros, que enformavam estruturas de vulto, indivíduos pertencentes a um único clã ou família alargada. Mas, a somar a esta opção de enterramento, outras há igualmente documentadas em Creta. Na área oriental da ilha, designadamente em Palaikastro e Gúrnica, conhecem-se dispositivos funerários de planta retangular, construídos um pouco à semelhança das habitações dos vivos; munidos de vários compartimentos, assumiam-se como ossários familiares. Já noutros casos, os sepulcros eram simplesmente abertos no calcário, de modo bastante irregular, resultando em singelas covas. Noutros ainda, muito em voga no período Minoico Médio, eram os próprios *pitboi* a acolher as inumações: os defuntos, com os joelhos e queixo bem juntos, eram encaixados

nestes enormes recipientes cerâmicos (por norma usados para a contenção de azeite, mel, cereais, entre outros produtos). Os vasos eram depois invertidos e enterrados, criando cemitérios singulares, como o de Pachyammos.

De qualquer modo, terá sido sensivelmente a partir de 1450 a.C., já em pleno Minoico Tardio, que a tendência para proceder a grandes enterramentos coletivos esmoreceu de modo mais declarado. Progressivamente, as inumações começaram a ser limitadas em número: os túmulos passaram a albergar pequenos grupos de indivíduos com vínculos familiares ou, nalguns casos, um único defunto. Esta importante transformação tem sido interpretada como resultado de dois vetores essenciais (e de certa forma, interligados): por um lado, o incremento do peso da individualidade; por outro, o enfraquecimento dos laços entre os membros do clã. E a que se terá ficado a dever tal situação? Provavelmente, ao facto de alguns indivíduos terem aumentado a sua riqueza e, conseqüentemente, também o seu estatuto e capacidade de diferenciação face aos demais membros do grupo. Tais mudanças vão, pois, repercutir-se na tipologia das estruturas funerárias. Emergem dispositivos de enterramento mais restritos e exclusivos, caso das *tholoi* e dos túmulos subterrâneos com câmara (apelidados de *chamber tombs*), ao interior dos quais se acedia através do *dromos*, uma passagem longa e estreita escavada na rocha. Neste tipo de estrutura, os mortos eram depositados das mais diversas formas: em fossas, diretamente no solo ou em caixões, alguns dos quais feitos em madeira. Mas os mais comuns eram mesmo os modelados em barro, chamados *larnakes*. Documentados desde o período Minoico Antigo III e com utilização continuada até ao triunfo da incineração, constavam de uma espécie de caixa, tendencialmente decorada com pinturas. Destinando-se a albergar defuntos, possuíam uma particularidade: os mortos eram colocados no seu interior em decúbito dorsal, mas com as pernas fletidas, de modo a ocuparem pouco espaço. Não raro, estes dispositivos, que ao longo do tempo foram denotando alterações de configuração, surgiam agrupados em necrópoles. A da Caverna Negra, situada numa zona de encosta, a leste do Palácio de Cnossos, constitui um exemplo dessa opção.

Na Idade do Bronze, as práticas funerárias das comunidades que viviam não só em torno do Palácio de Cnossos, mas igualmente noutros pontos da ilha, incluíam o adorno dos inumados. Colocavam-se adereços sobre os defun-

tos, independentemente do género, no intuito de ornar os corpos. Nalguns casos, provavelmente decorrentes do posicionamento social elevado do indivíduo falecido, as deposições concerniam mesmo a joias de ouro. Um exemplo notável, e talvez um dos mais célebres a apontar a este respeito, radica no pendente com abelhas afrontadas e finos enfeites exumado no grande túmulo de Chrysolakkos, em Mália. Bem mais comum era a presença de contas policromas, destinadas à composição de colares. E é interessante registar que, no interior das sepulturas, podiam figurar os moldes de pedra que serviam para a produção destes e de outros adornos, a par de selos, potenciais elementos de “proteção”, com vocação propiciatória.

Mas, note-se, também outros materiais eram passíveis de ser canalizados para o seio das estruturas funerárias, designadamente, instrumentos brônzeos do quotidiano, como os usados em atividades de construção ou na agricultura. A estes somavam-se diversos tipos de recipientes cerâmicos, que se supõe seriam destinados a conter comida e bebida para prover às necessidades dos defuntos. Porém, em paralelo a esses objetos de carácter mais “utilitário”, outros artefactos, dotados de especial simbolismo, podiam igualmente ser encaminhados para o interior das sepulturas. Veja-se o exemplo das estatuetas de barro em forma de touro com arneses pintados, ou o dos vasos de libação cerâmicos com idêntica configuração, recolhidos nas *tholos* das necrópoles de Koumasa e Porti, na planície de Mesara. Por último, uma nota acerca de uma outra possibilidade de deposição: a de elementos de vocação ofensiva. Costis Davaras menciona, a este propósito, a identificação de um interessante e completo conjunto de armas num sepulcro escavado nas imediações de Cnosos, que interpreta como indício sólido da presença de um guerreiro Aqueu no local. Já no caso da necrópole de Cânia, e para o período que se estende entre cerca de 1375-1200 a.C., M. Andreadaki-Vlazaki sublinha a ocorrência de enterramentos de guerreiros profusamente providos de objetos brônzeos, supostamente sugestivos de implantação militar micénica no assentamento.

Independentemente da validade desta última hipótese, o que é certo, é que a colocação de materiais em contexto funerário se afigura indissociável da existência de crenças numa vida *post-mortem*. Com efeito, são efetivamente consistentes os indícios que apontam nesse sentido. Aos já elencados acrescentamos um argumento adicional, que radica no facto de alguma documen-

tação iconográfica sugerir a execução de rituais póstumos. Um deles, efetuado no exterior do túmulo do(s) inumado(s), consistiria na realização de “brindes de despedida”, na sequência dos quais os recipientes seriam quebrados. Confirma-se, pois, a vigência de uma série de costumes mortuários que, se por um lado, são próprios das comunidades que habitavam a ilha, por outro acabam por possuir inevitáveis paralelos noutras geografias e cronologias.

A ESCRITA

Os primeiros escritos do continente Europeu foram criados na ilha de Creta por volta de 2000 a.C. Por essa altura, já outras civilizações (como as situadas no “Crescente Fértil” ou no Egito) apresentavam um longo historial de domínio da escrita e tinham literatos entre as suas comunidades. Contudo, esta prodigiosa criação era desconhecida fora do Próximo Oriente e do Vale do Indo. É provável que a “proximidade” espacial com o Próximo Oriente tenha servido de inspiração a Creta. Todavia, é fulcral sublinhar que os Cretenses elaboraram um sistema próprio e dotado de inequívoca originalidade, quer a nível da forma, quer da execução.

O surgimento da escrita em Creta deverá ter coincidido, em termos cronológicos, com a emergência dos primeiros palácios. Qual a relação a estabelecer a este nível? Coloca-se a hipótese, bastante viável, de ter sido precisamente o aparecimento dos palácios a determinar a necessidade de criar um sistema de registo progressivamente mais sofisticado, passível de dar resposta a uma burocracia também ela cada vez mais complexa.

Um ponto digno de nota prende-se com a importância que a demanda dos mais antigos escritos europeus exerceu sobre o próprio Arthur Evans. Na verdade, a “descoberta dos minoicos” (a que o seu nome ficaria indelevelmente associada) surge nitidamente vinculada às questões, problemáticas e enigmas que envolvem a(s) escrita(s) cretense(s). Cedo Evans terá intuído a existência de um sistema desconhecido na ilha. Em paralelo, e sendo ainda estudante de arqueologia impressionado com o elevado nível cultural atingido pelos micénicos na Grécia continental, convenceu-se de que o florescimento de uma civilização tão brilhante não teria sido possível sem o conhecimento da escrita. Nessa altura, porém, eram ainda imensas as zonas de sombra que tol-

davam o conhecimento em torno da Idade do Bronze do Egeu. Além do mais, e em plena segunda metade do século XIX, as escavações levadas a cabo por Heinrich Schliemann em Troia e Micenas continuavam a não proporcionar a recolha de inscrições e, conseqüentemente, a inviabilizar a corroboração da hipótese de Evans.

Mas o estado da questão viria a alterar-se. Em 1889, e numa altura em que Arthur Evans ascendera a conservador do Ashmolean Museum, em Londres, a instituição recebia um selo de configuração prismática provido de quatro faces, cada uma das quais com diferentes signos gravados. Julga-se que a confrontação com este artefacto e a apreciação da “estranheza” que lhe era inerente terá inspirado Evans na busca que então encetou no sentido de confirmar a existência de uma escrita pré-alfabética ainda desconhecida. Em Atenas viria a identificar elementos similares, que se empenhou em rastrear, sendo que as pistas acabariam por conduzi-lo a Creta. Contudo, Creta era então dominado pelo Império Otomano. E apesar das constantes rebeliões gregas que tiveram lugar ao longo do século XIX, no sentido de obter a libertação do “jugo” turco, seria preciso esperar pelo final da centúria para que tal se concretizasse. Contudo, e malgrado a situação política, Evans conseguira viajar intensamente por Creta e decidira-se a empreender escavações em Cnossos, um lugar situado a escassas milhas de Heráclion, a principal e mais moderna cidade daquele território insular. Talvez sugestionado pela tradição grega, que apontava um tal “rei Minos” como figura central de um império marítimo que dominava o Egeu a partir de Cnossos, Evans terá considerado que a área escolhida era promissora. Aliás, escavações prévias no local haviam já proporcionado a recolha de achados interessantes.

Paulatinamente, Evans fora igualmente delineando o objetivo de identificar mais materiais onde estivessem presentes escritos como aqueles com os quais fora sendo confrontado no quadro de anteriores pesquisas levadas a cabo. As escavações em Cnossos, iniciadas em 1900, na sequência da expulsão Otomana, acabariam por aferir uma importância capital nessa busca, ao proporcionar a recolha de um notável conjunto de documentos com inscrições. Em conformidade com o apontado por Lisa Bendell, a 30 de Março desse mesmo ano, era recuperada em Cnossos a primeira tabuinha;

mas em meados de Abril, o número ascendia já a mais de sete centenas. E o que rapidamente se tornou evidente é que os escritos nelas patentes eram declaradamente mais complexos e desenvolvidos que os evidenciados nos selos que Evans tivera oportunidade de observar. Não restavam dúvidas de que os elementos presentes nas tabuinhas enformavam, de facto, uma verdadeira escrita. Todavia, e muito embora o próprio Evans tenha inicialmente alimentado a esperança de conseguir decifrá-la, acabou por abandonar tal propósito. Outras descobertas, provavelmente consideradas mais excitantes, sucediam-se, acabando por ofuscar o brilho decorrente do achado dos documentos inscritos.

De qualquer modo, convém desde já sublinhar que as tabuinhas não constituem um exclusivo de Cnossos. Com efeito, e à medida que as escavações de Evans iam avançando, outros arqueólogos afluíram a Creta, encetando novas intervenções e colocando a descoberto outros palácios em distintos pontos da ilha. Mália, na linha da costa, a leste de Cnossos, a par de Festos e Hagia Triada (a sudoeste), são exemplos passíveis de ser fornecidos a este respeito. E, na verdade, nos três sítios, mas especialmente em Hagia Triada, as escavações proporcionaram a recolha de tabuinhas de argila, ainda que em menor quantidade que em Cnossos. Acresce notar que, além de menos numerosas, eram também consideravelmente diferentes. Mas como explicar as discrepâncias?

Numa primeira fase, Evans colocou a hipótese de as diferenças decorrerem do facto de o Palácio de Cnossos ser responsável pela produção de uma espécie de “escrita régia”, que se distinguiu das demais. No entanto, esta via de interpretação foi afastada, assim que o arqueólogo se apercebeu de que as divergências se encontravam articuladas com a cronologia dos escritos.

Vejamos então quais as diferentes modalidades de escrita presentes em Creta e quais as suas principais características definidoras.

O Hieroglífico cretense

O Hieroglífico Cretense consta de uma das formas de escrita desenvolvidas em Creta na Idade do Bronze. É, provavelmente, a mais antiga das escritas

minoicas⁴⁰, tendo permanecido em uso por um período compreendido entre cerca de 2000/1950 e 1650 a.C. ou, segundo John Chadwick, entre 1900-1600 a.C.

A opção pela designação de Hieroglífico, cunhada por Arthur Evans, ficou a dever-se às supostas analogias e proximidade que denotava face ao Egípcio Antigo, conhecido precisamente pela referida terminologia. Contudo, é importante salientar que não há motivos válidos para considerar que as duas formas de escrita se encontram relacionadas.

Alguns estudiosos classificaram esta escrita como pictográfica, o que se fica a dever, fundamentalmente, ao facto de muitas das representações utilizadas (e procuradas sobretudo no repertório animal e vegetalista) serem facilmente identificáveis. Veja-se, como exemplo, a presença de signos claramente reconhecidos como aves em escritos hieroglíficos. Note-se, porém, que signos como os evocados poderiam não pretender remeter especificamente para os itens desenhados. Com efeito, a motivação para o seu uso poderia ser antes de ordem fonética. O que significa isto? Que uma escrita com tal matriz recorre a determinadas formas e/ou espécies para representar não itens concretos, mas os sons da linguagem.

Relativamente ao universo de artefactos em que o Hieroglífico Cretense surge atestado, é inquestionável que a primazia quantitativa recai nos selos e sinetes, aos quais voltaremos a aludir. Não obstante, há outras situações documentadas, como as corporizadas nos vulgarmente designados “medalhões”, e nas barras de argila facetadas (em inglês, “four-sided bars”). Como definir e caracterizar tais artefactos? Ainda que não seja conhecido, com plena propriedade, o modo como qualquer um deles seria usado, é possível indicar algumas hipóteses viáveis de utilização e, simultaneamente, apontar as suas principais especificidades.

⁴⁰ Apesar de em parte substancial da bibliografia disponível o Hieroglífico Cretense ser apresentado como a mais antiga das escritas cretenses, alguns autores, caso de Helena Tomas (Tomas 2015: 46), consideram não ser clara qual a relação temporal (de anterioridade ou contemporaneidade?) entre Hieroglífico Cretense e Linear A. De facto, a mais antiga inscrição de Linear A conhecida até ao momento (identificada em Cnossos) remonta ao Minoico Médio IIA (Tomas 2015: 46).

Começando pelas barras de argila com os quatro lados facetados, note-se que eram perfuradas numa das extremidades. É provável que constassem de documentos administrativos, mais concretamente, de inventários de produtos, e que se destinassem a ser suspensos diretamente das mercadorias que pretendiam identificar e quantificar. No entanto, a natureza das mercadorias em causa não era especificada através de qualquer tipo de ideograma, pelo que se aventa a possibilidade de os respectivos signos identificativos poderem ser reconhecidos mediante soletração fonética.

À semelhança das barras, os “medalhões” teriam igualmente vocação administrativa. Contudo, as duas classes de objetos divergiam claramente ao nível do formato apresentado. Com efeito, os medalhões assemelhavam-se a discos, se bem que providos de uma extremidade repuxada, onde figurava uma perfuração. Por norma, comportavam ideogramas relativos a bens potencialmente comerciáveis; no entanto, há exceções a este quadro, pelo que não é aceitável promover generalizações. De qualquer modo, e ainda que a função concreta destes “medalhões” permaneça algo obscura, colocam-se várias hipóteses acerca da função para a qual poderão ter sido concebidos. Julga-se que, tal como as barras, poderiam constar de elementos de identificação de mercadorias, diretamente apensos aos recipientes ou contentores onde se guardavam os produtos a transportar. Outra possibilidade apontada, e que mantém a interpretação centrada na vertente identificativa (muito embora não propriamente no quadro das movimentações comerciais), é a de terem servido para diferenciar produtos em espaços de armazenamento.

Menos enigmática parece ser a funcionalidade dos selos. Costis Davaras sugere a hipótese de terem sido usados como amuletos. No entanto, Lisa Bendl entrevê uma utilização diferente, considerando que estes objetos podiam servir uma dupla vertente: autenticar as transações ou garantir a integridade dos produtos comercializados. Com efeito, estes selos não podiam ser removidos sem que ficassem destruídos e, conseqüentemente, sem que a quebra dos mesmos se tornasse perceptível. Ora, de acordo com Helen Hughes-Brock, estes artefactos constituem prova cabal da existência de um sistema organizado, que funcionaria a partir dos palácios. Efetivamente, parte substancial destes documentos administrativos foi recolhida nos grandes palácios (Cnosos, Mália ou Festos), centros burocráticos por excelência. Não obstante, há

ocorrências atestadas um pouco por todo o centro e leste de Creta e também fora da ilha, designadamente, noutros territórios insulares, caso de Citera ou da Samotrácia. É certo que, com o ocaso do Hieroglífico Cretense, a escrita deixa de estar presente neste tipo de objeto. Mas, em contrapartida, há todo um universo de selos que, muito embora carecendo de inscrições, se destacam pela elevada qualidade estética. Na verdade, nestes pequenos artefactos figuram requintadas composições artísticas, onde avultam os mais diversos motivos, reproduzidos com manifesta imaginação, apuramento formal e noções de movimento. Alguns denotam carácter abstrato; na maior parte, todavia, a primazia foi concedida a animais (ou a elementos correlacionados): leões, touros (ou, simplesmente, os seus cornos), javalis, veados, cabras, pássaros, apenas para elencar algumas das possibilidades.

Por último, e no sentido de finalizar as considerações relativas ao Hieroglífico Cretense, abrimos espaço para um último, mas importante apontamento: os registos que enformam esta modalidade de escrita (limitada a cerca de 300 palavras) não se encontram restritos ao universo administrativo. Com efeito, eles estão presentes num conjunto de materiais que, declaradamente, se encontram destituídos de tal propósito. Entre eles contam-se os machados duplos, vasos pétreos ou recipientes cerâmicos de distinta morfologia, em especial, formas de contenção de líquidos, com destaque para os copos e jarros.

O caso enigmático do disco de Festos

Qualquer abordagem às escritas pré-alfabéticas do Egeu exige menção a um documento excecional, um dos mais célebres registos identificados em Creta. Trata-se do chamado disco de Festos, designação cunhada em razão do local onde foi exumado: as ruínas da estrutura palaciana da estação epónima, Festos. Foi precisamente ali, no sul da ilha, que em 1908 um arqueólogo italiano recuperou o objeto em causa: produzido em argila cozida, e com cerca de 160 mm de diâmetro, exibia uma inscrição em cada uma das faces. Atendendo ao contexto de recolha, foi possível enquadrar o artefacto, sendo-lhe atribuída uma cronologia que não ultrapassa os 1700 a.C. Neste sentido, e a ser válida esta indicação, confirma-se que será contemporâneo da produção de registos em Linear A.

Ora, o facto de o disco possuir as duas faces epigrafadas, aliado à proposta de balizamento temporal evocada e à coexistência com o Linear A, levou a que se tenha assumido que as inscrições patentes no singular disco de Festos consubstanciavam uma modalidade aparentada às demais escritas cretenses. No entanto, e em conformidade com o sublinhado por John Chadwick, esta dedução é altamente questionável, até porque, até ao momento, o disco de Festos continua a afirmar-se como exemplar único na ilha, sem que se conheça qualquer outro registo comparável.

Quais as especificidades deste artefacto? Uma das mais curiosas prende-se com o modo como as inscrições foram produzidas: aparentemente, rodando o disco à medida que ia sendo escrito, da direita para a esquerda e começando na orla, de forma a que, em cada uma das superfícies, os signos compusessem uma espiral que recobria integralmente o campo útil disponível. É provável, aliás, que a apresentação regular dos signos e a ausência de vazios decorra de um cuidadoso planeamento prévio e, eventualmente, também da própria prática do executor.

Outra das singularidades deste objeto prende-se com o facto de as inscrições resultarem da impressão de “carimbos” ou estampilhas na argila ainda húmida. Isto significa que cada tipo de signo utilizado possuía, necessariamente, um “carimbo” correspondente, de tal resultando algumas vantagens, como a rapidez de execução ou a “facilidade” de leitura, uma vez que o método “mecânico” acabava por afastar as peculiaridades inerentes ao traço manuscrito. Há, porém, algumas limitações a apontar. Entre elas avulta o dispêndio de tempo e as exigências técnicas requeridas para a elaboração das estampilhas. De qualquer modo, tais evidências servem de alerta para o outro lado da questão. É que tamanho investimento dificilmente seria justificado se o objetivo da produção de estampilhas estivesse focado na preparação de um único artefacto. O mais provável é que esses carimbos se destinassem a ser usados em maior escala.

Como, então, explicar a ausência total de outros achados congêneres, não só em Festos, mas em toda a ilha de Creta? Uma das hipóteses avançadas para explicar tal vazio aponta no sentido de o disco constituir não um “produto” autóctone, mas uma importação. E, note-se, há outros argumentos a favor desta tese. Um deles decorre do facto de as

representações observáveis não possuem, na generalidade, afinidades com o universo dos elementos tidos como caracteristicamente minoicos. De modo a atestar esta afirmação, tomemos o exemplo dos capacetes com cristas ou penachos, bem diferentes dos cretenses, mas similares aos usados, em período mais avançado, pelos filisteus. Em paralelo, atentemos na indumentária das figuras femininas, também ela inquestionavelmente distinta das roupagens envergadas pelas mulheres de Creta, bem documentadas em diversos suportes, designadamente, nos frescos. Não quer isto dizer, no entanto, que entre o repertório de signos do disco de Festos, o do Hieroglíficos Cretense e o do Linear A não haja qualquer ponto de contacto. Com efeito, a componente pictográfica das três modalidades de escrita assume-se como patamar para a coexistência de algumas analogias. No entanto, encontra-se firmemente atestada a impossibilidade de estabelecer paralelos efetivos entre os signos mais complexos e declaradamente diferenciadores das escritas minoicas e os revelados pelo disco de Festos. Por tudo isso se encontram justificadas as reticências em torno da pretensa origem cretense do disco de Festos, ainda que, em paralelo, também não seja viável rejeitar liminarmente tal filiação. E, a não ser que surjam novas e conclusivas evidências, ou novos achados provido de inscrições similares, o estado da questão manter-se-á certamente estanque a este nível.

O que, em contrapartida, não parece oferecer margem para dúvidas aos especialistas é o facto de o sistema de escrita contido no disco de Festos ser de tipo silábico, muito embora destituído de ideogramas e numerais, o que, necessariamente, dificulta sobremaneira a aferição do conteúdo do texto. Tal limitação não impediu, porém, que pretensos “decifradores” se tenham lançado, ao longo dos anos, no aventar das mais diversas leituras, invariavelmente inusitadas e destituídas de fundamento. Com efeito, a impossibilidade de sequer identificar com clareza a família linguística dos signos presentes no disco demonstra à sociedade a ausência de solidez das propostas conhecidas. Aliás, na opinião de John Chadwick, estes manter-se-ão indecifráveis enquanto o artefacto que os exhibe continuar isolado, sem paralelos conhecidos e, conseqüentemente, sem que possa ser cotejado com outros exemplares congêneres.

O Linear A

De acordo com a bibliografia mais recentemente publicada, o Linear A, escrita silábica minoica, terá sido utilizado sensivelmente entre 1850 e 1450 a.C. O limite inferior desta periodização coincide precisamente com o colapso do mundo minoico, situado em meados do século XV a.C. Na verdade, não se conhecem registos de Linear A com cronologia posterior à indicada.

Não parece haver dúvidas quanto ao facto de possuir uma relação com o Hieroglífico cretense. Todavia, apesar de o Linear A se afigurar como um desenvolvimento tardio dessa primeira forma de escrita, não pode ser encarado como uma espécie de “modalidade de substituição” do Hieroglífico. Com efeito, Hieroglífico cretense e Linear A coexistiram no tempo durante mais de duas centenas de anos, pelo que não surpreende o facto de existirem arquivos onde se encontram conservados, lado a lado, documentos que recorreram à aplicação de uma ou outra escrita. Desconhecem-se, porém, quais as razões que estarão na origem da opção pelo recurso a cada uma delas, equacionando-se a possibilidade de as motivações em causa poderem radicar em fatores de ordem linguística, política, administrativa ou até religiosa. De qualquer modo, e a partir do momento em que o Hieroglífico Cretense foi abandonado (algures no Minoico Médio III), o Linear A converteu-se na única escrita vigente em Creta. Uma situação que, contudo, não iria prolongar-se indefinidamente.

Dizíamos, pois, que se encontra plenamente firmada a existência de uma ligação entre o Hieroglífico Cretense e o Linear A, sendo notórias algumas persistências e linhas de continuidade entre ambos. Em contrapartida, há diferenças relevantes a sublinhar. Por oposição ao Hieroglífico e aos desenhos perfeitamente reconhecíveis dos seres e objetos representados nos suportes que o apresentam, o Linear A é manifestamente mais estilizado e, consequentemente, mais complexo de aferir, especialmente quando os escritos são plas-mados em argila. Aliás, a designação Linear A, igualmente fixada por Evans, decorre precisamente desse esquematismo, e do facto de os signos utilizados se assemelharem a elementos esboçados de modo muito simples⁴¹.

⁴¹ Acrescente-se ainda que as palavras em Linear A conhecidas ascendem a cerca de 800, enformando, portanto, um número quantitativamente mais representativo do que o alcançado pelo Hieroglífico Cretense (Tomas 2015: 47).

Apesar das diferenças entre as duas escritas, está comprovada a manutenção do seu uso nos mesmos tipos de documentos, sendo que o exemplo mais paradigmático dessa evidência recai precisamente nos selos. Mas há também registo de algumas novidades, como a consubstanciada no aparecimento dos lacres. Constam estes de pequenos artefactos de argila, aos quais caberia selar papiros ou pergaminhos depois de escritos, dobrados e amarrados com corda. Note-se que o achado deste tipo de peça é inquestionavelmente valioso, até pelas potencialidades para a compreensão de certas vertentes da escrita e literacia da sociedade minoica. Com efeito, o facto de estes lacres providos de inscrições em Linear A conservarem agregados restos dos elementos selados (papiros ou pergaminhos atados com corda) permitiu associar suportes inscritos ao uso de materiais perecíveis. É provável que a utilização de tais materiais fosse comum no quotidiano cretense; todavia, e em razão de particularismos vários, designadamente, climáticos, só excepcionalmente é possível encontrá-los preservados no registo arqueológico.

Neste ponto, há que aludir a uma outra importante ligação do Linear A: aquela que, necessariamente, o conecta ao Linear B. De facto, os signos utilizados em cada uma das escritas não só apresentam óbvias similitudes como, em paralelo, são usados de modo análogo. Há que notar, porém, que alguns dos signos abarcados pelo Linear A carecem de correspondência no B; por outro lado, nem todos os signos identificados no B entroncam as suas raízes na modalidade de escrita mais antiga. Estas e outras especificidades ajudam a explicar as dificuldades que têm inviabilizado a decifração do Linear A. No entanto, e com base nos avanços já conseguidos, os investigadores sugerem a possibilidade de os documentos que exibem esta escrita possuírem vocação idêntica à dos registos em Linear B. Com efeito, ainda que munidos de menos detalhe, percebe-se que encerram listagens de homens e mulheres, assim como de animais e produtos vários. E o facto de ocorrerem quer em palácios⁴² quer noutro tipo de assentamento minoico parece reforçar, segundo Helena Tomas, o propósito subjacente a muitos destes registos: o de

⁴² A este respeito, merece destaque o complexo palaciano de Cidonia (atual cidade de Cânia, na parte ocidental de Creta), dotado de um importante arquivo de textos em Linear A (Andreadaki-Vlasaki 2015: 27). Recentemente, e no quadro das escavações greco-suecas dirigidas por Yannis Tzedakis, este assentamento minoico proporcionou a recolha de cinco

se afirmarem como instrumentos de gestão ou controle administrativo de pessoas e recursos. No entanto, é admissível que a utilização do Linear A não se encontrasse circunscrita a contextos administrativos. Com efeito, são conhecidas inscrições que, aparentemente, escapam a tal âmbito. Assim, uma das hipóteses a considerar, até pelo contexto de identificação (grutas, santuários em altura ou mesmo estruturas de enterramento) é a de ter servido de base para a elaboração de composições votivas. É certo que não é lícito falar, por ora, de certezas, uma vez que, como é sabido, o teor dos escritos em Linear A continua por descortinar. Mas, através de paralelos colhidos no mundo grego clássico, avança-se a possibilidade de algumas dessas inscrições destituídas de ideogramas e numerais conterem o nome de uma divindade, o do dedicante e, eventualmente, a indicação das razões que estiveram na origem da concretização de determinada dádiva. Malgrado as dúvidas persistentes, há exemplos interessantes a apontar no universo das inscrições que poderíamos apelidar de “não utilitárias”. Um deles surge consubstanciado no alfinete de prata recuperado no cemitério de Mavrospelio, em Cnossos. Com cronologia atribuída ao intervalo compreendido entre 1700-1600 a.C., encontra-se atualmente conservado no Museu Arqueológico de Heráclion. Outro concerne às chamadas “tábuas de libação”, espécie de largos pratos de pedra, supostamente usados para promover dádivas às divindades. Outro ainda, talvez o mais célebre, mas igualmente afeto à esfera da religiosidade, concerne a uma possível “mesa de oferendas”, já mencionada no capítulo dedicado à religião. Produzida em suporte pétreo, mais concretamente, em esteatite, e com enquadramento balizado entre cerca de 1800 e 1450 a.C., foi descoberta na Caverna de Psicro, um dos mais importantes lugares de culto minoicos, localizado na parte oriental da ilha de Creta. Da referida “mesa” foram recuperadas somente três fragmentos, os quais, apesar da sua incompletude, permitiram ainda assim atestar a presença de inscrições.

Outro ponto digno de nota e que se impõe destacar a propósito do Linear A prende-se com o facto de a ocorrência desta modalidade de escrita ser pouco representativa em Cnossos. Com efeito, a quantidade de documentos

novos artefactos providos de inscrições que têm como base a mesma escrita (Andreadaki-Vlasaki & Hallager 2015: 7).

ali exumados não é substancial, sobretudo se comparada com a de tabuinhas de Linear B. Em contrapartida, Hagia Triada proporcionou amplas recolhas (logo no arranque do século XX, cerca de cento e cinquenta tabuinhas e mais de um milhar de selos). Além do mais, o Linear A foi sujeito a uma ampla circulação espacial, que o levou a distender-se por todo o território cretense e a atingir inclusive a Ásia Menor (Mileto), assim como outros espaços insulares do Egeu, quer no norte (caso de Melos e Ceos) quer no sul (caso de Tera). É muito provável que esta disseminação decorra do incremento dos intercâmbios comerciais (sugestivos de vitalidade económica), fenómeno especialmente documentado no período Neo-palaciano.

Em paralelo, é importante frisar que a circulação dilatada, aliada à variedade de tipos de inscrições identificadas e de materiais empregues, se assumem como fatores potencialmente indiciadores do elevado grau de literacia da sociedade cretense, pelo menos entre os membros da elite. É certo, porém, que muito embora haja indícios seguros que atestam o elevado grau de sofisticação desta escrita, o facto de uma parte dos registos ter sido produzida em suportes perecíveis, acabou por ditar a escassa sobrevivência de testemunhos. Mas nem todos os suportes utilizados padecem dessa condição intrínseca de fragilidade. Há registos documentados em cerâmica, metal e mesmo em pedra. No entanto, também é verdade que parte desses registos não só é limitada em termos de extensão como, além do mais, se encontra em mau estado de conservação. Da conjugação de todas estas condicionantes decorre o estado da investigação e o facto de, até ao momento, não terem ainda sido conseguidos grandes desenvolvimentos no sentido de lograr a decifração desta escrita. Não obstante, e pese embora o conjunto de limitações elencadas, os indícios recolhidos permitiram concluir, sem margem para dúvidas, que o Linear A deve ser entendido como uma escrita característica da ilha de Creta e das suas possessões no Egeu.

O Linear B

O Linear B terá surgido algures no século XV a.C. De acordo com John Chadwick, esta modalidade de escrita, intrinsecamente associada à fase de ocupação micénica de Cnossos, esteve em uso sensivelmente entre 1450 e

1375 a.C., período que coincide com a última fase de “vida” do Palácio. No entanto, há que notar que esta proposta não se encontra isenta de discussão. Lesley Fitton, por exemplo, sugere que a violenta destruição que afetou Cnossos por volta de 1375-1350 a.C. não só não impediu a comunidade de continuar a habitar o local como, em paralelo, de persistir na utilização do Linear B. Em contrapartida, o próprio Chadwick assinala o facto de alguns estudiosos colocarem a data da devastação final do Palácio no século XIII a.C., possibilidade que, a confirmar-se, acarretaria óbvias repercussões para a cronologia do Linear B. Porquê? Porque, conforme atestado arqueologicamente, as tabuinhas de Cnossos procedem precisamente das camadas de destruição correspondentes à última fase de ocupação do edifício. No entanto, e na ausência de documentação que permita validar com segurança uma cronologia tão avançada, Chadwick continuou a defender que o século XIV a.C. enforma a hipótese de datação mais provável. Constata-se, assim, que apesar da aceitação do século XV a.C. como momento de “gestação” do Linear B, a cronologia do ocaso desta modalidade de escrita permanece no cerne de um amplo debate, não estando plenamente firmada.

É crucial recordar que, durante muito tempo, o Linear B foi entendido como uma escrita especificamente cretense. Na perspetiva de Arthur Evans, era dado adquirido que os minoicos não eram falantes da língua grega, antes de uma linguagem própria da ilha. Por conseguinte, a identificação de registos providos desta escrita peculiar em palácios micénicos da Grécia continental foi interpretada como um argumento a favor de uma hipótese que Evans avançara, e segundo a qual, a dado momento, os minoicos tinham efetivamente conseguido controlar não só o sul da Grécia, mas também diversas ilhas do Egeu. Ou seja, não havia propriamente a noção de que o Linear B não constituía um escrita minóica, antes micénica. Além do mais, e mesmo entre os estudiosos, tanto o Linear B como o Grego, continuaram longamente a ser encarados como linguagens exteriores à Grécia continental. E, aliás, o facto de, por um lado, não ter sido equacionada como válida a possibilidade de a língua subjacente ao Linear B ser o Grego e, por outro, se apontar uma cronologia muito tardia para a chegada da referida língua à Grécia continental, acabou por se afirmar como um entrave à ocorrência de desenvolvimentos e do alcance da decifração.

Tudo indica que o Linear B consta de uma adaptação ou versão tardia do Linear A. Com efeito, muitos dos signos utilizados pelas duas escritas são análogos ou praticamente idênticos⁴³. Todavia, alguns divergem substancialmente ao nível da forma, enquanto outros, por seu turno, ocorrem somente numa das escritas. Porém, não é claro em que local e circunstâncias específicos terá o Linear B emergido. De qualquer modo, é importante explicitar que, para alguns autores, a sua criação poderá ter ficado a dever-se à necessidade de utilizar uma linguagem diferente: o Grego. Com efeito, é hoje unanimemente aceite que o Linear B corresponde a uma forma antiga da referida língua, justificando o facto de vários investigadores o designarem como “proto-Grego”.

Tal especificidade poderá ter resultado da longa relação mantida, nomeadamente a nível político, pelas duas comunidades: a de Creta e a do “continente”. Tal ligação remontará, pelo menos, ao período de estruturação dos “círculos de túmulos” de Micenas, muito embora não seja de excluir a possibilidade de recuar ainda mais no tempo.

Mas, afinal, qual o estado atual de conhecimentos em torno do Linear B? E de que modo poderá ser descrito?

O Linear B pode ser definido como uma escrita constituída por três elementos distintos: os ideogramas, os numerais e os signos silábicos. Os ideogramas eram usados não como meios estandardizados de escrita das palavras, mas fundamentalmente como símbolos indicativos daquilo que os numerais pretendiam contar (pessoas, animais, objetos...), daí que, por norma, fossem colocados antes dos numerais. E quanto aos signos silábicos? Como explicar a sua função? Os signos silábicos eram utilizados para soletrar a forma fonética da palavra. O que significa isto? Que cada signo utilizado representa uma sílaba pronunciável (à semelhança do que acontece com o silabário cipriota) e não um som, no que se diferencia claramente do alfabeto. Aliás, convém notar que esta não é a única semelhança a aproximar o Linear B e a referida escrita cipriota, uma modalidade própria da ilha do Chipre, que permaneceu em uso até ao século III a.C. Decifrada em 1870, provou ser uma forma de expressão peculiar, através da qual se elaboravam registos em Grego. E, ponto igual-

⁴³ São cerca de 70% os signos silábicos partilhados entre Linear A e B (Tomas 2015: 46).

mente interessante, ficou demonstrado que alguns dos signos utilizados pela escrita cipriota eram idênticos (ou praticamente idênticos) aos do Linear B⁴⁴.

Mas explanemos melhor os pontos acima elencados. Como dizíamos, os numerais constituem parte importante dos escritos em Linear B. Na verdade, estão presentes em praticamente todos os registos conhecidos. Ora, as quantidades podem ser apresentados no quadro de um sistema numeral simples. Com efeito, existiam signos referentes, respetivamente, à unidade (haste vertical), à dezena (haste horizontal), à centena (círculo) e ao milhar (círculo com raio), sendo que a quantidade de cada um dos signos listados permite aferir o número que se pretendia representar. De modo a tornar esta indicação mais inteligível, foquemo-nos num número aleatoriamente escolhido: 2465. Como, pois, seria ele adequadamente ilustrado numa tabuinha de Linear B? Apoiando-nos num exemplo congénere fornecido por John Chadwick, respondemos: desenhando cinco hastes verticais (correspondentes ao número da unidade), seis horizontais (ao das dezenas), quatro círculos (ao das centenas) e dois círculos raiados (ao dos milhares).

É importante sublinhar que a confirmação desta evidência acabou por se revelar frutífera, até porque permitiu identificar uma série de signos que, por vezes, surgiam isolados antes dos numerais. Na verdade, alguns desses signos (nestes casos, pictogramas) remetiam, de forma óbvia e direta, para os seres ou objetos que pretendiam representar (um homem, uma mulher, um cavalo, uma carroça, uma roda ou uma taça). Todavia, o leque de elementos passíveis de ser utilizados pelo Linear B está longe de ser circunscrever a pictogramas e/ou numerais simples. Na verdade, compreendia igualmente um conjunto de signos concernentes às diversas unidades constituintes dos sistemas de medida, fossem elas referentes a peso ou a volume, sólido ou líquido.

Comprova-se, pois, que esta escrita possui alguns traços complexos. No intuito de corroborar esta afirmação, destacamos o facto de os textos congregarem uma série de ideogramas e signos (oitenta e sete no total) eivados de particularidades e de variantes. Há, em paralelo, signos que aparentam possuir carácter opcional. Não sendo de utilização imprescindível, julga-se

⁴⁴ Note-se que, conforme atestado pelos dados arqueológicos, o Chipre foi ocupado pelos micénicos nos séculos XIV e XIII a.C. (Chadwick 1996: 23).

que poderão funcionar como abreviaturas ou, em alternativa, conferir maior precisão ao que se pretende documentar, deste modo reduzindo os riscos de interpretação incorreta. Outros, por seu turno, de ocorrência rara, continuam a assumir-se como impenetráveis, não sendo possível, até ao momento, correlacioná-los com qualquer tipo de entidade concreta. Isto significa, em última instância, que nem todos os segredos do Linear B foram deslindados. Pelo contrário, há campos que, claramente, continuam a requerer investigação. Um dos mais problemáticos prende-se com a plena aferição do vocabulário utilizado nas tabuinhas. Na verdade, são óbvias as dificuldades de compreensão do significado de determinadas palavras. Dificilmente haveria total correspondência entre a globalidade dos vocábulos presentes nos escritos em Linear B do período micénico e a contida, por exemplo, nos Poemas Homéricos. O lapso de tempo que separa a elaboração dos dois tipos de registos⁴⁵ implicou, naturalmente, diferenças de fundo, evidentes não só ao nível do vocabulário, mas também da pronúncia e da gramática. Nalguns casos, redundou mesmo na “morte” de alguns vocábulos, assim como, numa outra vertente, na emergência de novas palavras.

Tudo indica que a utilização do Linear B seria fundamentalmente restrita ao âmbito administrativo. Não obstante, alguns investigadores sugerem a possibilidade de o sistema que tinha por base esta escrita ser menos complexo que o sustentado pelo Linear A. Com efeito, estes escritos ocorrem numa gama de suportes mais circunscrita. Concretamente, esta era em grande medida limitada a tabuinhas, selos e “etiquetas” ou “rótulos”. Não obstante, há uma exceção a este quadro, consubstanciada nos vasos cerâmicos providos de dupla asa (comumente designados em inglês como “stirrup jars”), onde avultam caracteres de Linear B pintados. Que tipo de indicação contêm? Normalmente, o nome do produtor, por vezes acrescido de outros pormenores. A este respeito importa sublinhar que há registo de recipientes providos de inscrições não só em Creta, mas também na Grécia continental. Aliás, uma das mais notáveis coleções deste tipo de vaso procede de Tebas, provável

⁴⁵ Sublinhe-se, a propósito, a incerteza relativamente à cronologia da composição dos dois Poemas. Sendo provável, de facto, que o texto da *Iliada* tenha sido fixado no século VIII a.C., é importante registar a possibilidade de a *Odisseia* ser consideravelmente mais tardia.

local de implantação de um palácio, centro de um reino situado a noroeste de Atenas e do qual ainda pouco se sabe. Tal evidência de circulação sugere a possibilidade de as vasilhas em causa poderem ter sido usadas como contenedores para a exportação de bens líquidos como o azeite e o vinho. Mas, qual o seu local de origem? Ainda que há muito se intuísse que radicava na ilha de Creta, faltavam provas convincentes nesse sentido. As primeiras chegaram quando se confirmou que as palavras usadas nos recipientes eram idênticas a algumas das que figuravam nas tabuinhas de Cnossos e que se julgava corresponderem a designações de lugares (afigurando-se natural que o comerciante associasse o seu nome e naturalidade aos produtos exportados). As segundas, mais recentes, decorreram das análises feitas às argilas utilizadas na produção das cerâmicas, as quais permitiram atestar que estas procediam, precisamente, de Creta, pelo que a ilha se assume hoje como centro irradiador do fabrico desses vasos.

Já a literacia estaria confinada ao mundo dos palácios. Com efeito, é esta a impressão derivada da análise da cartografia dos achados. As tabuinhas até hoje recuperadas procedem integralmente de palácios ou de estruturas fisicamente tão próximas que tendem a ser interpretadas como suas dependências. Além do mais, não há registo da identificação deste tipo de documento em sítios secundários, de menor importância. Acresce ainda sublinhar que não são conhecidos indícios que sugeriram o uso privado desta escrita. John Chadwick destaca este ponto, até porque denota a existência de uma nítida clivagem entre a escala da disseminação, por um lado, do Linear B e, por outro, da escrita apoiada no alfabeto grego, mais tardia⁴⁶. A esta diferenciação de fundo não será certamente alheia a vocação primordial do Linear B: instrumento administrativo e burocrático por excelência, obedecia a propósitos muito concretos. E, contrariamente ao que sucedia no Próximo Oriente, tais propósitos não contemplavam a elaboração de registos “históricos”, a preparação de cor-

⁴⁶ A respeito da adoção do alfabeto na Grécia, afirma John Chadwick, na abertura do ensaio que dedica à decifração do Linear B: “[...] O ano de 776 a.C. assistiu aos primeiros jogos Olímpicos, um festival que todos os Gregos continuaram a realizar no precinto de Zeus em Olímpia, no noroeste do Peloponeso. [...] É uma data significativa na história grega porque assinala e simboliza a adopção do alfabeto fenício na Grécia, do qual, em última análise, todos os outros alfabetos descendem; do século VIII a.C. em diante, os Gregos foram um povo letrado, apto a registar a sua própria história” (Chadwick 1996: 17).

respondência diplomática ou a expressão literária. Na verdade, a composição de registos em Linear B tinha como objetivo dar respostas concretas a objetivos também eles muito concretos, pelo que o conteúdo das tabuinhas ia precisamente ao encontro de uma inequívoca dimensão “utilitária”, a que nem todos os indivíduos acederiam. Aliás, é provável que os registos só se destinassem a ser lidos pelo responsável pela elaboração ou por outros indivíduos com funções similares. Conclui-se, portanto, que o conhecimento da escrita e literacia estava longe de se encontrar disseminado pela Grécia Micénica e pela população que a habitava.

O caminho até à decifração

A decifração do Linear B é considerada uma das mais notáveis realizações da história da “descodificação” de uma escrita. E porquê? Porque, ao contrário do que sucedeu noutros casos, como o da escrita hieroglífica egípcia, o Linear B foi descodificado na sequência de mais de três mil anos de olvido e na ausência de qualquer tipo de documento de apoio, bilingue ou trilingue. Foquemo-nos então no exemplo enformado pelo egípcio antigo, de modo a tornar mais inteligível esta afirmação. Como é sabido, a descoberta da Pedra da Roseta foi essencial à decifração conseguida por Jean-François Champolion. Mas em que residia o grande potencial deste célebre fragmento de estela granodiorítica, descoberto nos finais do século XVIII pelos soldados de Napoleão? No facto de apresentar o mesmo texto em três linguagens distintas: o hieroglífico (escrita “sagrada”), o demótico (mais corrente) e o grego.

No caso do Linear B, a descodificação foi efetuada, portanto, sem que houvesse acesso a uma fonte equiparável à Pedra da Roseta. Isto significa que a metodologia aplicada se centrou, fundamentalmente, na análise interna da referida escrita.

O autor deste feito é Michael Ventris. E quem era, afinal, esta personagem? John Chadwick descreve-o como um amador fascinado com os enigmas do Linear B. Com efeito, já depois de concluir a sua formação em arquitetura, continuou a consagrar muito do seu tempo livre à análise desta escrita. Lisa Bendall acrescenta uma informação digna de nota: Ventris era um “decifrador

de códigos”, tendo desempenhado funções meritórias nessa qualidade durante a II Guerra Mundial. E, na verdade, não parece haver dúvidas quanto à relevância de que se revestiram as suas potencialidades neste campo no sentido de alcançar a decifração do Linear B. De qualquer modo, convém assinalar que um dos momentos essenciais à progressão da sua análise radicou no ano de 1951. Com efeito, no Outono desse ano era pela primeira vez publicada parte do importante conjunto de tabuinhas detetado em Pilos nas escavações de 1939. Este “acontecimento editorial” revelou-se crucial, na medida em que proporcionou a Michael Ventris um magnífico manancial de matéria de estudo que, como veremos, lhe permitiu testar hipóteses que se revelariam frutuosas. É certo que, por essa altura, já Ventris tinha analisado a escrita, compreendido o funcionamento do seu sistema ideográfico e intuído que, atendendo à quantidade limitada de símbolos silábicos identificados, se afigurava provável que o Linear B configurasse um sistema relativamente simples. No entanto, não tivera ainda oportunidade de observar um número suficiente de registos que lhe permitisse avançar e aprofundar as suas impressões.

Neste ponto importa também recordar uma série de outras figuras que, ao longo dos anos, concorreram de diferentes modos para o desenlace final do processo. Um dos nomes a evocar é o de Sir John Linton Myres, responsável pela criação de uma espécie de “rede” de investigadores, que permitiu ao pequeno número de estudiosos com acesso aos textos desenvolverem o seu trabalho em estreita colaboração e, paulatinamente, ir construindo um patamar de conhecimento que, em última instância, terá servido de base para a decifração lograda por Michael Ventris.

Entre os investigadores que participaram nessa “rede” destacamos, pelo carácter pioneiro das suas contribuições, os americanos Emmet L. Bennet e Alice Kober. Quais os contributos que prodigalizaram? A Emmet Bennet deve-se, por exemplo, a criação da tabela que arrolava a totalidade dos signos usados na elaboração dos escritos em Linear B. Já Alice Kober, por seu turno, foi a primeira a aperceber-se da existência de um grupo de signos passíveis de ocorrer sob três formas distintas, situação que, na sua opinião, ilustrava a ocorrência de variantes nas terminações, mais concretamente, de desinências ou sufixos flexionais. Retrospectivamente e, segundo John Chadwick, esta descoberta assume-se como a mais importante do período que antecedeu a

decifração. Não espanta, pois, que tenha servido de base a Ventris quando este se propôs construir uma espécie de “grelha” ou tabela silábica. Nesta tabela, os signos que partilhavam as mesmas consoantes foram dispostos na horizontal, sendo que os que compartilhavam as mesmas vogais ficaram organizados em colunas verticais. Qual o potencial deste esquema? Se o valor/significado de um determinado signo fosse reconhecido, então também os demais signos presentes nas linhas e colunas preparadas para o efeito poderiam acabar por ter os seus significados aferidos. Chegado a esta etapa, Ventris testou uma hipótese valiosa, concebida devido ao facto de ter percebido que alguns dos grupos de signos de Linear B identificados em Creta não ocorriam nas tabuinhas recuperadas em Pilos, o palácio micénico localizado na Grécia continental. Deduziu então que tais grupos de signos poderiam corresponder a nomes de cidades cretenses, cujas raízes etimológicas entroncariam numa linguagem antiga da ilha. Foi por isso que lhe ocorreu sugerir, por exemplo, que ko-no-so constaria da soletração da palavra grega Kñosos, e a-mi-ni-so, por seu turno, a Amnisos, o seu porto.

Nesta altura, porém, continuava por assentar de modo cabal qual a língua que o Linear B reproduzia. Com efeito, e apesar de presença recorrente de palavras em Grego, a forma que apresentavam suscitava estranheza, na medida em que não pareciam coadunar-se minimamente com a que se encontrava patente naquela que era considerada a versão mais antiga da língua: os épicos Homéricos⁴⁷.

Enquanto todo este processo se desenrolava, as tabuinhas continuavam, grosso modo, inéditas e, conseqüentemente, inacessíveis. É certo que, especialmente entre 1911 e 1912, Arthur Evans se dedicara a compilar os documentos conhecidos, tendo em mente a sua publicação. No entanto, a erupção, primeiro das Guerras dos Balcãs e, posteriormente, da I Guerra Mundial, acabou por motivar a interrupção da tarefa e por desviá-lo deste foco. Findos os dois conflitos, Evans dava à estampa os resultados do trabalho levado a cabo

⁴⁷ Atentemos nas palavras de M. Ventris e J. Chadwick a este respeito: “[...] although Agamemnon, Odysseus and Nestor might have been illiterate, and although their ancient palaces and cities had long since crumbled into dust, it was in ancient times accepted without question that the Homeric heroes had been Greeks in language, religion and every other distinguishing feature [...]” (Ventris, Chadwick 1959: 4).

no Palácio de Cnossos, que entretanto “batizara” de Palácio de Minos. A obra continha uma parte consagrada às tabuinhas, com ilustrações incluídas, mas claramente pouco representativa da importância e dimensão dos achados. Seria preciso esperar por 1952 para que o volume intitulado *Scripta Minoa II* fosse, finalmente, publicado. Resultado, em grande medida, da compilação encetada por Arthur Evans, foi editado por John Linton Myres doze anos após a morte do seu amigo, e pouco antes do anúncio da decifração da escrita por Michael Ventris, a 1 Julho. Aliás, o anúncio da descodificação foi realizado no decurso de uma transmissão da BBC dedicada precisamente à obra em causa, *Scripta Minoa II*. Em poucos dias, John Chadwick, à altura jovem recém-nomeado para a função de leitor de Clássicas na Universidade de Cambridge, e cujo principal interesse de investigação radicava na história da língua grega, teve oportunidade de analisar cópias do trabalho de Ventris e de atestar a justeza da decifração. Tal confirmação permitiu-lhe desde logo compreender que este feito notável permitiria reformular diversos vetores referentes à epigrafia, língua e história gregas.

John Chadwick surge, pois, como o primeiro académico a apoiar claramente o trabalho até então desenvolvido por Ventris, tendo acabado por se afirmar como seu parceiro natural na prossecução das tarefas que se impunha promover e que se prendiam, entre outras, com a definição das regras que regiam a soletração. Foi o início de uma importante e profícua colaboração entre os dois autores, com resultados fascinantes. O primeiro avanço centrou-se na publicação, em 1953, do artigo que demonstrava a validade da decifração, “Evidence for Greek dialect in the Mycenaean archives”. Atendendo ao carácter inesperado da teoria apresentada, a receção começou por ser algo reticente. Mas essa reacção acabou por ser ultrapassada, e as hipóteses avançadas começaram não só a colher o apoio de estudiosos de renome como, em paralelo, a ser complementadas com indicações essenciais ao esclarecimento dos textos. Já em 1956, Evans e Chadwick lograriam editar uma obra monumental, intitulada “Documents in Mycenaean Greek”. Porém, a publicação ficaria ensombrada pela precoce e trágica morte de Ventris, fruto de um acidente de viação, em vésperas do lançamento.

A decifração da linguagem subjacente aos escritos em Linear B, ocorrida em 1952, abalou a comunidade académica e teve profundas repercussões. Por

um lado, ao nível da construção da História minoica; por outro, na própria noção da antiguidade do Grego. Com efeito, até então julgava-se que as manifestações primordiais desta língua coincidiam com a elaboração dos Poemas Homéricos. Todavia, a constatação de que o Grego correspondia à linguagem subjacente aos escritos não alfabéticos cretenses impôs um recuo na cronologia da língua em cerca de quinhentos anos. Até esse momento eram vários os investigadores que defendiam que o Grego só penetrara na Grécia continental após 1200 a.C., sendo que tal tese recusava a existência de uma ligação entre a língua em causa e a civilização Egeia pré-clássica. A decifração do Linear B veio, assim, obrigar à reformulação de vários princípios e hipóteses. Em paralelo, gerou um outro contributo inestimável: a possibilidade de aferir um importante conjunto de indicações a respeito do mundo micénico.

O conteúdo das tabuinhas

Em conformidade com o exposto, confirma-se que, apesar da persistência de algumas zonas de sombra e de problemas por solucionar, o Linear B é hoje uma escrita consideravelmente bem conhecida. E, neste ponto, é fundamental sublinhar que o conhecimento profundo da história da língua grega se revelou essencial aos avanços paulatinos sentidos ao nível da compreensão da estrutura, evolução e interpretação dos vocábulos identificados. Entre as formas lexicais micénicas e o grego dos Poemas Homéricos, entre a língua do período clássico e a da atualidade, é inevitável a existência de diferenças e desenvolvimentos de fundo que, naturalmente, condicionam o entendimento do conteúdo das tabuinhas.

A propósito dos referidos suportes, começamos então por assinalar um pormenor de extrema importância e que se prende com os seus problemas de conservação. Contrariamente ao que sucedia no Próximo Oriente, estes eram secos ao sol, mas não chegavam a ser cozidos. Isto significa, naturalmente, que condições de acondicionamento adversas (de que destacamos, a título de exemplo, a exposição à água), podiam resultar na sua deterioração ou aniquilação total. No entanto, e nos casos em que estas se encontravam guardadas em estruturas fustigadas por incêndios, as chamadas

encarregaram-se de as carbonizar e preservar. Foi isto, precisamente, o que ocorreu em Cnossos, sendo que as tabuinhas ali exumadas procedem de camadas de destruição. De qualquer modo, compreende-se que circunstâncias como a evocada não são correntes, antes extraordinárias e, conseqüentemente, que uma parte substancial destes registos se tenham perdido irremediavelmente.

Concentrando-nos agora na morfologia destes registos, é interessante assinalar que, em regra, as tabuinhas possuíam dimensão suficientemente reduzida para serem seguradas numa mão (note-se que algumas delas exibem mesmo marcas dos dedos nos reversos), enquanto a outra era usada para escrever. É certo que se conhecem algumas exceções a este padrão mas, na generalidade, as tabuinhas apresentavam pequeno tamanho.

Passamos agora a sublinhar um outro dado crucial: em Creta existiria um número não despidendo de indivíduos conhecedores desta escrita, especialmente entre a elite, o que significa que os signos utilizados eram inteligíveis e compreendidos. Mas a que se reportam tais signos? Essencialmente, a listagens: de pessoas, gado, produtos agrícolas (como os cereais) ou manufacturados. Traduzindo, isto significa que as tabuinhas congregam um imenso manancial de informação, na medida em que refletem aspetos relacionados com a organização e exercício do poder, com os modos de vida do quotidiano e com as atividades económicas desenvolvidas pelas comunidades do Egeu pré-clássico.

Veja-se o caso da tabuinha onde é feita referência ao trabalho desempenhado pelas mulheres. É interessante notar que elas podem ser listadas quer através do nome próprio quer da indicação da sua origem étnica, colhida, a título de exemplo, na denominação da cidade de procedência. Igualmente curioso é o facto de estas mulheres surgirem, nalguns casos, associadas às suas crianças, sempre com menção ao género.

Mas a análise das tabuinhas de Cnossos permitiu promover importantes avanços noutros domínios. Levou mais longe a compreensão das teias concernentes ao domínio territorial, ao permitir constatar que parte substancial da faixa central e ocidental da ilha de Creta era controlada precisamente pelo palácio e que este cobrava impostos às cidades que se espriavam por essa mesma região.

Ressalve-se, todavia, e com conformidade com o que foi já referido, que os dados auferidos não se circunscrevem à ilha de Creta. A este propósito, retomemos a afirmação previamente expressa, relativa aos conhecimentos apurados para o mundo micénico. Veja-se, por exemplo, como as centenas de tabuinhas recuperadas na chamada “sala do arquivo” do palácio micénico de Pilos permitiram reconstruir integralmente diversos vetores referentes à geografia e organização deste reino localizado na região sudoeste da Grécia continental. Com efeito, os documentos datáveis do último “ano de vida” do palácio sucumbiram, juntamente com a própria estrutura palaciana, a um incêndio acidental que lavrou por volta de 1200 a.C. Todavia, este episódio trágico, ao provocar a calcinação das tabuinhas, acabou por endurecê-las e, conseqüentemente, por motivar a sua preservação, convertendo-as numa impressionante fonte de informação. E o que é especialmente interessante é que, assim que as escavações de Pilos, coordenadas por Carl W. Blegen e iniciadas em 1939, proporcionaram a recolha das primeiras tabuinhas, percebeu-se imediatamente que continham inscrições idênticas às reveladas em Creta e, especialmente, em Cnossos. Assim se confirmava que o Linear B constava de uma modalidade de escrita comum à ilha e à Grécia continental. E, aliás, o facto de as tabuinhas de Pilos se encontrarem reunidas num arquivo assumia-se como um argumento a favor da evidência da “partilha” desta escrita por parte dos dois territórios, uma vez que seria altamente improvável que um acervo desta natureza tivesse sido simplesmente transportado para o continente.

Igualmente digno de nota é o facto de a análise do desenho dos caracteres ter revelado que pelo menos trinta administradores de Pilos estiveram envolvidos na redação dos documentos. Entre os elementos neles plasmados figuravam róis de impostos e inventários relativos a todos os domínios da propriedade real, a qual abarcava várias vertentes, inclusive a do equipamento militar. Também os registos referentes à produção de bens de luxo encontravam lugar neste tipo de suporte, sendo que entre esses elementos de exceção merecem destaque os óleos perfumados, conservados em recipientes especificamente criados para o efeito. Porém, a aferição do conteúdo dos registos recuperados em Pilos tardaria ainda alguns anos, na medida em que, como é sabido, a decifração só viria a ocorrer em 1952.

Ainda a propósito do mundo micénico, há que sublinhar que a própria Micenas proporcionou a recolha de tabuinhas de argila providas de escritos em Linear B. A descoberta mais marcante ocorreu exactamente no ano da decifração, às mãos de A. J. B. Wace, que por essa altura escavou algumas estruturas habitacionais de avultado tamanho no exterior da cidadela. Foi, pois, neste contexto, que ocorreu a exumação dos mencionados registos. Como facilmente se depreende, tal achado levantou uma série de questões, designadamente, em torno do grau de disseminação do Linear B entre a generalidade da população. Todavia, afigura-se arriscado assumir esta descoberta como um indício nesse sentido, até porque os dispositivos escavados poderiam ter sido ocupado por membros da “realeza”.

Assim, confirma-se serem vários os campos cujo conhecimento começou a ser clarificado através das indicações colhidas nas tabuinhas. Um deles referia-se à organização política e estrutura social. As tabuinhas permitiram aferir que a sociedade micénica se encontrava estruturada de modo hierárquico. No topo destacava-se a figura tutelar do *wanax*, espécie de “rei”; em posição imediatamente inferior, a do *lawagetax*, entendido como “líder do povo”, a par de um séquito constituído pelos indivíduos que integravam a elite da comunidade, os *heq’etai*. Permitiram, em paralelo, compreender que o sistema económico implementado, comandado pelo palácio, era de tipo redistributivo. Não obstante, e atendendo à própria orgânica do tecido social, o processo redistributivo acabava por canalizar para as camadas hierarquicamente superiores da sociedade (ou seja, para a elite) a maior parte dos benefícios.

Voltando a Creta, é importante lembrar que, nalguns casos, os dados transmitidos permitem preencher lacunas que, de outro modo, dificilmente poderiam ser solvidas por vestígios arqueológicos diretos.

Um dos exemplos mais paradigmáticos passíveis de ser apontados a este propósito prende-se precisamente com as referências aos têxteis. Como é sabido, este tipo de material só resiste à passagem do tempo em condições muito particulares. Contudo, as tabuinhas de Cnossos permitem compreender que estes materiais se revestiam de enorme importância económica e, em paralelo, que alguns denotavam um elevado grau de sofisticação. Na verdade, em Cnossos florescera uma prolífica indústria têxtil. E é interessante constatar que o palácio controlava centralmente todas as vertentes inerentes à

produção: da gestão dos rebanhos que forneciam a lã, ao aprovisionamento de matérias-primas e à disponibilização de bens alimentares (rações) para os artífices que laboravam nas oficinas especializadas. Além do mais, os detalhes subjacentes ao processo produtivo são integralmente clarificados, tornando possível o seguimento de todos os passos, inclusive os que se prendem com as precauções tomadas no sentido de evitar “desvios” ou fraudes. Sabe-se que após a tosquia aos rebanhos, a lã era conduzida para as oficinas, onde se fiava e tecia, mas não sem antes se proceder à cuidadosa pesagem das quantidades expedidas. Depois de concluídas todas estas etapas, os têxteis podiam então ser armazenados ou direcionados para outras oficinas, estas já especificamente dedicadas a embelezar o produto final.

E, se dúvidas houvesse quanto ao grau de elaboração dos têxteis cretenses, elas seriam prontamente dissipadas mediante o confronto com as muitas pinturas murais disseminadas por toda a geografia do Egeu. Os têxteis luxuosos produzidos nas oficinas cretenses tuteladas pelos palácios eram valorizadas no exterior da ilha e, por conseguinte, exportadas, não só para diversos pontos desse mar, mas igualmente para paragens mais distantes, designadamente para a Síria e para o Egito. Não é, por isso, de estranhar, que uma parte substancial da riqueza de Cnossos assentasse precisamente no comércio destes bens, celebrados pela sua beleza e elevada qualidade técnica.

Constata-se, pois, que são múltiplos os contributos decorrentes da decifração do Linear B. Neste sentido, não deixa de ser interessante o facto de, salvo exceções pontuais, as tabuinhas não possuírem indicação de datas. Com efeito, em alguns registos é propiciada informação relativa ao mês ou ao ano (mas somente ao “corrente” ou ao “passado”). Na opinião de John Chadwick, esta evidência poderá indiciar que, por norma, não era expectável que as tabuinhas se conservassem muito para além de um ano.

Finalmente, há que mencionar os registos referentes às oferendas concedidas aos santuários. Com efeito, alguns documentos fazem alusão direta ao tipo de dádivas canalizadas para as divindades. Entre elas contavam-se os óleos perfumados e o mel. Outros registos, por seu turno, remetem para o domínio das festividades, neles sendo elencados os produtos utilizados nos banquetes. Assim, constata-se que, para além de uma ampla gama de animais sacrificados (ovelhas, cabras, porcos, vacas e touros), também outros géneros

alimentares podiam acompanhar os festins: queijo, azeitonas, figos e vinho, a par de cereais, como a cevada. Curiosamente, há que sublinhar que, além dos bens disponíveis para o consumo, também a utensilagem requerida, quer para a realização de rituais quer dos banquetes, surge discriminada em algumas tabuinhas. Na verdade, é comum identificarem-se menções aos *rhyta*, os célebres vasos de libação, assim como às igualmente afamadas taças áureas de beber, as mais notáveis das quais exumadas nos túmulos de Vapheio (Vafeio), nas imediações de Esparta. Já numa série de tabuinhas procedentes de Pilos surgem indicações relativas a um conjunto de mobiliário e demais equipamento que se julga ter sido empregue num sacrifício ritual/banquete, do qual faziam parte materiais especialmente notáveis. Lisa Bendall destaca as mesas de ébano e as cadeiras com incrustações de ouro, prata e marfim, a par dos caldeirões de bronze, das correntes áureas usadas para prender as vítimas a sacrificar e das armas destinadas a golpeá-las.

Em suma, e face ao exposto, podemos concluir que o Linear B deve ser entendido como uma fonte de valor inestimável para conhecimento da Idade do Bronze do Egeu. É certo que muitos outros dados e respostas poderiam vir a sedimentar e a incrementar o patamar de informações já construído, especialmente através da decifração das restantes escritas identificadas. Todavia, e por ora, quer o Hieroglífico Cretense quer o Linear A permanecem por descodificar. E, aliás, não se afigura propriamente provável que, por enquanto, sejam dados passos conclusivos neste sentido, até porque são francamente escassos os exemplos de decifração logrados em resultado da análise interna de uma escrita.

(Página deixada propositadamente em branco)

APÊNDICE

Alguns registos da arte minoica

Ao contrário das civilizações pristinas do Egito e da Mesopotâmia, cuja arte pretendia enaltecer o poderio das elites seculares e religiosas, a arte minoica é dominada por um vivo gosto naturalista. As várias manifestações artísticas dos minoicos (arquitetura, pintura, cerâmica, glíptica, metalurgia, ourivesaria, entalhe, etc.) são bem demonstrativas do requinte desta civilização.

A pintura

No Minoico Médio I B a II B, no chamado período Proto-palaciano, as paredes interiores dos palácios eram ricamente adornadas com rebocos pintados sobre o gesso. Posteriormente, por volta de 1600 a.C., começaram a aparecer as primeiras pinturas de frescos, em parte como complemento das estruturas arquitectónicas mas também como modo de aclarar os espaços interiores. Nestas pinturas são predominantes as representações naturalistas, com figuras humanas, animais, paisagens, vegetação, cenas religiosas e da vida diária. Apesar de ainda não ser utilizada a terceira dimensão, as pinturas apresentam uma forte vivacidade de cor e de forma: as figuras são, invariavelmente, apresentadas de perfil, com os olhos de frente, ou com a face de frente e o corpo de perfil.

Os frescos eram pintados em grandes superfícies ou em pequenos painéis, neste caso com cenas em miniatura. A cor azulada do fundo, bastante frequente, teria sido propositadamente utilizada para acentuar os contrastes de luz.

Um dos frescos mais conhecidos, encontrado em 1903 no palácio de Cnossos e datado do período Minoico Tardio II (c. 1450), tem sido interpretado como a representação de uma dama associada a um ritual que consistia na entrega de um *kylix* sagrado. Ficou conhecido pela expressão “a dama Parisiense”, devido a um estudante francês que ao observar o fresco pela primeira vez exclamou: “Mais, ce sont des Parisiennes!”. De facto, são notórias as semelhanças com as damas da “cidade da luz”, em particular, os olhos pintados e vivos, os cabelos encaracolados, e os lábios engrossados.

Mas um dos mais importantes frescos até à data descobertos representa a já mencionada cena de *taurokatapsia* que ilustra o salto ou acrobacia sobre o touro. Este fresco, encontrado na ala oriental do palácio de Cnossos, ilustra um possante touro, com a linha da cabeça e crina ondulante, e uma expressão decidida de ataque. Uma jovem figura feminina, pintada convencionalmente de branco e usando uma tanga masculina, agarra o touro pelos cornos; do lado oposto, uma segunda jovem com braços estendidos prepara-se para receber o jovem rapaz que está na segunda fase do salto, em posição quase vertical, e de cabeça voltada para o dorso do animal. A figura do jovem é a que se encontra mais bem preservada. Seguindo as convenções, está pintado a vermelho e veste uma tanga; o corpo do jovem descreve um arco, transmitindo todo o esforço deste feito ousado e temerário. Pensa-se que este ritual agonístico não era sanguínário, pois não se encontrou representações do animal ferido, nem morto, nem estão ilustradas armas de qualquer tipo. O achado de crânios de touros com a ponta dos cornos serrados (como forma de atenuar os riscos a que os atletas se submetiam) parece reforçar essa possibilidade.

Igualmente famoso é o fresco conhecido pelo nome de “Príncipe da flor-de-lis”, também encontrado no palácio de Cnossos. Este fresco, datado do período Minoico Tardio I A (c. 1550 a.C.) e realizado com a técnica do estuque pintado, representa uma elegante figura masculina que caminha à esquerda, talvez acompanhado por um grifo ou esfinge. A figura veste uma túnica curta, presa por um cinto apertado, e está adornada com um colar e um elaborado diadema com lírios e penas de pavão. Tem sido motivo de forte controvérsia, dado que, em parte, não passa de uma recriação do pintor Gilliéron, a partir de alguns (poucos) elementos que se conservavam, nomeadamente parte do diadema e do torso e da perna esquerda. À semelhança de outras figuras

gravadas em selos encontrados em Cnossos e Cânia, esta figura, representada numa atitude de comando, com a mão direita levantada à altura do rosto, tem sido interpretada como alguém da elite secular, um “príncipe” ou um “rei”.

Artisticamente associados aos de Creta, são também célebres os frescos encontrados no já mencionado sítio de Akrotiri, em Tera. De facto, estes são frescos idênticos aos dos palácios cretenses, quer ao nível das representações de tipo vegetalista, quer das grandes cenas de carácter narrativo. Alguns, datados do chamado período Cicládico Médio (c. 1650 a.C.), revelam facetas da vida social das populações que habitavam esta ilha nos finais da Idade do Bronze.

Comecemos pelos grandes painéis.

Um dos frescos representa dois jovens pugilistas com corpos adelgaçados e cabeças parcialmente rapadas (talvez como forma de marcador etário e social). Foram captados num momento de luta: um dos jovens, o da esquerda, protege-se do ataque do adversário e prepara-se para contra-atacar.

Um outro fresco ilustra uma cena do quotidiano: um jovem pescador nu, também com a cabeça parcialmente rapada. Saliente-se aqui o artifício de colocar os peixes na vertical, em camadas, já usado pelos egípcios para dar um sentido de profundidade a figuras estáticas.

Outros frescos parecem querer ilustrar a religiosidade destas populações. Este é, por exemplo, o caso de uma figura feminina com um arco, avançando para a esquerda, talvez desempenhando parte de um ritual. Eventualmente com a mesma finalidade, existe outro fresco representando uma figura feminina com os seios desnudos. Na parte superior deste, saliente-se, acima da dama, a existência de três bandas coloridas e onduladas que descrevem um arco e sobre as quais estão estrelas de quatro raios ligadas por linhas de pontos (provavelmente alusivas ao céu e à abóbada celeste).

A maior parte dos frescos encontrados no sítio de Akrotiri referem a natureza. Exemplos disso são os frescos que representam os chamados “Macacos Azuis” e os “Antílopes”. O primeiro ilustra cenas com macacos pintados de azul, trepando uma zona escarpada, e enquadrados, superior e inferiormente, por motivos em espiral e linhas horizontais onduladas. As formas e as cores usadas lembram a paisagem de Tera. O segundo representa antílopes pintados a negro sobre um fundo de estuque branco; os animais estão representa-

dos de perfil e as pernas traseiras desenhadas de forma a dar a sensação de movimento e profundidade.

Ainda no âmbito dos painéis de grandes dimensões, destaque-se uma outra pintura, conhecida como o “Fresco da Primavera” ou “dos Lírios”, onde se representa uma paisagem rochosa da qual florescem lírios, muito provavelmente aludindo à paisagem da ilha. Neste fresco pode apreciar-se as andorinhas, retratadas de perfil, face a face, como se estivessem a “conversar”...

Em Akrotiri foram também encontradas pinturas murais de tipo miniatural que abarcam os mesmos temas acima referidos. Num destes frescos vê-se uma paisagem ribeirinha com a representação de animais exóticos e selvagens. É possível que se trate de uma narrativa épica.

Noutra pintura encontramos uma cena de natureza distinta: uma jovem sacerdotisa, com a cabeça parcialmente rapada (como já mencionámos, provavelmente um marcador etário e social) e com um manto comprido e pesado. A jovem está ricamente adornada com brincos, braceletes e colar e transporta nas mãos uma pequena caixa fumegante com incenso. Graças a esta decoração, a jovem tem sido interpretada como uma adolescente no momento ritual de transição para a idade adulta.

No âmbito destes painéis miniaturais, destaca-se aquele que representa o primeiro “mapa” europeu, conhecido pelo nome de “Expedição Naval” de Akrotiri. Este painel, encontrado no andar superior da chamada “Casa Oeste”, estava situado numa superfície estreita acima das portas e das janelas do compartimento nº 5 (o mais importante da habitação). Segundo os especialistas, é provável que aqui se ilustrem vários episódios vividos por uma frota de navios. No sopé de montanhas rochosas, cuidadosamente desenhadas, pode observar-se casas e zonas portuárias com a representação de sete navios, ao lado de embarcações mais pequenas, que abandonam o porto da cidade; depois de terem atravessado um mar frequentado por golfinhos, chegam a outro porto, onde os aguardam alguns homens nus. Outras figuras, por seu turno, observam a chegada das embarcações a partir das estruturas portuárias. Não sabemos se este friso conta a história de uma aventura marítima dos habitantes da cidade ou se se evoca uma simples narrativa de um festival náutico, na qual se ilustra uma batalha naval e um naufrágio. Mas, como salientou recentemente Gray Seewesen este fresco é

importante pelo facto de nos dar a conhecer diferentes formas de navegação na Idade do Bronze.

Para além das pinturas murais de grande dimensão (que, como vimos, podem incluir representações miniaturizadas) conhece-se figuras pintadas em relevo estucado de pessoas e animais em tamanho natural.

Mas a pintura de frescos também se fez noutro tipo de suportes, como é o caso de sarcófagos encontrados em necrópoles e datados, pelo menos, do período Pré-palaciano. A grande maioria possui uma decoração afim aos vasos fabricados naquele período, com motivos predominantemente naturalistas, florais e/ou marinhos. Um dos mais significativos, atribuído à fase de transição do período Minoico Tardio II para o Minoico Tardio III A (c. 1400 a.C.), foi encontrado em Hagia Triada. Numa das partes centrais deste sarcófago ilustra-se uma cena com sacerdotes que parecem transportar o sangue de um touro depois de um sacrifício; na mesma cena, outros sacerdotes, em procissão, trazem animais como oferenda a uma personagem (provavelmente o defunto) situada em frente a um edifício funerário; do lado oposto do sarcófago está representado o sacrifício de um touro; este ritual é acompanhado por figuras femininas que, ao ritmo de um instrumento musical de cordas, transportam oferendas para um lugar sagrado, indicado por machados duplos (ou “bipenes”), coroados por aves. Nos lados do sarcófago estão representadas duas figuras femininas que conduzem uma carroça. Poderá tratar-se de uma cena de índole religiosa, talvez de um sacrifício fúnebre.

A olaria

Quanto à arte da olaria, sabemos que os minoicos moldavam à mão os seus vasos que incluíam, entre outras formas, pequenas taças, tigelas e ânforas. Mas para o fabrico de contentores de grandes dimensões destinados ao armazenamento de produtos, conhecidos pelo termo de *pitthoi*, os oleiros recorriam a um método diferente, juntando vários rolos de cerâmica e unindo-os até formar um vaso completo.

A produção cerâmica mais antiga, datada do período Pré-palaciano (entre 3000 e 2000 a.C.), é denominada “estilo de Pyrgos”. Esta cerâmica, particularmente difundida no norte da ilha de Creta, possui uma característica superfície enegrecida, com decoração brunida a imitar os protótipos em madeira, muito

semelhante às cerâmicas da mesma época fabricadas na Anatólia e no Dodecaneso. Conhece-se, ainda deste período, outros estilos de cerâmicas muito diferenciados como, por exemplo, o “estilo Ag. Onouphrios”, o “estilo Vasiliki” e o “estilo Barbotina”.

No período Proto-palaciano, no Minoico Médio II A e B (c. 1900-1700 a.C.), difunde-se um outro tipo de cerâmica que se caracteriza por possuir uma rica policromia. Esta produção é conhecida pelo termo “Camares”, devido ao local da sua descoberta, uma gruta situada no santuário de Camares (estação epónima), nas encostas do Monte Ida, perto de Festos. Regra geral, esta cerâmica, fabricada a torno, apresenta uma grande diversidade formal; inicialmente com uma decoração de tipo geométrico, passa, gradualmente, a incluir motivos animais e florais, por vezes através de relevos aplicados de grande beleza. Este estilo teve um grande sucesso nos mercados, não só na ilha de Creta mas também no Mediterrâneo Oriental, nomeadamente no Egito e nas cidades mais importantes da costa siro-palestina, como Beirute, Biblos, Ugarit e Qatna.

No período Neo-palaciano, entre o Minoico Médio III A e o Minoico Tardio II (c. 1700-1400 a.C.), correspondente ao maior esplendor da civilização minoica, dá-se uma mudança no estilo das cerâmicas, agora denominado por “estilo floral” e “estilo marinho”. Os vasos tornam-se mais elegantes e são adotadas novas técnicas de decoração, com destaque para os motivos pintados em azul escuro que contrasta com o fundo claro da cor da argila. Os oleiros inspiram-se nos temas da natureza, com destaque para os temas florais (crocus e margaridas) e marinhos (conchas, polvos e golfinhos). Na parte oriental da ilha, nos sítios de Gúrnica e Paleocastro, estes estilos possuem características próprias que permitem uma melhor distinção das fases de produção cerâmica local.

No final deste período, correspondente à última fase do palácio de Cnosos, dá-se uma mudança: a par de algumas formas e decorações características do período anterior, começam a surgir novas formas. Estas cerâmicas, incluídas no chamado “estilo palaciano”, mantêm as mesmas soluções decorativas das anteriores, ainda que com representações diferentes e mais variadas.

Na cerâmica, a transição entre o final do período Neo-palaciano e o período Pós-palaciano não é muito clara. Um dos exemplares mais característicos desta

fase é um jarro para libações decorado com relevos aplicados, flores de papiro estilizadas, que imitam exemplares de metal.

No período Pós-palaciano, entre 1400 e 1050 a.C., os vasos adquirem novas formas e dá-se uma notável degradação dos estilos decorativos, agora mais estilizados, à semelhança dos seus congêneres do continente e de praticamente todas as regiões costeiras do Mediterrâneo Oriental.

A glíptica

A arte do fabrico de selos ou sinetes, também conhecida por esfragística (do grego *sphraghis*), em pedras preciosas ou semipreciosas (como o ónix, a cornalina, a ametista e o jasper), tinha uma função prática. Para além do seu uso ornamental, ou como amuletos de proteção, estas peças eram utilizadas com a finalidade de gravar pedaços de argila à volta dos fechos das caixas, dos jarros e de documentos, de modo a identificar a tomada de posse ou a autoridade dos administradores.

Os artistas fabricavam estes selos ou sinetes a partir de um pequeno paralelepípedo, com cerca de 20 milímetros de comprimento e 13 a 14 milímetros de espessura e largura. Estes eram duplamente perfurados, segundo o eixo mais longo, através de minúsculas pontas de obsidiana ou ferro. A decoração era gravada com a ajuda de uma broca tubular, de um cinzel e de um raspador.

Para os exemplares mais antigos conhece-se outro tipo de suportes, nomeadamente faiança, marfim, osso e minerais (como, por exemplo, a serpentina e a esteatite). A partir do período Proto-Palaciano, estes selos e sinetes são preferencialmente gravados em pedras duras, como o cristal de rocha, o mármore, o jasper, a ágata e a calcedónia. O maior número de peças documentado a partir deste período deve-se, naturalmente, a um comércio mais ativo dos minoicos, à escala do Mediterrâneo Oriental. Como seria de esperar, os temas são mais variados, sendo de destacar as representações de animais a lutar e as cenas associadas ao mundo marítimo e tauromáquico, idênticas às observáveis nos frescos e nas cerâmicas da mesma época.

No palácio de Zacro, como já referimos, situado na parte oriental da ilha de Creta, foram descobertos selos atípicos, atribuídos ao período Neo-Palaciano, decorados com seres estranhos, como é o caso de figuras femininas com asas, mas sem braços ou pernas, ou animais com as mais estranhas combinações.

A ouriversaria

Na ourivesaria, os minoicos foram herdeiros das artes da torêutica egípcia. Um exemplo paradigmático desta arte é o pendente de ouro encontrado em Chryssolakkos, em Mália, datado do período Neo-palaciano (c. 1700-1600 a.C.). Este pendente representa duas abelhas unidas que sustentam um favo de mel entre as patas, elaborado segundo a técnica da granulação.

É precisamente neste período (Neo-palaciano) que as técnicas do trabalho em metal e, em particular, a arte de trabalhar filigrana, atinge a perfeição. Não surpreendem assim os inúmeros exemplares de anéis em ouro gravados com motivos humanos e florais, muitos dos quais certamente com conotações ritualísticas e religiosas.

Os vasos de pedra

Como referimos, à semelhança de outras artes, os minoicos aprenderam com os egípcios a arte de trabalhar a pedra. As formas são muito variáveis, bem como o material utilizado, com preferência para a esteatite, o basalto, o alabastro, o cristal de rocha e o pórfiro.

O fabrico de vasos de pedra remonta ao período Pré-palaciano, tendo sofrido algum declínio no período Proto-palaciano. Hoje sabemos, todavia, que esta arte teria sofrido um novo impulso no período Neo-palaciano, em particular no período Minoico Tardio II (1450-1400 a.C.), momento em que se enquadra a maior parte dos exemplares conhecidos. Um dos exemplares mais emblemáticos deste período, considerado uma das obras de arte mais significativas de toda a civilização minoica, corresponde a um *rhyton* em forma de cabeça de touro. Trata-se, muito provavelmente, de uma peça votiva em estaetite negra recuperada no Pequeno Palácio de Cnossos, ornamentada com olhos de cristal de rocha e jaspe, e um focinho sublinhado por madreperla. Neste âmbito deve igualmente destacar-se um outro *rhyton* de alabastro em forma de cabeça de leoa. Este exemplar, datado de cerca de 1500 a.C., foi encontrado junto de outros recipientes congêneres no chamado “repositório do templo”, em Cnossos. Da fase final do palácio deve ainda acrescentar-se inúmeros vasos em alabastro e pórfiro, em particular aqueles recolhidos na chamada “sala do trono”, com formas afins àqueles encontrados no continente, testemunho da ocupação

micénica do palácio nesta sua fase final e sugestivos de um culto comum nestas duas regiões.

Desta fase fazem ainda parte outros exemplares encontrados na ilha de Creta, em especial três vasos de esteatite negra provenientes de Hagia Triada. O mais famoso (e já mencionado), é o “vaso dos ceifeiros”, onde surge representado um cortejo de segadores que retornam do trabalho, numa espécie de procissão ritual.

O segundo, um *rhyton*, de qualidade artística idêntica ao anterior, apresenta-se em pior estado de preservação. Apesar disso, pode ver-se uma decoração distribuída por quatro registos: na parte superior vê-se um combate de boxe que lembra a cena (previamente evocada) dos jovens pugilistas do fresco de Akrotiri; em posição intermédia, está representado o tema do touro e dos jogos acrobáticos a ele associados; finalmente, nos dois campos inferiores, destacam-se jovens atletas com elmos, cuja musculatura está magistralmente delineada.

O terceiro vaso é uma taça muito bem conservada, conhecida como a “taça do chefe”. Na cena central deste vaso estão representados dois homens de pé, em posição afrontada, muito provavelmente aludindo a uma cerimónia de carácter religiosa e/ou ritual.

Refira-se, ainda, um outro *rhython* em cristal de rocha, encontrado na já referida “câmara do tesouro” do palácio de Kato Zacro, datável de cerca de 1450 a.C., e que possui uma asa constituída por pequenas esferas unidas por um fio de bronze, a par da elementos de ouro no colo.

Por último, registre-se que, para além da lapidação de vasos e de outros objetos menores, haverá que destacar, neste período, a composição de frisos em pedra encontrados naquele mesmo palácio. Estes frisos, decorados com motivos de rosetas, meias-rosetas e espirais em relevo, foram usados como elementos arquitectónicos na sua última fase construtiva.

As esculturas em miniatura

Nos registos da arte minoica encontram-se também pequenas esculturas que, na sua maioria, correspondem as objetos rituais feitos em argila, marfim e mármore. Os exemplares mais antigos, datados do período Pré-Palaciano (c. 3000-2000 a.C.), possuem forma muito diversificadas (frutos,

animais, barris, barcos, etc.) e seriam provavelmente usados como oferendas. No período seguinte, na época Proto-palaciana (c. 2000-1700 a.C.), estas pequenas esculturas são mais abundantes, tendo sido detetadas nos santuários dos palácios e nos cumes das montanhas. Algumas destas estatuetas representam apenas partes do corpo, tendo sido interpretadas como ofertas de *ex-votos*.

As pequenas estatuetas datadas do período Neo-palaciano (c. 1700-1400 a.C.) correspondem a artefactos de carácter ritual, como, por exemplo, as famosas figurinhas ctónicas de faiança, designadas como “deusas das serpentes”, e encontradas na chamada “sala do templo”, em Cnossos.

A este período corresponde também uma escultura de marfim, datada à volta de 1500 a.C., também encontrada em Cnossos. Esta escultura, integrada no chamado grupo escultórico criselefantino (em suporte de ouro e marfim), representa um jovem acrobata envolvido no salto ritual sobre o touro, tema bem conhecido nos frescos deste palácio. Apesar do estado de conservação, deve destacar-se a soberba representação anatómica do jovem, em particular o modo como se apresenta a tensão do corpo e a musculatura, especialmente na zona das mãos. Deve ainda realçar-se a expressão facial, nomeadamente a ansiedade do olhar e os lábios semiabertos.

Na parte oriental da ilha de Creta, no santuário de Piskokephalo, foi encontrado um dos mais importantes conjuntos de figurinhas em terracota, datadas da transição entre os períodos Proto e Neo-palaciano (c. 1700 a.C.). Na sua maioria estas figurinhas representam homens e mulheres com as mãos à volta da cinta ou junto ao peito, numa dança ritual. A estas associam-se outras estatuetas, como, por exemplo, a de uma jovem num baloiço, encontrada em Hagia Triada.

Do período Pós-palaciano (c. 1400-1050 a.C.) são conhecidas as estatuetas de terracota que se pensa poderem representar imagens de deusas. Estas estatuetas, relativamente abundantes em santuários (i.e. Gazi, Gortina, Prinias, Cnossos e Gúrnica), são de maiores dimensões que as das fases anteriores. Por norma são mais estilizadas e assumem posições padronizadas e estáticas, com as mãos levantadas, em posição de oração, de saudação ou de bênção. As cabeças, dotadas de faces expressivas e bem realçadas, surgem encimadas por símbolos já nossos conhecidos.

Outros trabalhos em miniatura

As diferentes produções artesanais (e artísticas) dos minoicos incluíam também pequenos objetos em miniatura, a maior parte dos quais encontrados em áreas de necrópole. Alguns objetos são muito interessantes, as representações de fachadas de casas em faiança encontradas em Cnossos, datadas do período de transição para o período Minoico Médio III A (c. 1700 a.C.), e que proporcionam uma valiosa informação sobre a arquitetura deste período. Por norma, estas casas, com dois ou mais andares, tinham um telhado plano e altas fachadas, separadas por vigas e soalho. Eram construídas de pedra e tijolos, ainda que inteiramente rebocadas com uma argamassa argilosa. A madeira era utilizada nas ombreiras das portas e das janelas, bem como nos pilares que sustentavam os tetos. Este tipo de arquitetura pôde ser comprovado arqueologicamente no já referido sítio de Akrotiri, na ilha de Tera: a semelhança é evidente, inclusive no que respeita às aberturas no rés do chão, que contemplava uma única porta, encimada por janelas de forma quadrada.

No âmbito destas peças em miniatura deve também realçar-se algumas figurinhas e adagas em bronze, a par de placas e vasos em faiança ou feitos em liga metálica (designadamente em ouro).

O fabrico de peças em miniatura irá perdurar no período Neo-palaciano (c. 1550-1400 a.C.), ainda que com motivos mais naturalistas (flores, peixes voadores, cabras, vacas, etc.). Desta fase destaca-se um tabuleiro de jogo encontrado no palácio de Cnossos feito em marfim, cristal de rocha, vidro de pasta azul, e folhas de ouro e prata. Junto a este tabuleiro foram encontradas quatro peças de jogo, em marfim. Realce-se ainda o achado de duas pequenas figurinhas de crianças em marfim, encontradas em Palaikastro, na zona oriental da ilha de Creta, e que, pela sua raridade, suscitam particular interesse.

O momento final, correspondente ao período Pós-palaciano (c. 1400-1050 a.C.), é, curiosamente, um momento de grande intensidade na produção de objetos em miniatura, especialmente em esteatite, pasta de vidro, ouro ou pedras semipreciosas, apenas comparável ao período Pré-palaciano. A grande maioria destes artefactos foram encontrados em tumulações femininas, ainda que, como documentam os frescos, este tipo de adornos fosse usado por ambos os sexos.

(Página deixada propositadamente em branco)

BIBLIOGRAFIA

- ALLEGRETTE, A. (1998). O sentido de algumas convenções arquitetónicas na cultura minoica. In M. C. O. Bruno, F. V. Cerqueira, P. P. A. FUNARI (eds.). *Arqueologia do mediterrâneo antigo. Estudos em homenagem a Haiganuch Sarian*. São Paulo: Life Editora, p. 29-41.
- ANDREADAKI-VLAZAKI, M. (2015). Sacrifices in LM III B: Early Kydonia Palatial Centre. *Pasiphae*. IX, p. 27-42.
- ANDREADAKI-VLAZAKI, M.; HALLAGER, E. (2007). New and unpublished Linear A and Linear B inscriptions from Khania. In E. Hallager & J.T. Jensen (eds.). *Proceedings of the Danish Institute at Athens*. V. Athens: The Danish Institute at Athens, p. 7-22.
- BARBER, R. L. N. (1987). *The Cyclades in the Bronze Age*. Worcester: Duckworth.
- BENDALL, Lisa (2013). The Aegean Bronze Age Scripts. In Y. Galanakis (ed.). *The Aegean World. A guide to the Cycladic, Minoan and Mycenaean Antiquities in the Ashmolean Museum*. Oxford: Kapon Editions, p. 132-151.
- CHADWICK, J. (1996). *A decifração do Linear B*. Trad. M. de Fátima St. Aubyn (The Decipherment of Linear B, 1958). Lisboa: Cotovia.
- CHADWICK, J. (2004). *Linear B and related scripts*. In J. T. Hooker (ed.). *Reading the Past: ancient writings from cuneiform to the alphabet*, vol. 1. London: The British Museum.
- COTTRELL, L. (1964). *The Bull of Minos*. London: Pan Books.
- DAVARAS, C. (1976). *Guide to Cretan Antiquities*. Athens: Eptalofos.
- DAVARAS, C. (1989). *Gournia*. Athens: Archaeological Receipts Fund.
- DAVARAS, C. (1989). *The Palace of Malia*. Athens: Archaeological Receipts Fund.
- DAVARAS, C. (1991). La Grecia Micénica y Creta. In *El mundo micénico. Cinco siglos de la primera civilización europea 1600-1100 a.C.* Madrid: Museo Arqueológico Nacional, p. 95-98.
- DAVARAS, C. (s/data). *Palais de Malia. Monastère de Kéra. Plateau du Lassitibi. Grotte de Psychro. Petit guide archéologique illustré*. Athènes: Éditions Hannibal.
- DAVIES, W. V. & SCHOFIELD, L. (ed.) (1995). *Egypt, the Aegean and the Levant. Interconnections in the Second Millennium BC*. London: British Museum Press.
- DEMAKOPOULOU, K. (2006). La Civilización Micénica. In MARRUCCHI, G. (coord.). *Arte Grega. A Grande História da Arte* (nº 11). Lisboa: Público, p. 23-31.
- DIODORO SÍCULO (1967). *Book IV*. English Translation by C.H. Oldfather. London: William Heinemann.
- DOUMAS, A. (1992). *The Wall Paintings of Thera*. Athens: The Thera Foundation.
- DOUMAS, C. (1987). *Santorini. The Prehistoric city of Akroteri. Brief illustrated archaeological guide*. Athens: Editions Hannibal.

- DOUMAS, C. (1994). Cycladic Art. In *Early Art. The Dawn of Greek Art*. Athens: Ekdotike Athenon, p. 31-129.
- FERNANDES, Raul M. Rosado; GRANWEHR, M. Gabriela (2010). *Tucídides. História da Guerra do Peloponeso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA, José Ribeiro; SILVA, Maria de Fátima (1994). *Heródoto. Historias. Livro 1º*. Lisboa: Edições 70.
- FITTON, Lesley (2013). Arthur Evans and Minoan Crete. In Y. Galanakis (ed.). *The Aegean World. A guide to the Cycladic, Minoan and Mycenaean Antiquities in the Ashmolean Museum*. Oxford: Kapon Editions, p. 72-83.
- GALANAKIS, Y. (2013). The 'Aegean World' at the Ashmolean. In Y. Galanakis (ed.). *The Aegean World. A guide to the Cycladic, Minoan and Mycenaean Antiquities in the Ashmolean Museum*. Oxford: Kapon Editions, p. 20-72.
- HOOD, Sinclair (1973), *Os Minoicos*. Lisboa: Editorial Verbo.
- HUGHES-BROCK, Helen (2013), Seals of Bronze Age Greece. In Y. Galanakis (ed.). *The Aegean World. A guide to the Cycladic, Minoan and Mycenaean Antiquities in the Ashmolean Museum*. Oxford: Kapon Editions, p. 152-165.
- IAKOVIDES, S. (1994). Mycenaean Art. In *Early Art. The Dawn of Greek Art*. Athens: Ekdotike Athenon, p. 219-291.
- KERÉNYI, K. (2008). *Estudos do Labirinto*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- LANDSTRÖM, B. (1961). *O Navio*. Lisboa: Europa América.
- LOURENÇO, Frederico (2003). *Homero. Odisseia*. Lisboa: Livros Cotovia.
- LOURENÇO, Frederico (2005). *Homero. Ilíada*. Lisboa: Livros Cotovia.
- MACGILLIVRAY, J. A. (2006). *El laberinto del Minotauro. Sir Arthur Evans el arqueólogo del mito*. Barcelona: Ensayo Edhasa.
- MARINATOS, S. (1960). *Crete and Mycenae*. London: Thames and Hudson.
- MARRUCCHI, G. (coord.) (2006). *Arte Grega. A Grande História da Arte* (nº 11). Lisboa: Público.
- MELENA, J. L. (coord.) (1991). *El mundo micénico. Cinco siglos de la primera civilización europea 1600-1100 a.C*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional.
- MYLONA, Dimitra (2015). Sacrifices in LM IIIB: Early Kydonia Palatial Centre. The animal remains. *Pasiphae*. IX, p. 53-58.
- PIKE, E. R. (1965). *A Civilização Minóica*. Porto: Livraria Civilização.
- REVERDIN, O.; HOEGLER, R. (1960). *La Crète. Berceau de la Civilisation Européenne*. Lucerna: Éditions « La Bibliothèque des Arts ».
- ROCHA-PEREIRA, M. H. (2005). *Hesíodo. Teogonia. Trabalhos e Dias*. Prefácio de M. H. Rocha-Pereira. Introdução, tradução e notas de Ana Pinheiro e José Ribeiro Ferreira. Biblioteca de Autores Clássicos. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- ROCHA-PEREIRA, M. H. (2009). *Hélide. Antologia da Cultura Clássica*. Lisboa: Guimarães Editores.
- ROCHA-PEREIRA, M. H. (2016). O Palácio, do mundo minóico ao helénico: mito e realidade. In *Obras de Maria Helena da Rocha Pereira*, IV. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, p. 19-38.
- ROSSI, R. (2007). *The Great Mysteries of Archaeology. Knossos*. Cincinnati: David and Charles.
- ROSSI, R. (2009). *Cnossos. O labirinto do minotauro* (coleção Os grandes mistérios da Arqueologia). Lisboa: Público.

- SAKELLARAKIS, E. S. (1994). Minoan Art. In *Early Art. The Dawn of Greek Art*. Athens: Ekdotike Athenon, p. 131-217.
- SAKELLARAKIS, J. (1994). Early Art. In *Early Art. The Dawn of Greek Art*. Athens: Ekdotike Athenon, p. 17-29.
- SAKELLARAKIS, J. A. (1992). *Herakleion Museum. Illustrated guide*. Athens: Ekdotike Athenon.
- SEABRA, J. A. (2000). *A Luz de Creta*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SHELMERDINE, C. W. (2008). *The Cambridge Companion to the Aegean Bronze Age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TADDEI, F. (2010). *Museu Arqueológico. Atenas*. Lisboa: Público.
- THUBRON, C. (1982). *La Mer Antique. Et les rédacteurs des éditions time-life*. Sem local de edição.
- TOMAS, Helena (2015). La escritura lineal A. *Arqueología e Historia*, n.º 17. Madrid: Desperta Ferro Ediciones, p. 46-49.
- VENTRIS, Michael; CHADWICK, John (1959). *Documents in Mycenaean Greek*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WARBURTON, D. A. (ed.) (2009). Time's Up! Dating the Minoan eruption of Santorini. In *Acts of the Minoan Eruption Chronology Workshop, Sandbjerg, November 2007. Monographs of the Danish Institute at Athens* (vol. 10). Aarhus.
- YOUNGER, John G.; REHAK, Paul (2008). The material culture of Neopalatial Crete. In C. W. Shelmerdine (ed.). *The Cambridge Companion to the Aegean Bronze Age*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 140-164.
- YOUNGER, John G.; REHAK, Paul (2008). Minoan culture: religion, burial customs, and administration. In C. W. Shelmerdine (ed.). *The Cambridge Companion to the Aegean Bronze Age*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 165-185.

(Página deixada propositadamente em branco)

SÉRIE ENSINO
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
2019



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

